

Prefácio de  
**AUGUSTO CURY**

# T & H

## TURISMO E HOTELARIA NO CONTEXTO DA ACESSIBILIDADE



**Elídio Vanzella**  
**Adriana Brambilla**  
**Márcia Félix da Silva**  
Organizadores



*CCTA Open Access*

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES

REITORA  
MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA DINIZ  
VICE-REITOR  
BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA



DIRETOR DO CCTA  
JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES  
VICE-DIRETOR  
ULISSES CARVALHO SILVA



EDITORA DO  
CCTA  
CONSELHO EDITORIAL  
CARLOS JOSÉ CARTAXO  
GABRIEL BECHARA FILHO  
HILDEBERTO BARBOSA DE ARAÚJO  
JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES  
MARCÍLIO FAGNER ONOFRE  
EDITOR  
JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES  
SECRETÁRIO DO CONSELHO EDITORIAL  
PAULO VIEIRA

LABORATÓRIO DE JORNALISMO E EDITORAÇÃO  
COORDENADOR  
PEDRO NUNES FILHO

# T&H

## TURISMO E HOTELARIA NO CONTEXTO DA ACESSIBILIDADE

Elídio Vanzella  
Adriana Brambilla  
Márcia Félix da Silva  
**Organização**

Editora do CCTA  
João Pessoa  
2018

© Copyright by GCET, 2018

Produção Gráfica e Capa  
ELIDIO VANZELLA

GRUPO DE CULTURA E ESTUDOS EM TURISMO



## FICHA CATALOGRÁFICA

T938 T&H Turismo e hotelaria no contexto da acessibilidade /  
Organizadores: Elídio Vanzella, Adriana Brambilla, Márcia  
Félix da Silva. - João Pessoa: Editora do CCTA, 2018.  
289 p.: il. -

ISBN:978-85-9559-066-3

1. Turismo - Acessibilidade. 2. Acessibilidade - Mobilidade  
Urbana. 3. Acessibilidade - Comunicação - Barreiras.  
4. Espaços Públicos - Acessibilidade. 5. Turismo - Idosos.  
6. Acessibilidade - Legislação - Brasil. I. Vanzella, Elídio.  
II. Brambilla, Adriana. III. Silva, Márcia Félix da. IV. Título.

UFPB/BS-CCTA

CDU: 338.48-056.26

Direitos desta edição reservados à: GELINS/UFS

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto n° 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

# SUMÁRIO

<b>OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS TURISTAS SURDOS: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS VIAJANTES DE SANTA MARIA - RS.....</b>	<b>17</b>
NEIS, S. P. B. ANDRESSA; TRAVERSO, LUCIANA DAVI; BOBSIN, DEBORA; MARCO, DAIANA	
<b>TURISMO ACESSÍVEL PARA TODOS: UM ESTUDO DE CASO EM CAMBRE - ESPAÑA .....</b>	<b>49</b>
SOARES, JAKSON RENNER RODRIGUES; SÁNCHEZ-FERNÁNDEZ, MARÍA DOLORES.	
<b>TURISMO ACESSÍVEL: UMA ANÁLISE SOBRE A ACESSIBILIDADE DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS LOCALIZADOS NO CENTRO HISTÓRI-CO DE PORTO ALEGRE - RS.....</b>	<b>73</b>
LEAL, VERA ELIANE DIAS; _RIBEIRO, MARCELO; _HOFFMANN, CELINA; TRAVERSO, LUCIANA DAVI; _MOURA, GILNEI LUIZ DE	
<b>ACESSIBILIDADE FÍSICA EM DESTINO TURÍSTICO PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE: O CASO DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO .....</b>	<b>107</b>
SANTOS, SAULO RIBEIRO DOS; GÂNDARA, JOSÉ MANOEL GONÇALVES	
<b>UM ENFOQUE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE ACESSIBILIDADE PARA AS ATIVIDADES CULTURAIS E TURÍSTICAS.....</b>	<b>137</b>
SOUSA, AMANDA AZEVEDO	
<b>O VERÃO ACESSÍVEL COMO ATRATIVO TURÍSTICO PARA CADEIRANTES NA CIDADE DE JOÃO PESSOA.....</b>	<b>159</b>
COUTINHO, DANILO HENRIQUE GONÇALVES; VANZELLA, ELÍDIO; BRAMBILLA, ADRIANA	
<b>ESPAÇOS TURÍSTICOS ACESSÍVEIS E SEU POTENCIAL PARA O PÚBLICO IDOSO: UM OLHAR SOBRE A “BICA” EM JOÃO PESSOA/PB.....</b>	<b>179</b>
NOGUEIRA, DHYEGO DE LIMA; ALMEIDA, EDUARDO AUGUSTO MONTEIRO DE; SARMENTO, BRUNA RAMALHO; COSTA, ANGELINA DIAS LEÃO	

**A EXPERIÊNCIA TURÍSTICA DO DEFICIENTE VISUAL EM JOÃO  
PESSOA..... 215**

MONTENEGRO, ANA CAROLINA COELHO;ENDRES, ANA VALÉRIA;SILVA,  
MÁRCIA FÉLIX DA

**ACESSIBILIDADE PARA IDOSOS: UM ESTUDO APLICADO AO THEATRO  
SANTA ROZA..... 248**

BRAMBILLA, ADRIANA;\_EVANGELISTA, GABRIELA PATRÍCIO DINIZ;VANZELLA,  
ELÍDIO

# PREFÁCIO

Queridos Alunos da UFPB do curso de hotelaria e turismo. Vocês são estrelas vivas no teatro da educação; estão trabalhando as ferramentas mais importantes para serem poetas de uma área vital para o desenvolvimento do país que é a hotelaria e o turismo e, conseqüentemente, vão desenvolver uma série de projetos ao longo dos meses e anos que seguirão a sua formação, para que pessoas se encantem com esse país chamado Brasil. Além disso, elas terão mais condições de oxigenar sua emoção, libertar seu imaginário e fazer da vida o espetáculo único e imperdível. A hotelaria e o turismo são vitais não apenas para desenvolvimento da sociedade brasileira, mas também para o desenvolvimento de uma emoção mais alegre, tranquila e realizada, ou seja, para uma vida que vale a pena ser vivida”.

Um forte abraço do Psiquiatra e Escritor **Augusto Cury**,

Flórida, Estados Unidos, Fevereiro de 2018





# APRESENTAÇÃO

O livro organizado pelo Grupo de Cultura e Estudos em Turismo (GCET), ligado ao Departamento de Turismo e Hotelaria (DTH) do Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em parceria com a UNIFUTURO (Faculdade de Ensino Superior do Nordeste) aborda temáticas que têm em comum a acessibilidade no contexto do turismo e da hotelaria. Assim, apresenta estudos teóricos e empíricos que conjugam diversos setores do conhecimento.

Neste sentido, as autoras **Andressa Neis, Luciana Davi Traverso, Debora Bobsin e Daiana Marco** escrevem sobre “*Os desafios enfrentados pelos turistas surdos: uma análise da percepção dos viajantes de Santa Maria – RS*” e consideram que além das barreiras arquitetônicas (encontradas nos espaços urbanos, terminais rodoviários, aeroportos), relacionadas às pessoas deficientes, existem também as barreiras comunicacionais (relacionadas a surdos e cegos) na falta de sinalizações adequadas (Braille e Escrita de Sinais) e profissionais intérpretes de língua de sinais, que impossibilitam o total entendimento dos espaços turísticos e suas histórias. Entendendo que a atividade do turismo possibilita o contato com novos lugares e novas culturas e que há uma necessidade latente de

acessibilidade nos destinos turísticos para o público surdo, público este que existe em quantidade significativa na cidade de Santa Maria/RS. Este capítulo teve por objetivo analisar a percepção do surdo sobre sua inclusão nas atividades de turismo. Para a análise de dados foi utilizado o método de estatística descritiva, que permitiu identificar que há demanda turística por parte dos surdos pesquisados e que a maior dificuldade encontrada pelos mesmos é a comunicação com pessoas ouvintes.

**Jakson Renner Rodrigues Soares e María Dolores Sánchez-Fernández** escrevem sobre *“Turismo acessível para todos: Um estudo de caso em Cambre – España”* e apresentam um estudo de turismo acessível realizado no município de Cambre (Galiza - Espanha). Desenvolvido durante os meses de março e julho de 2017, com base em duas fases: diagnóstico e design, para lançar uma proposta para resolver os problemas levantados na perspectiva do turismo acessível. O estudo foi conduzido em colaboração com usuários da Associação de Pessoas com Necessidades Especiais e Familiares da Cambre (ARELA) localizadas em Cambre. Após o diagnóstico e os resultados evidenciados na fase inicial do projeto, a proposta de um design de uma área de lazer acessível foi desenvolvida para que o turista possa usufruir.

No capítulo *“Turismo Acessível: uma análise sobre a acessibilidade dos atrativos turísticos localizados no Centro Histórico de Porto Alegre – RS”*, os autores **Vera Eliane Dias Leal, Marcelo Ribeiro, Celina Hoffmann, Luciana Davi Traverso e Gilnei Luiz de Moura** analisam a existência de acessibilidade aos deficientes físicos, visuais, auditivos e com mobilidade

reduzida nos atrativos turísticos do Centro Histórico do município de Porto Alegre-RS. Foram verificados os principais pontos turísticos: o Santander Cultural, o Memorial do Rio Grande do Sul, o Museu de Arte do Rio Grande do Sul, Catedral Metropolitana, Theatro São Pedro e o Palácio Piratini, por serem representativos da história e patrimônio cultural do município de Porto Alegre e do estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma pesquisa exploratória com observação participante de uma gestora de turismo que possui limitação de mobilidade. Os resultados evidenciaram adesão às condições de acessibilidade por todos os estabelecimentos, no entanto, a incompatibilidade gerada entre a adequação, à acessibilidade e a condição de tombamento dos prédios inviabilizou a autonomia deste público em alguns casos.

Os autores **Saulo Ribeiro dos Santos e José Manoel Gonçalves Gândara** escrevem o artigo sobre a “*Acessibilidade física em destino turístico patrimônio cultural da humanidade: o caso de São Luís do Maranhão*” e destacam que a cidade de São Luís do Maranhão é reconhecida internacionalmente pelo acervo arquitetônico e paisagístico de origem luso brasileira, tendo aproximadamente cinco mil prédios na área histórica. E, portanto, torna-se fundamental possuir infraestrutura acessível para que residentes e turistas transitem com facilidade e desloquem-se adequadamente pelos becos, ladeiras e ruas de paralelepípedos. Desta forma, objetivou-se neste capítulo analisar a reputação *online* do destino patrimônio cultural da humanidade, São Luís (Maranhão), quanto aos aspectos do conceito de acessibilidade física (infraestrutura) em área histórica urbana. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva de análise quanti-quali

dos dados obtidos no site *TripAdvisor* entre os meses de janeiro e julho de 2017. Os resultados apontaram que destinos históricos como São Luís possuem acessibilidade física, principalmente quanto ao mobiliário urbano, mas que a constante preservação é necessária conforme evidenciado em alguns comentários negativos. Pode-se concluir que São Luís é um destino acessível, bem avaliado pelos usuários do *TripAdvisor*, mas que é fundamental dotá-lo de mais equipamentos e infraestrutura para atender ao conceito maior que é o acesso universal.

No capítulo “*Um enfoque da legislação brasileira sobre acessibilidade para as atividades culturais e turísticas*”, a autora **Amanda Azevedo Sousa** destaca que nos últimos 30 anos as Pessoas com Deficiências (PcDs) conquistaram direitos e garantias no Brasil, destacando a cultura e o lazer como importantes áreas para promover a inclusão na sociedade. São inúmeros os desafios relacionados ao acesso às atividades culturais e turísticas para as PcDs, que por se tratarem de grupos minoritários, enfrentam resistências e dificuldades por parte destes setores em realizar adaptações e superar barreiras desde físicas até atitudinais. Portanto, neste capítulo destacou-se a importância da legislação e busca-se esclarecer sobre os parâmetros referentes a acessibilidade nestas atividades.

Os autores **Danilo Coutinho, Elídio Vanzella e Adriana Brambilla** escrevem o capítulo “*O verão acessível como potencial atrativo turístico para cadeirantes na cidade de João Pessoa*” e relatam que aproximadamente 24% da população brasileira possuem algum tipo de deficiência e, nesse contexto, ressaltam a necessidade de uma boa infraestrutura para suprir

as necessidades dos turistas. Assim, o estudo teve como objetivo investigar iniciativas de acessibilidade em locais de turismo de praia especificamente o projeto AC Social na cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba. O Brasil possui em sua zona costeira cerca de 400 municípios onde habitam por volta de 34 milhões de pessoas, podendo no período de verão ter sua população quadriplicada em razão do turismo de sol e mar e um dos maiores problemas para garantir a utilização dos ambientes, por pessoas com deficiência, é o desnível da areia da praia, por isso, deve-se ressaltar a importância da implantação de rampas ou passarelas que terminem na faixa de areia das praias. O projeto AC Social proporciona a prática do lazer, tanto ao morador da cidade como também ao turista, movimentando dezenas de pessoas com necessidades especiais com acesso desde o banho de mar até a prática de esportes.

No capítulo “*Espaços turísticos acessíveis e seu potencial para o público idoso: um olhar sobre a ‘Bica’ em João Pessoa/PB*”, os autores **Dhyego de Lima Nogueira, Eduardo Augusto Monteiro de Almeida, Bruna Ramalho Sarmiento e Angelina Dias Leão Costa** apresentam uma discussão acerca do potencial de espaços públicos como praças e parques urbanos para o turismo e visitação de usuários idosos a partir do viés da acessibilidade espacial, enquanto condicionante para qualidade ambiental do espaço público urbano, e das restrições e necessidades do visitante idoso.

Partindo desse quadro, os autores realizaram um estudo de caso no Parque Zoobotânico Arruda Câmara, também conhecido como Par-

que da Bica, localizado na cidade de João Pessoa-PB, no qual foram realizados passeios acompanhados associados a estratégias de navegação espacial, que possibilitaram a verificação da percepção do idoso visitante durante o uso do ambiente.

As autoras **Ana Carolina Coelho Montenegro, Ana Valéria Endres e Márcia Félix da Silva** escrevem o capítulo “*A experiência turística do deficiente visual em João Pessoa*” e destacam que João Pessoa é uma cidade com grande potencial turístico e, apesar do município ainda não ser um destino tão consolidado no cenário nacional, os seus atrativos, naturais e culturais, estão despertando cada vez mais o interesse dos turistas. No entanto, algumas questões estruturais na atividade turística ainda precisam ser solucionadas. Dentre essas questões, as relativas à acessibilidade na atividade turística têm sido um tema muito discutido no meio acadêmico, sociedade civil e gestores do turismo, visto que a exclusão dos indivíduos com deficiência se configura como um grave problema na atividade turística. Este estudo teve como principal objetivo examinar a acessibilidade dos principais pontos turísticos da cidade de João Pessoa (Centro Histórico, praias de Cabo Branco e Tambaú e Estação Ciência) na perspectiva dos deficientes visuais. Os resultados alcançados mostraram que a capital paraibana ainda não está adequadamente preparada para acolher turistas e/ou visitantes com deficiência visual, sendo necessárias ações urgentes do poder público no que tange a eliminação das barreiras, sobretudo as arquitetônicas, nos pontos turísticos da cidade para assim tornar positiva a experiência turística das pessoas com de-

ficiência visual e também dos idosos, das mulheres grávidas e indivíduos com outros tipos de deficiência ou mobilidade reduzida.

Os autores **Adriana Brambilla**, **Gabriela Patrício Diniz Evangelista** e **Elídio Vanzella** escrevem o capítulo “*Acessibilidade para idosos: um estudo aplicado ao Theatro Santa Rozã*” em que analisam em consonância com a norma NBR 9050:2015 da ABNT, as condições de acessibilidade para idosos em um importante patrimônio cultural da cidade de João Pessoa: o Theatro Santa Roza, cuja fundação e história se confundem com a da cidade. O estudo, voltado ao público da terceira idade, une questões fundamentais na atualidade: o envelhecimento da população, o turismo cultural e a necessidade de acesso desse público ao patrimônio histórico. Foi realizada pesquisa de campo e se constatou que o Theatro Santa Roza, que faz parte do Centro Histórico da cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, apresenta, de maneira geral, condições de acessibilidade que permitem o acesso de pessoas idosas e/ou com deficiências.





# **OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS TURISTAS SURDOS: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS VIAJANTES DE SANTA MARIA – RS**

NEIS, S. P. B. ANDRESSA  
TRAVERSO, LUCIANA DAVI  
BOBSIN, DEBORA  
MARCO, DAIANA

## **INTRODUÇÃO**

No setor do turismo, um mesmo atrativo pode ser ofertado por variadas empresas do ramo, sendo que o que muitas vezes diferencia uma empresa de outra é o profissional responsável pelo atendimento. Falar de turismo inclusivo, nas últimas décadas, demonstra o processo evolutivo que a atividade vem sofrendo em decorrência das mudanças ocorridas nas vidas sociais das pessoas com deficiência. Os desafios impostos fazem com que as empresas se reestruturem para que possam continuar competindo e se mantendo dentro de um mercado que começa a perceber a importância da potencialidade do cliente que tem limitações, mas que também é gerador de renda para a atividade do turismo.

Convém aqui definir adequadamente o conceito de pessoas com deficiência, que resulta em uma grande diversidade terminológica, devido ser estudado por diversas áreas do conhecimento e sob diferentes enfo-

ques. O artigo 4º, do Decreto 3.298 de 1999, define quem são consideradas as pessoas com deficiência:

Art. 4º É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

(Artigo alterado pelo Decreto 5296/04)

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis [...]

III - deficiência visual - acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

IV - deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas [...]

V - deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

Gugel (2016) pondera que a pessoa com deficiência tem direitos e, dessa maneira, ela deve gozar de todas as oportunidades que existirem na sociedade, não importando o tipo ou grau de sua deficiência, de maneira a afastar o conceito de doença e incapacidade destas pessoas, contribuindo para torná-los cidadãos independentes. Nesse sentido, o turismo pode contribuir para a inclusão das pessoas com deficiência em nossa sociedade. O Ministério do Turismo, por sua vez, adota a seguinte definição: “pessoa com deficiência: é a pessoa que possui limitação ou

incapacidade para o desempenho de algum tipo de atividade” (BRASIL, 2006, p.14). Espera-se, portanto, que se entenda, que ao falar de pessoas com deficiência, não se refere apenas a pessoas com deficiência física, mas sim a um montante de tipologias com relação às deficiências existentes, tais como: deficiência visual; deficiência auditiva; deficiência mental/intelectual; deficiência múltipla; deficiência motora e mobilidade reduzida. Cada um destes segmentos, por sua vez, subdivide-se em outras categorias para dar conta das especificidades de cada tipo de deficiência.

O deficiente auditivo, por sua vez, apresenta um perfil aventureiro e curioso com relação a outras culturas e outros lugares, buscando novas experiências, assim como qualquer pessoa que se identifique com tal assunto (ANDRADE; ALVES, 2011). Porém, existe ainda uma carência bastante significativa quanto se trata de atendimento especializado ao turista surdo, que pode prejudicar tanto o empreendimento quanto o cliente se não houver uma comunicação na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), pois o cliente surdo, em sua maioria, não compreende com clareza o que lhe é dito, o que minimiza o desejo de compra do produto e diminui a lucratividade da empresa.

Santa Maria, localizada na região central do Rio Grande do Sul tem aproximadamente 280.000 habitantes; é uma cidade que tem por característica o turismo emissor, sendo assim conta com aproximadamente 22 agências de viagens; a população de pessoas surdas na cidade é estimada, de acordo com a Associação de Surdos de Santa Maria (ASSM), em 750 pessoas. É nesse contexto que se insere a pesquisa, com o intuito de buscar respostas sobre o perfil desse público e se existem

barreiras na comunicação entre clientes e empresas do ramo, considerando o atendimento que lhes é oferecido. O objetivo deste artigo é analisar a percepção do surdo sobre sua inclusão nas atividades de turismo. O presente artigo está estruturado em mais 4 partes, a primeira que apresenta a revisão de literatura sobre o assunto, seguida pela descrição das escolhas metodológicas que nortearam a pesquisa realizada. A terceira parte traz a análise dos dados e a quarta, e última parte do trabalho, apresenta as considerações finais sobre a pesquisa realizada.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Faz necessário compreender a relação entre público surdo e turismo, sendo importante entender alguns conceitos de maneira que o referencial teórico discorrerá sobre os seguintes temas: Turismo, Turismo Acessível, Deficiência Auditiva/Surdez e Cultura e Comunidade Surda.

### **Turismo**

Viajar é cada vez mais a preferência dos brasileiros, pois conhecer lugares novos tornou-se importante na agenda dos viajantes; além disso, fazer turismo pelo mundo a fora já faz parte da lista de prioridades dos brasileiros (PORTAL BRASIL, 2015).

Netto (2005) afirma ser característico do ser humano ter consigo o desejo de viajar, seja para conhecer outros povos, outras culturas ou apenas outros lugares, sendo uma realidade que se aproxima de diferentes classes sociais, no mundo inteiro, movimentando cifras consideráveis na atividade econômica, em todo o planeta.

La Torre (1992 apud BARRETTO, 2014, p.13) explica que turismo é:

Um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivo de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Já o turista, para a União Internacional das Organizações Oficiais de Viagens, (IUOTO apud BARRETTO, 2014, p. 27 - 28), é:

Toda pessoa que visita um país diferente daquele em que reside habitualmente, por qualquer razão que não seja realizar um trabalho remunerado [...]. Os turistas são visitantes que realizam pelo menos um pernoite num país ou região e permanecem um mínimo de 24 horas.

A forma como o indivíduo se comporta em um ambiente diferente de seu habitual também é considerada como parte da atividade do turismo. Jafari (1994 apud BENI, 2007) destaca a importância de compreender quando o homem está na condição de turista e, portanto, longe de seu local de residência, buscando analisar se as necessidades deste turista foram, ou não, satisfeitas e, também, avaliar os impactos gerados nos ambientes físico, econômico e sociocultural da área receptora.

O Brasil é um país com excepcional potencial turístico devido sua diversidade cultural e suas belezas naturais; sendo assim, o turismo é a atividade com maior expansão nas últimas décadas, onde está se tornando um mercado bastante competitivo e atrativo. A receita anual refe-

rente ao turismo foi de R\$ 492 bilhões no ano de 2014, segundo dados do MTUR (2015). De acordo com o Ministério do Turismo (2015, p. 3):

A segmentação é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda.

O turismo apresenta diversas categorias que em muitos casos acabam se especializando para que segmentos específicos de demanda sejam atendidos, como turismo de casais, turismo religioso, turismo de aventura, turismo LGBT, turismo para portadores de necessidades especiais, entre outros (ALMEIDA, 2009).

Ainda neste contexto, salienta-se que “a segmentação traz enorme vantagem, como economia de escala para as empresas turísticas, aumento da concorrência no mercado, criação de políticas de preços e de propaganda especializada, e promoção de maior número de pesquisas científicas” (BENI, 2007, p. 163). Dessa maneira, entende-se, com o auxílio da segmentação do mercado turístico, os órgãos públicos e iniciativa privada conseguem atingir, com maior eficácia, o público consumidor em potencial, isso porque com o turismo segmentado esses destinos otimizam cada vez mais o setor, importante para o seu posicionamento em relação ao público pretende alcançar.

### **Turismo acessível**

Com a crescente preocupação com a inclusão social, observa-se que houve crescimento da atenção com as pessoas portadoras de neces-

sidades especiais, sendo necessária a sensibilização por parte de todo o *trade* turístico atuante no Brasil, acerca do tema turismo acessível. Este segmento contribui com as receitas geradas no setor do turismo, cabendo ainda pontuar que este mesmo público está cada vez mais motivado a buscar novas experiências e, conseqüentemente, “gastar mais”. Órgãos governamentais também são atuantes para assegurar os direitos dos surdos, formulando leis que defendem os direitos à acessibilidade dos deficientes, destacando-se as seguintes:

**Lei federal nº 7.853**, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, assegura ao deficiente o pleno exercício de seus direitos, incluindo a participação de atividades relacionadas ao Turismo, conforme o Art. 2º: ‘[...] ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico’ (BRASIL, 1989).

**Lei federal nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000, Capítulo VII da acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização – art. 17, ‘promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer’ (BRASIL, 2000).

A comunicação é fundamental para o homem e com o uso da LIBRAS o surdo tem a oportunidade de se comunicar com outros surdos e, também, com pessoas ouvintes; isso possibilita com que o surdo seja inserido efetivamente na sociedade e tenha o direito de gozar dos espaços e atrativos que mais lhe agrada (ANDRADE; ALVES, 2011).

Segundo Smith et al. (2013), nos dias atuais, quando se trata do tema turismo acessível e segmentação de mercado para deficientes, é correto afirmar que ainda não são muitos os esforços destinados para garantir que esse público em potencial usufrua do patrimônio material e imaterial da sociedade na qual está inserido. Atualmente para realizar uma atividade turística não é necessário, obrigatoriamente, um alto poder aquisitivo, pois muitas vezes o patrimônio está na própria região, em locais disponíveis para visitação e que possibilitam ter um contato e conhecer a história e cultura local. Para que o turista surdo possa exercer seu direito de gozar o lazer dentro da atividade do turismo, a inclusão de profissionais capacitados como intérpretes de LIBRAS é importante.

Existem no mundo, cada vez mais pessoas se envolvendo com a prática da atividade turística, sendo que no Brasil não é diferente, em virtude das potencialidades existentes em todo país (MUNSTER, 2004). Da mesma maneira, o público formado por pessoas com deficiência tem sido atraído pela prática do turismo nos diferentes segmentos desse mercado. É um público que, tende em seu perfil, ser corajoso e ousado quando o assunto é destinos turísticos, pois viajam em busca do novo e inusitado, buscando atividades que os levem a romper limites e superar desafios, porém não o fazem de modo irresponsável, procurando sempre se assegurar de que estarão bem (ANDRADE; ALVES, 2011; MTur, 2013).

O Ministério do Turismo lançou em 2006 a cartilha “Turismo e Acessibilidade: Manual de Orientações”, com o propósito de servir de instrumento orientador sobre temas relativos à acessibilidade e no ano de



2009, foi lançada a cartilha “Turismo Acessível – Introdução a uma Viagem de Inclusão” que teve por objetivo informar leis que garantem os direitos de acessibilidade aos portadores de deficiência. Ambos manuais envolvem todas as pessoas com deficiência; terminologia essa adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2007).

O turismo é uma atividade econômica de prestação de serviços, que tem nos recursos humanos o seu principal elemento. O bom atendimento ao turista é o principal fator de avaliação do produto e existem localidades com enorme potencial turístico que não conseguem decolar seu desenvolvimento pela ausência de investimentos em capacitação de recursos humanos. O turismo depende de uma infinidade de serviços especializados, os quais, por sua vez, dependem de uma infinidade de profissionais com as mais variadas especializações (IGNARRA, 2003, apud LAGES; MARTINS, 2006, p.07).

Como todas as pessoas, os surdos precisam suprir suas necessidades que vão do consumo de saúde até programas culturais. As barreiras encontradas no dia-a-dia dessas pessoas – no caso dos surdos - a falta de informações com legendas em escrita de sinais<sup>1</sup> que dificultam e/ou impedem que os mesmos desempenhem seus papéis na sociedade.

Uma vez que a surdez não é facilmente perceptível no contato imediato, comparada com outros tipos de deficiências, muitas vezes o surdo vivencia situações nas quais é marginalizado, já que as pessoas não o identificam, num primeiro momento, como deficientes e acabam por

---

<sup>1</sup> A escrita de sinais, diferentemente da Datilologia em Libras (diferentes formatos das mãos que representam as letras do alfabeto escrito e utilizado para soletrar no espaço neutro, palavras em Libras), expressa as configurações de mãos, os movimentos, as expressões faciais e os pontos de articulação da língua de sinais.

julgá-lo de maneira equivocada (SASSAKI, 2002 apud LAGES; MARTINS, 2006).

Andrade e Alves (2011, p.12) complementam que “o turismo só tem a ganhar com a inclusão do surdo, pois há uma demanda significativamente relevante desse tipo de turista que se dispõe a pagar quanto for para adquirir qualquer tipo de experiência”.

### **Deficiência auditiva/surdez**

Destaca-se que as pessoas com necessidades especiais totalizam o número de 6,2% da população brasileira, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2015 e, dentre este montante, pessoas com deficiência auditiva, que são o foco deste trabalho, representam 1,1% da população brasileira, ou seja, existem mais de 10 milhões de surdos ou deficientes auditivos no país.

A surdez, ou deficiência auditiva, trata-se da incapacidade parcial ou total de audição, e de acordo com Pinto e Ribeiro (1997 apud ANDRADE; ALVES, 2011, p. 3), “surdez nada mais é que a forma mais comum de desordem sensorial no ser humano”. Segundo os mesmos autores, as causas podem ser pré-natais: hereditárias, doenças adquiridas pela mãe e transmitidas para o feto no período de gestação como Rubéola, Herpes entre outra, ou são passadas de geração para geração (quando há casos de surdez na família); peri-natais, decorrentes de traumatismos ocorridos no momento do parto ou anóxia (ausência de oxigenação no cérebro); e pós-natais, causadas por doenças infecciosas ou causadas por bactérias como meningite, dores de ouvido, intoxicações entre outras.

Segundo Tsuji (2016), os graus de surdez podem ser classificados em quatro tipos, sendo eles: perda auditiva leve (incapacidade em captar sons que estejam entre 26 a 40 decibéis); perda auditiva moderada (o indivíduo não consegue ouvir sons que estejam entre 41 a 70 decibéis); perda auditiva severa (incapacidade de ouvir sons entre 71 a 90 decibéis); e perda auditiva profunda (impossibilidade de ouvir sons maiores que 91 decibéis). Comenta-se que, a partir da perda auditiva severa, a comunicação destes portadores é realizada com auxílio do uso de LIBRAS, a Língua Brasileira dos Sinais (PORTAL OTORRINOLARINGOLOGIA, 2016).

Esta diferenciação no nível de capacidade auditiva implica em classificar os indivíduos que apresentam perda auditiva em duas categorias: pessoa surda (aquela que, para se comunicar, utiliza da Língua de Sinais - LIBRAS) e deficiente auditivo (aquele indivíduo que com o auxílio de uma prótese - aparelho auditivo ou implante coclear - tem capacidade de reconhecer e identificar pelo som as palavras) (LAGES; MARTINS, 2006).

É comum o uso do termo surdo-mudo quando se refere ao surdo, o que está incorreto, uma vez que o fato de uma pessoa ser surda não significa que ela seja muda. A mudez é uma outra deficiência, totalmente desagregada à surdez. Existe a possibilidade de um surdo falar, através de exercícios fonoaudiológicos, são chamados surdos oralizados, ou por falta de exercícios, um surdo nunca ter falado. Por isso, o surdo só será também mudo se, e somente se, for constatada clinicamente deficiência na sua oralidade, impedindo-o de emitir sons. Fora isto, é incorreto chamá-los de surdo-mudo. (LAGES, 2006, p.3 - 4)

Para Andrade e Alves (2011) há uma vasta gama de produtos e serviços criados para facilitar e atender as necessidades dos surdos; ao longo das últimas décadas muitas foram as inovações pensadas e criadas para que o surdo pudesse ser autossuficiente no seu dia-a-dia. Anterior ao telefone celular dos últimos tempos – que facilita a comunicação dos surdos através dos aplicativos de bate-papo e chamadas de vídeo – foi criado o Telefone para Surdos - TS, aparelho adaptado com teclas, onde o surdo discava para a Central de Atendimento aos surdos – CAS, e um telefonista atendia a ligação e servia como intermediário, ligando para o número desejado pelo surdo e passando as informações para a pessoa na outra linha. Mais tarde foram criadas as legendas *Closed caption* que são legendas simultâneas dos programas na televisão. Com a expansão do acesso aos *smartphones* nos últimos anos, aplicativos criados para facilitar a tradução de palavras em sinais de LIBRAS também facilitaram a comunicação entre ouvintes e surdos.

### **Cultura e comunidade surda**

Segundo Marilena Chauí (1984) o conceito da palavra cultura tem como sinônimo o processo de civilização, que se torna o padrão ou critério que mede o grau de civilização de uma sociedade, onde há um conjunto de práticas (artes, ciências, técnicas, filosofia, os ofícios) que formam hierarquias segundo um critério de evolução.

Da mesma forma existe a “cultura dos surdos”, já que este grupo de pessoas partilha de ideologias homogêneas dentro de suas comunidades e divide suas lutas contra a marginalização dos surdos perante o

mundo das pessoas ouvintes (PERLIN, 1998). De acordo com Strobel (2013, p.67):

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das almas das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo.

Faz sentido observar a diferença entre povo surdo e comunidade surda, uma vez que, comunidade surda estende-se a todos que lutam e simpatizam pela causa surda, incluindo os próprios surdos, familiares, amigos – podendo estes ser ouvintes, intérpretes de LIBRAS entre outros, e povo surdo se caracteriza somente pela inclusão nessa definição das pessoas surdas e que não necessariamente, habitam um mesmo local, mas que estão ligados por uma mesma peculiaridade. “Um surdo pode não fazer parte de uma comunidade surda, pode não ter contato com pessoas surdas, mas mesmo assim faz parte do povo surdo” (STROBEL, 2013, p. 38).

É cada vez mais comum ver pessoas com necessidades especiais aproveitando seus momentos de lazer fazendo uma viagem, frequentando museus, teatros, shows, entre outros. Essa crescente tendência e vontade de viajar têm feito com que os surdos também busquem seus espaços na sociedade, através da inclusão de acessibilidade nos produtos turísticos e na hospitalidade dos atores na atividade do turismo.

Existem muitas associações de surdos, pelo país inteiro, que têm como finalidade promover o encontro entre as pessoas surdas, auxiliar

nas atividades educacionais, realizar reuniões sociais, atividades esportivas e culturais entre outras. Na cidade de Santa Maria/RS existe a Associação dos Surdos de Santa Maria (ASSM) localizada no bairro Salgado Filho e a Escola Estadual Dr. Reinaldo Fernando Cóser, no bairro Tomazetti. A ASSM promove diversas atividades para os associados como torneios de futebol (masculino e feminino), aula de capoeira, festas temáticas e palestras. A Escola também trabalha com a educação bilíngue para surdos, tendo a língua de sinais como primeira língua e a língua portuguesa, na modalidade escrita, como segunda; além disso também oferece curso gratuito de LIBRAS para pessoas ouvintes.

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) foi trazida pelo francês Ernest Huet, em 1857, quando veio ao Brasil a convite de D. Pedro II, para fundar a primeira escola para meninos surdos: a Imperial Instituto de Surdos-Mudos, atualmente, Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), no Rio de Janeiro (EDUCAÇÃO DOS SURDOS, 2009).

**Figura 1 – Escrita de sinais**



Fonte: Google Imagens (s.d. apud NO MUNDA DA LIBRAS, 2017)

A língua brasileira de sinais, reconhecida de acordo com a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, é o meio de comunicação mais utilizado pelos surdos. Ao contrário do que muitos imaginam, não é uma língua universal, tão pouco são apenas mímicas e gestos, pois possui estruturas gramaticais próprias. Os sinais são formados a partir da combinação da forma e do movimento das mãos, e do ponto no espaço ou no corpo onde esses sinais são feitos (ESCRITA EM LIBRAS, 2010), conforme mostra a figura 01.

O intérprete de sinais, por sua vez, segundo o Ministério da Educação (2004, p. 11) é “o profissional que traduz e interpreta o que foi dito e/ou escrito, traduzindo a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita)”.

## **PROCEDIMENTO METODOLOGICO**

A pesquisa apoiou-se em uma metodologia descritiva que, de acordo com GIL (1999, p. 28),

Tem como principal objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. [...] Salientam-se as pesquisas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda, estado de saúde mental e física, etc.

Neste contexto, pesquisa descritiva significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos. Foi realizada uma pesquisa de campo, constituída pela aplicação de questionários, com perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha para os respondentes surdos. Foi elaborado um questionário que foi respondido primeiramente por 02 surdos, com a finalidade de verificar a aplicabilidade do mesmo, ou seja, verificar se as perguntas estavam condizentes com a realidade dos respondentes. Após ajustes e aprovação do mesmo, o questionário foi disponibilizado na plataforma Google Forms, que é um software livre, onde cada usuário só tem acesso para responder apenas uma vez, através da sua conta de e-mail. O questionário teve como objetivo identificar sexo, idade, renda, grau de escolaridade, como é feito o deslocamento durante a atividade do turismo, tipo de hospedagem, com quem viaja, quantidade de viagens realizadas ao ano, se utiliza dos serviços das agências de viagens e como foi o atendimento.

Os questionários foram precedidos da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) pelos respondentes. Foram entrevistados 30 surdos escolhidos por indicação de pessoas que conheciam ou que tinham contato com pessoas surdas residentes de Santa Maria, em diferentes lugares.

Também foram realizadas pesquisas *in loco*, como Associação dos Surdos de Santa Maria e Escola para Surdos Reinaldo Cóser, onde o roteiro de perguntas foi aplicado em LIBRAS, com o auxílio do professor de LIBRAS para ouvintes e diretor da escola para surdos. Os questionários respondidos via e-mail totalizaram 13 respostas, enquanto os



questionários aplicados pessoalmente foram um total de 17 respostas. A pesquisa foi realizada no período entre 10 de outubro e 20 de novembro e posteriormente ao término da pesquisa os dados foram compilados na plataforma Google Forms.

A análise de dados foi realizada com a aplicação da estatística descritiva, que segundo Agresti (2012, p. 20), “consiste em gráficos, tabelas e números, tais como médias percentuais. O principal objetivo da estatística descritiva é reduzir os dados a formas mais simples e de fácil entendimento sem distorcer ou perder muita informação”.

## **APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

Os resultados demonstram que os respondentes do sexo masculino foram maioria, totalizando 16 sujeitos, e 14 respondentes do sexo feminino. Quanto à faixa etária dos pesquisados, a predominância corresponde a idades entre 26 a 30 anos (33,3%); seguidos desse percentual, encontram-se os respondentes com idades entre 31 a 35 anos (20%); com até 20 anos de idade foram 16,7% dos pesquisados; correspondendo a 13,3% dos respondentes estão, de forma igualitária as faixas etárias entre 21 a 25 anos e acima de 51 anos, sendo a minoria, representando apenas 1 respondente que possui idade entre 46 a 50 anos, como mostra a tabela 01.

A predominância da faixa etária entre 26 a 30 anos está em consonância no que tange à atividade laboral, destacando que a maioria dos pesquisados (89%) trabalha e, portanto, possui renda, reforçando que o

público de pessoas surdas é formado por pessoas assalariadas e, portanto, com capacidade tanto física quanto econômica para realizar viagens.

**Tabela 1 – Faixa Etária**

<b>Faixa Etária</b>	<b>(%)</b>
Até 20 anos;	16,7%
21 a 25 anos;	13,3%
26 a 30 anos;	33,3%
31 a 35 anos;	20%
36 a 40 anos;	0%
41 a 45 anos;	0%
46 a 50 anos;	3,3%
Acima de 51 anos	13,3%

Fonte: elaborada pelos autores.

Os surdos respondentes apresentaram um percentual equivalente de 23,3% para Ensino Médio Incompleto, Ensino Médio Completo e Ensino Superior Incompleto; 16,7% disseram ter Ensino Superior Completo e todos os demais respondentes, com 3,3%, que possuem Ensino Fundamental Incompleto, Ensino Fundamental Completo, Especialização e Pós-graduação Completo.

Conforme se pode observar na tabela 02, chama-se atenção para o nível de escolaridade dentre os respondentes, que é considerado alto, haja visto o histórico de barreiras existentes na comunicação dentro das salas de aulas regulares no Brasil, nas quais muitas vezes o estudante surdo acaba prejudicado por não ter professores capacitados para desenvolver as atividades educacionais necessárias para o mesmo.

**Tabela 2 – Nível de Escolaridade**

<b>Nível de Escolaridade</b>	<b>(%)</b>
Ensino Fundamental Incompleto	3,3%
Ensino Fundamental Completo	3,3%
Ensino Médio Incompleto	23,3%
Ensino Médio Completo	23,3%
Ensino Superior Incompleto	23,3%
Ensino Superior Completo	16,7%
Pós-Graduação Completa	3,3%
Pós Especialista	3,3%

Fonte: elaborada pelos autores.

**Tabela 3 – Renda Familiar**

<b>Renda Familiar</b>	<b>(%)</b>
De R\$600,00 até R\$1.500,00	36,7%
Até R\$2.500,00	20%
Até R\$3.500,00	23,3%
Até R\$4.500,00	6,7%
Até R\$5.500,00	6,7%
Até R\$6.500,00	3,3%
Até R\$7.500,00	0,0%
Acima de R\$7.500,00	3,3%

Fonte: elaborada pelos autores.

Com relação à renda familiar, identificou-se que 36,7% dos surdos contatados possui renda entre R\$600,00 à R\$1.500,00; com 23,3%

das respostas, os surdos afirmaram ter renda de até R\$3.500,00 reais; com renda de até R\$2.500,00 reais foram 20% dos respondentes. Dentre as rendas mais altas, 6,7% dos pesquisados afirmaram receber até R\$4.500,00, seguidos de 6,7% com renda de até R\$5.500,00, enquanto os demais, com 3,3% disseram possuir renda de até R\$6.500,00 e acima de R\$7.500,00, respectivamente, como mostra a tabela 03.

O tipo de surdez da maioria dos pesquisados é a surdez profunda (83,3%), seguido de surdez severa (10%), onde ambos tipos (aparelhos de surdez ou próteses cocleares) não apresentam resultados na obtenção de audição, sendo predominante a utilização da LIBRAS como meio de comunicação. Apenas 6,7% dos respondentes afirmaram ter surdez em grau moderado, onde normalmente o indivíduo utiliza algum tipo de prótese ou implante coclear, conforme mostra a tabela 04.

**Tabela 4 – Tipos de Surdez**

<b>Tipos de Surdez</b>	<b>(%)</b>
Surdez profunda	83,3%
Surdez severa	10,0%
Surdez moderada	6,7%

Fonte: elaborada pelos autores.

No que condiz ao estado civil dos entrevistados, a tabela 05 evidencia que a maioria (73,3%) afirmou estarem solteiros, seguidos de 16,7% casados, 6,7% em união estável e 3,3% divorciado. A predominância de sujeitos jovens contribuiu para os resultados referentes ao estado civil dos respondentes.

**Tabela 5 – Estado Civil**

<b>Estado Civil</b>	<b>(%)</b>
Solteiro(a)	73,3%
Casado(a)	16,7%
União Estável	6,7%
Divorciado(a)	3,3%
Viúvo(a)	0,0%

Fonte: elaborada pelos autores.

### **Aspectos relacionados ao perfil de viajante**

Buscou-se saber dos viajantes se os mesmos tinham, ou não, o hábito de viajar. Dos respondentes surdos, 60% afirmaram viajar 3 ou mais vezes ao ano, 16,7% tem por costume viajar 1 vez ao ano, 16,7% viajam 2 vezes ao ano e 10% raramente viajam.

**Tabela 6 – Frequência de Viagens ao ano**

<b>Frequência de Viagens ao ano</b>	<b>(%)</b>
1 vez ao ano	16,7%
2 vezes ao ano	16,7%
3 vezes ou mais	60%
De 2 em 2 anos	0%
Raramente	10%

Fonte: elaborada pelos autores.

Conforme visto na tabela 06, 60% dos surdos respondentes costumam viajar 3 ou mais vezes ao ano, o que sustenta a posição do Ministério do Turismo (2013), ao afirmar que o público formado por pessoas

com deficiência tem sido atraído pela prática do turismo nos diferentes segmentos desse mercado, buscando atividades que os levem a romper limites e superar desafios.

Dentre os respondentes 43,3% costuma viajar com a família, 36,7% com os amigos e 33,3% viajam sozinhos. Esses dados também permitem identificar as demandas específicas da comunidade surda, visto que um surdo que costuma viajar com parentes ou amigos que saibam LIBRAS, terá menos dificuldades na comunicação do que um surdo que viaja sozinho, embora apesar das dificuldades, percebe-se que um número relevante de pessoas surdas viaja sozinha (33,3%) e acredita-se que este número tende a aumentar.

**Tabela 7 – Com Quem Normalmente Viaja**

<b>Com Quem Normalmente Viaja</b>	<b>(%)</b>
Sozinho(a)	33,3%
Com amigos	36,7%
Com Cônjuge	6,7%
Com a família	43,3%
Com algum intérprete	0%
Com meu noivo	3,3%
Com amigos e família	3,3%

Fonte: elaborada pelos autores.

Em relação ao tipo de locomoção utilizado ficou evidenciada que o uso mais comum é a viagem em ônibus, seguido de viagens em carro próprio (46,7%) enquanto 20% utiliza o avião, como evidencia a tabela

08. Essa situação pode ser explicada, em parte, em função da renda familiar de 36,7% dos respondentes girar entre R\$600,00 a R\$1.500,00.

**Tabela 8 – Tipo de Locomoção**

<b>Tipo de Locomoção</b>	<b>(%)</b>
Avião	20%
Ônibus	66,7%
Carro	46,7%
Navio	0%

Fonte: elaborada pelos autores.

Ao escolher um tipo de hospedagem, 63,3% dos contatados apresentaram preferência por casas de pessoas conhecidas devido às dificuldades encontradas na comunicação entre surdos e recepcionistas de hotéis e similares, principalmente quando há alguma reclamação ou solicitação a ser feita no quarto, onde, se o surdo estiver desacompanhado de um ouvinte, terá ainda, o transtorno de se deslocar até a recepção para fazer a solicitação. Ainda assim, 26,7% dos respondentes informaram optar por pousadas para se hospedar, enquanto 23,3% dos pesquisados responderam que se hospedam em hotéis e 10% preferem albergues.

A escolha por hotéis, albergues e pousadas também é consideravelmente alta (60%), como mostra a tabela 09. Acredita-se que existe a tendência de aumentar cada vez mais a procura pelos meios de hospedagem tradicionais

Dos 30 respondentes, apenas 12 (40%) afirmaram já ter utilizado dos meios de serviços de agências de viagens e 60% (18) afirmaram não utilizar este tipo de serviço pelas dificuldades na comunicação entre o surdo e o atendente. Dos respondentes que já utilizaram os serviços de

agências, 75,9% responderam que a mesma não estava apta a atender o cliente surdo, conforme apresentado na tabela 10.

**Tabela 9 – Tipo de Hospedagem**

<b>Tipo de Hospedagem</b>	<b>(%)</b>
Hotel	23,3%
Pousada	26,7%
Albergue	10%
Casa/Apartamento	16,7%
Casa de Amigo(s)	63,3%
Todos	3,3%

Fonte: elaborada pelos autores.

**Tabela 10 – Já utilizou de agências de viagens de Santa Maria/RS**

<b>Já utilizou de agências de viagens de Santa Maria/RS</b>	<b>(%)</b>
Sim	40%
Não	60%

Fonte: elaborada pelos autores.

Quanto ao atendimento, foi perguntado aos respondentes como foi o processo de comunicação nas agências, sendo que 9 pessoas justificaram e 21 deixaram o item em branco. As justificativas são apresentadas no quadro 01.

Ao serem questionados se já passaram por alguma experiência ruim em razão de funcionários de empresas turísticas (bares, hotéis, restaurantes, parques de diversão, etc.) não estarem preparados para lidar com o público surdo, 56,7% afirmaram já ter passado por alguma experi-



ência ruim e 43,3% responderam não. Como justificativa 9 surdos responderam os aspectos que estão apresentados no quadro 02.

**Quadro 01 - Justificativas dos surdos referentes ao atendimento nas agências.**

<b>Justificativas dos entrevistados que consideraram o atendimento bom</b>
Bem bom... comunicação escrita
Eu gostei que passou lugar cidade
Bom (2)
Depósito para e-mail agência
<b>Justificativas dos entrevistados que consideraram o atendimento ruim</b>
Escrever papel
Lento
Precisei levar alguém para traduzir
Eu conseguir escrevendo, mas falta comunicação de Libras

Fonte: elaborada pelos autores.

**Quadro 02 – Justificativas das experiências ruins na tentativa de comunicação com ouvintes.**

<b>Experiências ruins na tentativa de comunicação entre surdos e funcionários ouvintes do ramo do turismo</b>
Má comunicação entre eu e funcionário causa demora do atendimento
Não teve intérprete de Libras
Confusão de comunicar por achavam que sou estrangeiro e ameaçavam chama polícia
Falta comunicar interpretação para bares etc
Vários
Fui em bar garçom irritado porque eu não entendia ele, ele não me entendia ele não queria escrever no papel
Não Libras
Falta acessibilidade e aprende Libras
Por isso falta que comunicação de Libras

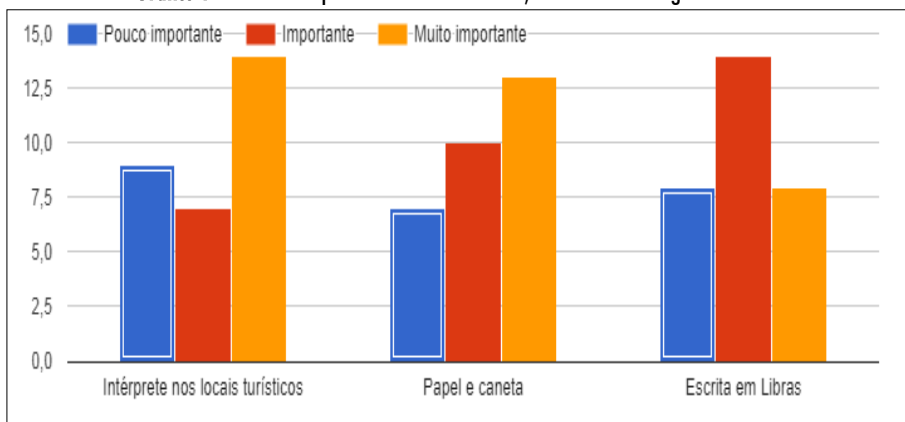
Fonte: elaborada pelos autores.

Sobre a hospitalidade com o público surdo atualmente no setor turístico, as respostas “Boa” e “Excelente”, que indicam que a hospitalidade está dentro das expectativas, tiveram um percentual de 36,6%, en-

quanto as opções “Regular”, “Tem melhorado, mas ainda não é o que se espera”, ficaram com 33,3%, seguido de “Ruim”, “Está longe do que se espera” e “Não há avanços” com 20%. A percepção de que há pouca hospitalidade foi identificada como “Hostil” e “Não há hospitalidade” para 6,7% dos respondentes.

Quando perguntado aos surdos se conheciam algum empreendimento e/ou destino turístico com acessibilidade para pessoas surdas, 76,7% afirmaram não ter conhecimento e 23,3% conhecem algum local. Dos 7 surdos que afirmaram conhecer algum local com acessibilidade, apenas 2 responderam onde são estes locais, sendo uma empresa do ramo alimentício da cidade em Santa Maria/RS e outra empresas de turismo com programas para surdos, que atua nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

**Gráfico 1 - Nível de importância das facilidades, durante uma viagem turística**



Fonte: elaborada pelos autores.

Intérprete nos locais turísticos e Papel e caneta, são os meios de comunicação mais utilizados entre pessoas surdas e ouvintes, já a Escrita em LIBRAS é um facilitador na compreensão dos textos. Neste contexto, foi solicitado que os pesquisados respondessem qual o nível de importância destas facilidades durante uma atividade turística, o que é apresentado no gráfico 01.

Para finalizar o questionário, foi deixado o último item para “comentários”, para que os respondentes pudessem registrar sua opinião, onde 6 respondentes demonstraram de forma diversificada as dificuldades encontradas durante suas atividades relacionadas ao turismo e como fazem para superar essas dificuldades. Um surdo solicita mais utilização de vídeos em LIBRAS, outro comenta que quando foi para o Canadá teve dificuldade em entender a Língua de Sinais Americana e que isso ampliou sua preocupação para com os surdos que não são oralizados na Língua Portuguesa. Comentam, também, que não há intérpretes nos Museus de Santa Maria, e que procuram estar, sempre que possível, acompanhados ou de um ouvinte que saiba LIBRAS ou de um surdo que seja oralizado na Língua Portuguesa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A inserção de LIBRAS como meio de comunicação entre surdos e ouvintes, mesmo no século XXI e com todos os avanços ocorridos nas últimas décadas para o público surdo, ainda é um assunto pouco tratado dentro dos empreendimentos turísticos da cidade. As informações cole-

tadas durante a pesquisa revelam que a falta de comunicação é a maior dificuldade encontrada pelos surdos de Santa Maria em situações de viagens.

Nesse sentido, destaca-se a importância de um intérprete de LIBRAS, atuando para promover o contato direto com a empresa e o esclarecimento entre ambas as partes, na tentativa de concluir de maneira eficiente suas negociações, contribuindo tanto para a boa experiência do indivíduo surdo, satisfazendo seus anseios, quanto para o fomento junto às agências e também para as atividades do turismo local.

Fazer com que os profissionais atuantes no ramo do turismo de Santa Maria se sintam confiantes e capazes de atender esse público alvo não é uma tarefa fácil, contudo se faz necessário um trabalho de sensibilização junto aos gestores de turismo da cidade, assim como em todo o Brasil, promovendo palestras, treinamentos e, principalmente, disponibilizando vagas para os profissionais que estejam dispostos a aprender diferentes línguas, dentre as quais LIBRAS.

Embora o questionário tenha sido aplicado como teste com 2 surdos e, após ajustes, tenha sido aprovado, os respondentes do teste tinham, por coincidência, a língua portuguesa como segunda língua, o que facilitou o entendimento destes nas perguntas do questionário. O questionário foi disponibilizado em redes sociais voltadas para o público alvo ou enviado via e-mail, através da indicação de pessoas que conhecessem esses surdos residentes de Santa Maria. Contudo o número de respostas recebidas não foi o esperado, comparado a quantidade de questionários enviados. Identificou-se, então, que muitos surdos possuem ape-

nas o domínio de LIBRAS, como língua mãe, o que gerou dificuldades em interpretar as perguntas do questionário. A partir de então, buscou-se auxílio junto à Escola Especializada em Educação para Surdos Reinaldo Cóser, para aplicar o questionário *in loco*, com a mediação de um professor de LIBRAS, obtendo então o resultado final de 30 respondentes. Sendo assim, uma das limitações do estudo consiste no número pequeno de pessoas surdas que responderam a esta pesquisa.

Sugere-se realizar pesquisas futuras com as empresas do *trade* turístico de Santa Maria – RS, na intenção de analisar as condições de acessibilidade apresentadas em todos os estabelecimentos, para fomentar a inclusão social de todas as pessoas portadoras de deficiência. Sugere-se, também, como estudos futuros, que a matriz curricular dos cursos de graduação em turismo sejam investigadas, a fim de compreender se a temática é tratada ao longo das disciplinas destes cursos.

Finaliza-se o trabalho com a certeza de que compreender o perfil desse público, possibilita aos gestores tanto obter informações que fomentem investimentos que poderão ser um aporte ao crescimento das empresas do ramo do turismo, quanto estimular a importância da verdadeira hospitalidade, lembrando que existem muitos cursos gratuitos e que os próprios funcionários dos estabelecimentos poderiam fazer estes cursos para que a empresa, sem custos adicionais, seja mais hospitaleira e para que a sociedade avance no sentido de cada vez mais incluir não só os surdos, mas todas as pessoas com deficiências.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. V. Turismo para pessoas com deficiência. Capítulo 27. In: NETTO, A. P.; ANSARAH, M. G. R. **Segmentação do mercado turístico**. Manole, 2009, p. 467.
- AGRESTI, A.; FINLAY, B. **Métodos estatísticos para as ciências sociais**. Porto Alegre - RS. Penso Editora. 2012.
- ANDRADE, L. L.; ALVES, A. M. **A Inclusão do Surdo na Atividade do Turismo Através do Uso de LIBRAS**. Artigo apresentado para obtenção de graduação do Curso de Bacharelado em Turismo da Fundação Visconde de Cairu. Salvador – BA. 2011.
- BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 17. ed. Campinas, SP: Ed. Papirus, 2014.
- BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 12. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.
- BRASIL. LEI, Nº. 10.436, de 24 de Abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais–Libras e dá outras providências. Disponível em:** <[planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm)>. Acesso em: 11 set. 2017.
- BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 1999. Disponível em: <[planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7853.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm)>. Acesso em: 16 out. 2017.
- BRASIL. LEI, Nº. 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**, 2000. Disponível em: <[planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10098.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm)>. Acesso em: 18 out. 2017.

BRASIL. **Programa nacional de apoio à educação de surdos**. 2004. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

ESCRITA DE SINAIS. **Datilologia**. Disponível em: [HTTP://escritadesinais.wordpress.com/](http://escritadesinais.wordpress.com/). 2010. Acesso em: 07 set. 2017.

ESCRITA DE SINAIS. **O que é Libras**. Disponível em: <[HTTP://escritadesinais.wordpress.com/2010/08/09/o-que-e-libras/](http://escritadesinais.wordpress.com/2010/08/09/o-que-e-libras/)>. 2010. Acesso em: 12 out. 2017.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia. São Paulo. **Moderna**, 1984.

GIL A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. **São Paulo: Atlas**, 1999.

GUGEL, M.A. **Pessoas com deficiência e o direito ao concurso público**. 3. ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2016. Disponível em: <[www.pessoacomdeficiencia.gov.br](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br)>. Acesso em 16 dez. 2015.

HISTÓRIA DOS SURDOS. **A história das Libras no Brasil**. Disponível em: <[educacaodesurdosnobrasil.blogspot.com.br/2009/05/1855-hernest-huet-chega-ao-brasil.html](http://educacaodesurdosnobrasil.blogspot.com.br/2009/05/1855-hernest-huet-chega-ao-brasil.html)>. 2009. Acesso em: 20 out. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2015, Características gerais da população**. Disponível em: <[ibge.gov.br](http://ibge.gov.br)>. 2015. Acesso em 12 ago. 2017.

LAGES, S.; MARTINS, R. Turismo inclusivo: a importância da capacitação do profissional de turismo para o atendimento ao deficiente auditivo. **Estação Científica**, Juiz de Fora, n. 3, Outubro de 2006.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Estudo do Perfil de Turistas**. – Pessoas com Deficiência – Documento Técnico. Brasília. Disponível em: [www.turismo.gov.br/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Estudo\\_de\\_dem\\_turistas\\_pessoas\\_com\\_def\\_DocCompleto\\_12.2013.pdf](http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Estudo_de_dem_turistas_pessoas_com_def_DocCompleto_12.2013.pdf). 2013. Acesso em: 11 out. 2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais. Brasília. Disponível em:

www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\_ministerio/publicacoes/downloads\_publicacoes/Marcos\_Conceituais.pdf. 2006. Acesso em: 02 set. 2017

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo movimentou 492 bilhões no Brasil em 2014**. Disponível em:

<http://www.brasil.gov.br/turismo/2015/03/turismo-movimentou-r-492-bilhoes-no-brasil-em-2014-1/view>. Acesso em: 12 out. 2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Viajar está nas preferências dos brasileiros**. Disponível em: <[Brasil.gov.br/turismo/2015/03/viajar-esta-cada-vez-mais-na-preferencia-dos-brasileiros](http://Brasil.gov.br/turismo/2015/03/viajar-esta-cada-vez-mais-na-preferencia-dos-brasileiros)> 2015. Acesso em: 18 ago. 2017.

MUNSTER, M. A. V. 2004. Esportes na natureza e deficiência visual: uma abordagem pedagógica. 2004. 309p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

NETTO, A. P. **Filosofia do turismo: teoria e epistemologia**. Aleph, 2005

NUNES, E. et al. Inclusão social de Portadores de Necessidades Especiais (PNEs) e a prática do turismo em áreas naturais: avaliação de seis cavidades turísticas do Estado de São Paulo. **Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas**, v. 1, n. 1. 2008.

PORTAL OTORRINOLARINGOLOGIA. Dr. Robinson Koji Tsuji. **Tipos de Surdez**. Disponível em: <[portalotorrinolaringologia.com.br/SURDEZ-graus.php](http://portalotorrinolaringologia.com.br/SURDEZ-graus.php)>. 2014. Acesso em: 03 set. 2017.

PERLIN, G. Identidades surdas. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre. Editora Mediação, v. 2000. 1998.

SILVA, M. Acessibilidade em Turismo: a acessibilidade dos surdos aos serviços turísticos de Goiânia-GO. **Revista Turismo em Análise**, v. 24, n. 2. 2013.

SMITH, M.; AMORIM, E.; SOARES, C. O turismo acessível como vantagem competitiva: implicações na imagem do destino turístico. **PASOS. Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**, v. 11, n. 3, 2013.

STROBEL, K. L. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 3 ed. Florianópolis: UFSC, 2013.



# TURISMO ACESSÍVEL PARA TODOS: UM ESTUDO DE CASO EM CAMBRE – ESPAÑA

SOARES, JAKSON RENNER RODRIGUES;  
SÁNCHEZ-FERNÁNDEZ, MARÍA DOLORES.

## INTRODUÇÃO

Na atualidade é difícil entender a vida de um indivíduo sem a realização de atividades de ócio. Elas nos permitem espairecer, descansar, liberar a mente da rotina, entrar em contato com outras pessoas, isto é, coisas tão simples que muitas vezes nem são questionadas pelo gestor. No entanto, nem todas as pessoas têm as mesmas possibilidades. Algumas pessoas não tem a oportunidade de escolher entre fazer uma coisa ou outra. Este é o caso de pessoas com diversidade funcional<sup>2</sup>, as quais necessitam lugares adaptados e acessíveis. Neste contexto, é verdade que há bem poucos espaços públicos que cumpram com essa prerrogativa, e por isso, as suas oportunidades de lazer encontram-se bastante limitadas.

Com tudo, este trabalho apresenta um estudo realizado em Cambre, município galego onde está a sede da Asociación Arela. Esta foi uma oportunidade de promover a discussão da necessidade da existência

---

<sup>1</sup> Autor corresponsal: [msanchezf@udc.es](mailto:msanchezf@udc.es)

<sup>2</sup> Novo termo utilizado para lutar pela dignidad de seres humanos que têm alguma necessidade especial. Manuel Lobato, J. R. (2005). *Diversidad funcional, nuevo término para la lucha por la dignidad en la diversidad del ser humano*. In \_\_\_\_ Foro de Vida Independiente – Maio 2005

de atividades e infraestruturas realmente adaptadas a todos os cidadãos, quer tenha ou não necessidades especiais. Sendo assim, em busca de um turismo para todos, o qual esteja adaptado às necessidades que possam ter qualquer indivíduo, em distintas situações. Deve-se notar que este capítulo adota uma abordagem original em que um projeto é desenvolvido sob a perspectiva do turismo acessível em uma área geográfica específica, não previamente analisado em profundidade, em colaboração com usuários com necessidades especiais provenientes de uma associação localizada nessa área geográfica.

Pode-se destacar que, muitas vezes, mesmo que o estrito cumprimento da lei melhore a real acessibilidade, na prática não resolve todas as dificuldades encontradas. Isto é, entendemos que cumprir com os requisitos mínimos de uma lei não é a solução para conseguir o desenho de um turismo realmente para todos. Isso porque, ainda que um estabelecimento seja acessível, para que o destino também seja assim considerado deverá ser acessível para chegar e estar durante uma estância.

Outro aspecto destacável com relação a democratização dos espaços com relação à acessibilidade é que a maioria da população não se opõe à essa ideia, isto é, as pessoas em geral estão sensibilizadas para ter espaços acessíveis. No entanto, em maior medida os erros provêm da falta de conhecimento, em lugar da apatia ou falta de comprometimento. Por isso, o projeto pretendeu também trazer a debate a real necessidade social de promover entornos acessíveis para todos, oferecendo uma panorâmica de possíveis zonas e atividades de ócio adaptadas. O objetivo foi conscientizar da necessidade de desenhar atividades e

infraestruturas para todos. Neste sentido, a base de qualquer tipo de compromisso com a acessibilidade começa com a tomada de consciência do tema.

Para trabalhar nos objetivos propostos, decidiu-se por escutar a voz dos próprios usuários da Asociación Arela, principais interessados nos resultados do trabalho. Para isso, efetuou-se um estudo qualitativo com uso da entrevista com roteiro semiestruturado para identificar os interesses, necessidades e expectativas dos usuários para com as atividades de ócio que pudessem ser implantadas no município. Sequencialmente, realizaram-se dois trabalhos distintos: 1) diagnóstico de acessibilidade das principais infraestruturas de ócio na área geográfica em questão e 2) desenho de uma zona de Ócio ao Ar Livre. Finalmente, nesta primeira parte do capítulo buscou-se deixar em evidencia a realidade das pessoas com algum tipo de diversidade funcional, que não podem aceder a lugares, atividades, infraestruturas ou, inclusive, zonas da sua própria cidade livremente. A proposta de design de lazer está em linha com Lyu (2016), que conclui que os turistas com necessidades especiais colocam maior peso na acessibilidade das instalações, já que este projeto examina infraestruturas existentes e faz uma proposta de melhoria para adaptá-los.

Para denotar isso, existem poucos estudos no campo do turismo acessível, bem como dispersos em áreas geográficas e variados na abordagem das áreas de estudo, como pode ser comprovado na revisão da literatura proposta neste trabalho. É por isso que devemos fazer um esforço para avançar esse conhecimento, que se destina a desenvolver

este projeto. Este capítulo está estruturado em três blocos, primeiro uma revisão da literatura sobre turismo acessível é realizada. O segundo bloco apresenta o estudo de caso que foi desenvolvido na forma de um projeto. Este bloco é dividido em seções que começam a situação, apresentação da associação Arela, apresentação do Município de Cambre e design de uma área de recreação ao ar livre. O terceiro bloco é moldado pelas conclusões e, finalmente, as referências bibliográficas são organizadas.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Existem poucos estudos, e bastante recentes, dedicados ao turismo acessível, que é um desafio nesta linha de pesquisa. Em seguida, passamos a rever a literatura a partir das bases bibliográficas principais (Scopus e Web of Science), não limitando o período de tempo. Verificou-se que não existe uma bibliografia excessiva nesta área, proveniente de diferentes áreas, abrangendo diferentes áreas geográficas, sendo muito diversificada e dispersa. Os seguintes são os principais estudos relacionados ao turismo acessível que corroboram a necessidade de continuar investigando esta questão.

Dos trabalhos mais antigos e citados neste campo é a investigação de Brown (1991) que tratava do turismo para todos. Dominguez (2009) tratou da área de comercialização o produto turístico acessível, da perspectiva do marketing turístico para pessoas com necessidades especiais. McCabe (2009) realizou pesquisas sobre a avaliação do turismo social, estudou grupos socialmente excluídos no Reino Unido, atração nas necessidades motivacionais para a realização de viagens de lazer.

Molina e Canovés (2010) estudou a situação do turismo acessível na Catalunha e em Espanha, a partir da perspectiva da área geográfica. Na província de Cádiz Fernández (2007) desenvolveu um estudo sobre a acessibilidade dos hotéis localizados nesta província, na perspectiva do turismo acessível. No Estado da Galiza, Sánchez-Fernández (2013) também desenvolveu um estudo sobre acessibilidade de hotel, que incluiu também o estudo da acessibilidade das praias, na perspectiva do turismo acessível no destino. Com base nas reflexões dos estudantes de turismo, Bizjak, Knezevic e Cvtrznik (2010) coletar uma série de questões de necessidades especiais, a fim de melhorar a percepção e as atividades dos estudantes em relação a pessoas com necessidades especiais como turistas. Priestley, Waddinton e Bessozi (2010) abordar os desafios para a criação de uma pesquisa participativa em que colaboram com organizações de pessoas com necessidades especiais nos países europeus. Esses autores apresentaram as primeiras conclusões do projeto chamado EURADE “*Agendas europeas de investigación para la igualdad de discapacidad*” em sua pesquisa. Macbeth (2010) realizou um estudo sobre necessidades especiais em esporte e lazer. Pesquisa que vem de experiências como pesquisadores incapacitados ou não-incapacitados (necessidades especiais inclusiva e emancipatória). É uma pesquisa teórica em que os acadêmicos ofereceram relatórios detalhados e limitantes, refletindo sobre suas experiências. Blichfeldt e Nicolaisen (2011), através de entrevistas qualitativas com turistas de mobilidade reduzida, analisou o esforço de turismo, identificando barreiras, benefícios e decisões do turista desocupado lançado do papel de "objeto de atendimento". Emira e Thompson (2011) estuda-

ram as percepções das famílias sobre o acesso a serviços de lazer para crianças com necessidades especiais no Reino Unido. Kim e Lehto (2012) investigaram as viagens de lazer das famílias coreanas de crianças com necessidades especiais, investigando as motivações e as atividades realizadas pelas famílias em torno do turismo de lazer através de um estudo quantitativo. Esses autores analisaram o vínculo entre as motivações da viagem e os domínios da atividade. Em torno do turismo social McCabe e Johnson (2013) investigaram as relações entre o turismo, a qualidade de vida e o bem-estar subjetivo dos turistas sociais. Orientaram o estudo para diferentes tipologias do turismo, não apenas referindo-se ao turismo relacionado a pessoas com necessidades especiais. Eichhorn, Millery e Tribe (2013) analisaram a nível teórico e prático as estratégias de resistência das pessoas com necessidades especiais relacionadas às diferenças contextuais entre vida diária e turismo. Jurado (2014) estudou o turismo acessível na Andaluzia e em Portugal de forma teórica e conceitual. Neste estudo, o fenômeno foi analisado, um diagnóstico dos problemas e os fatores a serem promovidos. Além disso, foram sugeridas várias estratégias e ações na área geográfica analisada.

Dos estudos mais recentes serão realizados os de Dominguez, Alén e Darci (2017) que investigam a acessibilidade web na indústria do turismo, analisando os diferentes sites oficiais das organizações nacionais, a fim de obter padrões e classificações de práticas exemplares. Cloquet, Palomino, Shaw, Stephen e Taylor (2017) realizaram um estudo de turismo acessível sob o paradigma do desenvolvimento sustentável, explorando empiricamente as atrações turísticas em Cornwall (Inglaterra).

Lyu (2016) orientou seu estudo analisando as preferências distintivas dos produtos dos turistas com necessidades especiais para a realização de viagens acessíveis. O estudo é realizado na Coreia para pessoas com necessidades especiais. Concentrando-se em uma necessidade especial específica, o autismo, no campo da saúde psicológica, concentra sua pesquisa na área do turismo como uma jornada de emoções Sedgley, Pritchard, Morgan e Hanna (2017). O objetivo do estudo são as mães dessas crianças com dificuldades, enquadrando o turismo como um cenário agradável, escapante, estimulador, usando a novidade e o relaxamento. Uma análise do turismo acessível para todos ao realizar uma revisão da literatura foi desenvolvido por SeselkIn e Petrova (2017). Zajadacz e Szmaj (2017) desenvolveram uma análise turística acessível para surdos na Polônia. Esses autores analisaram especificamente programas multimídia para turistas SiTur e SiTex como propostas de informação urbana acessível, com base na linguagem de sinais polonesa. Dickson, Miserer e Darcy (2017) analisaram os destinos turísticos com base na revisão da literatura de eventos esportivos para pessoas com diversidade funcional ou para-esportes, a fim de proporcionar maior competitividade à cidade anfitriã. Santos, Almeida, Martins, de Oliveira e Gonçalves (2018) (com publicação antecipada) desenvolvem em sua pesquisa um sistema de recomendações turísticas com base em usuários e pontos de interesse (POI), analisando se os níveis de funcionalidade física e psicológica do usuário desabilitado podem desempenhar um papel importante. Eles realizam recomendações baseadas no turismo híbrido através do desenvolvimento de um modelo proposto.

Ressalta-se que, após a revisão da literatura, as fontes com poucos anos de publicação são coletadas, mostrando assim a incipiente dessa linha de pesquisa. Por esta razão, este trabalho se concentrou no turismo acessível em uma área geográfica específica não explorada e em colaboração com entidades sociais, levando em consideração as pessoas diretamente afetadas. A originalidade desta pesquisa decorreu do diagnóstico dos problemas a serem resolvidos, dos fatores a serem promovidos, bem como das estratégias e ações a serem realizadas na área analisada.

### **Estudo de caso**

O estudo de caso abrange quatro seções que começam com a situação inicial, seguida da apresentação da associação Arela, e o Município de Cambre é apresentado e, finalmente, o design de uma área de lazer ao ar livre. Na seguinte sessão apresentaremos a situação de partida do trabalho, os sujeitos interessados, a área geográfica estudada e a metodologia empregada para o seu desenvolvimento.

### **Situação de partida**

Para a realização deste trabalho e com a finalidade de identificar as motivações, preferências e necessidades do público objetivo com relação a realização de atividades orientadas à inclusão, entrevistou-se a familiares e responsáveis dos usuários com diversidade funcional, sócios da Asociación Arela (Cambre). Antes de proceder a analisar os resultados, cabe destacar a alta participação dos interessados. Contamos com um total de 18 respostas das 20 pessoas contatadas para dar a entrevista.



Como resultado desta etapa, comentamos que todas as famílias estão interessadas em que o indivíduo que padece diversidade funcional realize atividades inclusivas. Pois, além de conhecer gente com limitações parecidas, também interessa que se relacionem com outras pessoas (sem necessidades especiais) com a finalidade de enriquecer a sua socialização e gerar visibilidade dos seus problemas.

Os usuários demonstram um grande interesse em participar de atividades de lazer e ócio. Participam ativamente de atividades orientadas a sujeitos com algum aspecto limitante, no entanto, indicam que por muitas vezes essas limitações não são consideradas pelos organismos públicos (ou privados) que as organizam. Neste sentido, encontramos que os usuários da Asociación Arela buscam suprir a necessidade de muitas distintas maneiras. Organizando atividades na própria Asociación, como: terapias (fisioterapia e logopedia), aulas em piscina, saídas lúdicas, acampamentos, jornadas de lazer, visita a museus, surf... Atividades organizadas pelo colégio das crianças, como: excursões, multideportes e saídas culturais/extraescolares. Não só isso; buscam também aceder a atividades organizadas por outras associações.

Por outro lado, também existem famílias que afirmam não participar das atividades com seus filhos porque não sentem atração ou interesse por nenhuma das atividades que se organizam para as crianças com diversidade funcional. Neste caso, lembramos que muitas vezes se confunde inclusão com integração. Isto é, os gestores desenham atividades integradoras (metem os usuários com diversidade funcional a realizar atividades desenhadas só para eles), quando teriam que planejar

atividades inclusivas, que qualquer indivíduo, com ou sem limitação, pudesse realizá-la de igual maneira.

**Quadro 1- Representação exclusão, segregação, integração e inclusão.**



Fonte: Filosofia Hoje (2014)

A partir de uma lista pré-desenhada com apoio dos trabalhadores da Asociación Arela, apresentou-se uma variedade de potenciais atividades de interesse para os seus usuários. As atividades foram consideradas segundo a possibilidade de inclusão, não a integração dos usuários. Os resultados obtidos nos indicam que as atividades que resultam de maior interesse são: ir ao teatro ou ao cinema, dar um

passeio a beira do Río Mero, fazer atividades aquáticas (paddle, surf, kayak...) e montar a cavalo. Como se contava com uma pergunta aberta, os entrevistados também indicaram ter interesse em atividades desportivas adaptadas como (basket ou ténis), campings e excursões ao ar livre.

Chegado a este ponto, interessa-nos discutir o grau de independência dos usuários com diversidade funcional. Para isso, questionou-se se havia a possibilidade dos indivíduos com diversidade funcional participarem sozinhos (entenda-se sempre na companhia de algum responsável certificado) a alguma atividade. Com essa pergunta o que interessava realmente entender era se o projeto teria como público objetivo os usuários com diversidade funcional, ou pelo contrário, se se poderiam fazer atividades para os seus familiares e cuidadores em paralelo. Neste caso, as respostas giraram sobre a mesma problemática. Isto é, aceitavam deixá-los sós, desde que estivessem acompanhados por profissionais de profissionais capacitados.

Finalmente e bastante relacionado com a pergunta anterior, com relação ao tempo livre em família, identificamos que essas famílias tem as oportunidades bastante limitadas. Concretamente, é constante identificar no perfil a falta de acessibilidade em atividades tão simples como dar um passeio perto de casa. Não só isso, muitos acreditam que o único tempo que tem de lazer se confunde com as atividades terapêuticas para os seus filhos ou tutelados. Isto é, a terapia é um dos momentos em que tanto usuários como familiares estão fazendo algo por separado.

Com essa primeira etapa de conhecimento da situação de partida, detectou-se uma forte ausência de atividades destinadas à inclusão daquelas pessoas que sofrem algum tipo de diversidade funcional. Também é certo, salvo exceções, que é graças ao trabalho de distintas associações que essas pessoas têm possibilidade de desfrutar de atividade de ócio. No entanto, ainda falta muito caminho por percorrer e seria interessante fomentar a inclusão de tal forma que os projetos públicos não estejam dirigidos unicamente a pessoas com diversidade funcional, senão que haja espaços acessíveis para todos.

Conhecida um pouco a problemática do capítulo, faz-se a seguir uma breve apresentação do público objetivo deste projeto de inclusão social a partir do turismo, a Asociación Arela Cambre.

### **Apresentação da Asociación Arela**

A *Asociación de Persoas con Discapacidade e Familiares de Cambre* (ARELA) é uma associação galega sem fins lucrativos que nasceu no ano 2007 com a finalidade de prestar atenção a pessoas com diversidade funcional (quer seja sensorial, cognitiva, física ou psíquica) e ao mesmo tempo apoiar os familiares através de uma equipe multidisciplinar, com distintas terapias e atividades. A associação percebeu que esses indivíduos tinham muitas inquietudes e queriam lutar pelos seus direitos, por tanto, responsabilizou-se por lutar para poder oferecer, por um lado, mais atividades de ócio e lazer para este coletivo, e por outro lado, poder oferecer serviços que são necessários para eles de jeito mais econômico, tais como fisioterapia, logopedia e terapia ocupacional.

ARELA conta com aproximadamente 100 sócios, entre usuários com diversidade funcional e seus familiares. Na associação trabalham dois técnicos responsáveis por toda a parte administrativa, contratação de serviços, pagamentos, desenhos de atividades, entre outras. Cabe destacar que os dois profissionais são pessoas com diversidade funcional, concretamente com mobilidade reduzida. Esse detalhe é importante considerar, visto que assim não se geram nenhum tipo de relação de superioridade, já que as famílias se identificam perfeitamente com esses profissionais.

Essa associação tem um lugar próprio onde realizar as terapias para os seus usuários. Também contam com o escritório onde realizar reuniões e receber visitas. Da mesma maneira, contam com o acesso aos espaços públicos propriedade da prefeitura para realizarem atividades lúdicas, reuniões grandes, congressos e outros eventos.

Nesses 10 anos, a ARELA vem trabalhando para a mudança do paradigma com relação a diversidade funcional. Nos seus primeiros anos de funcionamento, o trabalho principal era conseguir apoio, muitas vezes financeiro, para os usuários. Hoje, como eles mesmos fazem questão de explicitar, o trabalho vai muito mais relacionado com a sensibilização da sociedade para com esse público. São indivíduos como qualquer outro que tem uma diferença, necessitam de alguma atenção mais especial.

## **Apresentação do Município de Cambre**

Por outro lado, Cambre é um município que faz limites com a cidade de A Coruña, capital da província galega com o mesmo nome.

Tem uma situação privilegiada porque está localizada no centro da região e ligado à capital por várias vias. Este município está localizado a 10 minutos do Aeroporto de Alvedro (A Coruña) e a 15 minutos do Porto da Coruña. Possui estradas que o ligam a capital da Galiza, Santiago de Compostela, além disso, tem acesso via transporte ferroviário.

Cambre está localizado na região de As Mariñas, zona de interesse paisagístico e ambiental. Pertence à zona costeira de influência marítima, ainda que a única costa está em O Temple. O município é atravessado pelo Rio Mero. Conta com um clima oceânico húmido e temperaturas suaves, oscilando entre 7-8 graus no inverno e arredor dos 20 no verão.

Possui ao redor de 24.677 habitantes distribuídos nos mais de 120 núcleos populacionais e com crescimento positivo e bastante equilibrado. O perfil corresponde-se a famílias novas com filhos, procedentes na sua maioria de outros municípios da província que fixam a sua residência em Cambre devido ao preço da moradia ser mais barato com relação aos municípios próximos. Cabe destacar que uma grande parte deste aumento de residentes está localizado nos bairros do Graxal e na Barcala, local onde está a sede da Asociación Arela.

### **Turismo em Cambre**

Em Cambre pode-se encontrar um grande oferta de cultural, de ócio e desportiva baseada tanto na riqueza e variedade de entornos naturais (espaço natural protegido de Cecebre, a Fraga de Cecebre, o Camiño Inglés ou o passeio fluvial do Rio Mero), como o seu importante

patrimônio histórico-artístico (Igreja Românica de Santa Maria de Cambre, um dos poucos templos do século XII que se conserva em perfeitas condições ou a Vila Romana no Baixo Império, da que se conservam os restos dos banhos ou as termas). Além disso, zonas para caminhadas, a arquitetura do século XIX, as festas patronais famosas e a sua gastronomia fazem de Cambre um referente turístico da região das Mariñas. Rutas de senderismo no Consorcio das Mariñas. Como último detalhe, cabe destacar que o roteiro do passeio fluvial do Rio Mero, realizado pelo Ministério de Medio Ambiente, trata-se de um projeto de restauração ambiental que discorre na região, mas que não considerou aspectos de acessibilidade, dificultando que se pudessem realizar atividades para todos os públicos.

### **Desenho de uma zona de recreação ao ar livre**

O Rio Mero proporciona à região uma enorme biodiversidade através de abundantes aves, mamífera e peixes que se alimentam de pequenos invertebrados. O bosque que o acompanha, na ribeira natural, possui um hábitat de fauna e flora com valor recreativo e natural. O passeio pegado ao rio discorre por cerca de 20 km. É uma estrada de terra batida, sem mais infraestruturas que ferros que limitam o aceso de veículos motorizados, além e algumas pontes para pedestres. Na época de primavera e verão o passeio faz-se mais atrativo pela presença de pequenas vegetações à beira do rio. Isto é, este resulta ser um lugar agradável para realizar desportos ao ar livre, especialmente para percorrê-lo em bicicleta ou a pé.

Como já se mencionou anteriormente, existe um interesse por parte dos sócios da Asociación Arela de também realizar atividades na zona do Rio Mero, no entanto, faz-se necessário trabalhar a acessibilidade. Visto isso, torna-se necessária uma habilitação de, pelo menos, um traçado do passeio, resultando realmente em uma possibilidade de turismo para todos. Trata-se assim da humanização de aproximadamente 1,250 km do passeio existente ao lado do rio.

Ante isso, busca-se a criação de um espaço de ócio e recreação na qual, não só os usuarios da Arela sairão beneficiados, senão também todos os indivíduos da zona. Não só isso, inclusive pessoas que não são da zona poderão desfrutar, relaxar e passar um bom período de descanso na área. O compromisso público pela integração dos seus cidadãos poderia gerar um fluxo de visitas ao município, visto que seria o primeiro da região a ter uma área de lazer adaptada a todos os públicos. Neste sentido, é importante considerar que nem todas as pessoas dispõem das mesmas capacidades, e portanto, o que para algumas pessoas é algo simples e normal, para outras pode chegar a ser um grande obstáculo. Finalmente, é devido a essas diferenças nas capacidades e pensando nas diversidades funcionais de todos, aspecto primordial a pensar em um Destino de Turismo para Todos que se deve dar ênfase que a zona habilitada será completamente acessível para todas aquelas pessoas que desejem visitá-la.

### **Zona do passeio**

A proposta de adaptação gira ao redor de uma zona residencial, A Barcala com uma distância de aproximadamente (1km e meio). Ela foi



feita ara tornar o passeio existente mais acessível, visto que há certos pontos do percurso que atualmente não estão em bom estado.

Um primeiro problema são os acessos a área, algo complicados para pessoas que tenham alguma dificuldade de locomoção, já que é uma zona bastante empinada, com solo resvaladiço y sem um corrimão ou apoio de braços. Portanto, supõe um grande obstáculo para indivíduos em cadeira de rodas, que usem muletas, quem tenham algum pequeno problema de mobilidade, ou inclusive, uma pessoa com um carrinho de bebê.

Outro aspecto a ser considerado é o cercado de proteção que acompanha o rio. Na atualidade, o passeio só dispõe de proteção na parte inicial (além de estar em mau estado de conservação), perto da entrada pela Barcala. Portanto, será necessário refazer esta cerca para a segurança dos usuários do passeio, pelo menos nas zonas onde possa ser mais perigoso.

Também não pode esquecer-se da qualidade da pavimentação. Enquanto ao asfaltado atual, recomenda-se adaptar o passeio com um solo especial que não suponha obstáculos para os visitantes do passeio, principalmente aquelas pessoas em cadeira de rodas ou com mobilidade reduzida de alguma maneira. Assim mesmo, devem-se considerar aspectos ambientais, neste sentido, espera-se uma intervenção minimamente agressiva com o entorno da zona, buscando não alterar a imagem do ambiente. Caso seja um solo de madeira, muito frequente em pavimentações das praias galegas, consistiria em lâminas com um acabado antideslizante, de forma que no caso de que chova, este não

ficaria resvaladiço e poderia ser transitável durante todo o ano, independente de época estival ou não. Finalmente, o solo deve ter uma largura mínima de 1,5m como mínimo, para que mais de uma cadeira de roda possam cruzar-se no mesmo momento.

Além disso, recomenda-se colocar bancos ao longo de todo o percurso, a cada 500 metros, para que todas as personas que necessitem descansar possam aproveitar o passeio sem maiores transtornos. Estes assentos deverão ser rebaixados, adaptados a todos os usuários, para que, no caso de necessidade, o individuo possa transferir-se de forma independente da sua cadeira de rodas ao banco.

Na reta final do traçado, deve-se aproveitar para instalar uma pequena área de lazer com mesas, bancos, lixeiras e painéis informativos da região. Se bem é certo que já existe um painel com informação turística, este está defasado e não apto para o uso. Além do mais, se estamos falando de um turismo acessível e para todos, seria interessante que esteja adaptado com pictogramas, em braile e a uma altura que permita a leitura por pessoas em cadeira de rodas. Finalmente, nessas mesmas imediações, recomenda-se a instalação de parque de recreio ao ar livre, para que as crianças possam disfrutar e divertir-se enquanto estão em contato com a natureza.

### **Acesso ao passeio**

Segundo a OMT (2015), para que se considere um Turismo para todos, tanto os atrativos como os meios de chegar e se locomover no

destino devem ser acessíveis do mesmo modo e seguindo os mesmos critérios que no resto do passeio. Assim, o acesso ao Passeio do Rio Mero deve estar totalmente adaptado.

Depois de realizado o estudo da zona valorando 3 possíveis acessos, decidiu-se por propor a adaptação da acessibilidade do passeio já existente. A zona de acesso necessitaria uma boa adaptação para facilitar a entrada ao passeio. Vale ressaltar que essa zona conta com um amplo espaço descampado que poderá servir como estacionamento, com a finalidade de facilitar ainda mais a acessibilidade. Claro está que dito estacionamento deverá contar com vagas reservadas para pessoas com mobilidade reduzida.

Uma segunda possibilidade, mas muito menos interessante devido à grande necessidade de adaptação, é um acesso vindo direto do bairro da Barcala, aproveitando um passeio já existente. No entanto, ele encontra-se em muito mau estado e necessita de uma adaptação completa, visto que é um terreno bastante empinado com uma trilha muito estreita e em um terreno muito desnivelado.

Finalmente, após a realização do estudo, chegou-se à conclusão que ambos acessos são os mais viáveis para a aproximação ao passeio fluvial do Rio Mero. As outras possibilidades ficam totalmente descartadas devido às dificuldades que causam as vias do trem que passam pela região. Como conclusão, faz-se necessário enfatizar a ideia de que todos os acessos deverão estar adaptados para todos os casos de diversidade funcional, seguindo todos os critérios que regem a adaptabilidade do passeio fluvial do Rio Mero.

## CONCLUSÕES

O objetivo deste trabalho foi conseguir desenhar um *TURISMO PARA TODOS* em colaboração com a Asociación Arela. Concretamente, dar a possibilidade de facilitar o acesso a atividades das que não gozam ou tem dificuldades de realizá-las. Antes de trabalhar no projeto propriamente dito, realizaram-se uma série de trabalhos com os usuários e familiares dessa organização. Foram eles mesmos os que informaram da necessidade de realizar atividades cotidianas que poderiam melhorar a sua qualidade de vida. Concretamente, um lazer que, para muitos não seria nada complicado, para um usuário de cadeira de rodas pode chegar a ser uma odisséia. Neste caso, este projeto vem para, por um lado desenhar atividades para o grupo, e por outro lado, gerar sensibilização por parte do governo local para que considerem as necessidades especiais de alguns dos seus cidadãos no momento de desenhar equipamentos e infraestruturas publicas no município.

Por isso realizou-se um inventário de salas de cinema e teatro da região que oferecem a possibilidade de realizar atividades com pessoas com alguma diversidade funcional. Não só isso, nesse inventario também se considerou o grau de acessibilidade que tem cada uma desses equipamentos. Conclui-se que mesmo respeitando a normativa vigente, muitos dos espaços não têm uma real sensibilidade para com as pessoas que tem alguma necessidade especial. Por muitas vezes, só cumprir os requisitos que impõem as leis não significa atender bem aos seus clientes. É por isso que um projeto como esse é necessário para gerar maior sensibilização com a causa das pessoas que necessitam alguma atenção

especial. Concretamente, atenção com as pessoas com mobilidade reduzida, dificuldades na visão ou audição, inclusive cognitiva.

Com relação ao Rio Mero, realizou-se uma proposta de *TURISMO PARA TODOS*, viável e com intenção de que seja considerada como um projeto de melhora da qualidade de vida dos cidadãos residentes no município de Cambre-Galiza, Espanha. O lugar será convertido em um espaço de ócio apto para todos os que desejem visitá-lo. Com um trabalho como este, o município ganhará em cidadãos mais satisfeitos com o uso dos seus impostos que repercuta no bem-estar social. Além do mais, é provável também que essa obra gere fluxo de turistas e usuários que tem algum tipo de diversidade funcional, visto que entenderão que suas necessidades são consideradas e respeitadas. Devemos agradecimento à Asociación Arela e ao Município de Cambre pela confiança dispensada para o desenho do projeto. Como limitações do trabalho, identifica-se a necessidade de realizar estudos de impacto ambiental, visto que na zona limítrofe ao rio aninham aves e outros animais aquáticos que podem ver seu habitat alterado.

## REFERÊNCIAS

BIZJAK, B.; KNEŽEVIĆ, M.; CVETREŽNIK, S. ATTITUDE CHANGE TOWARDS GUESTS WITH disabilities. Reflections From Tourism Students. **Annals of Tourism Research**, v. 38, n. 3, p. 842-857, 2011.

BLICHFELDT, B.S.; NICOLAISEN, J. Disabled travel: Not easy, but doable. **Current Issues in Tourism**, v. 14, n. 1, p. 79-102, 2011.

BROWN, F. Tourism for All. **Tourism Management**, v. 12, n. 3, p. 258-260, 1991.

CLOQUET, I.; PALOMINO, M.; SHAW, G.; STEPHEN, G.; TAYLOR, T. Disability, social inclusion and the marketing of tourist attractions. **Journal of Sustainable Tourism**, p. 1-17, 2017.

DICKSON, T. J.; MISENER, L.; DARCY, S. Enhancing destination competitiveness through disability sport event legacies: Developing an interdisciplinary typology. **International Journal of Contemporary Hospitality Management**, v. 29, n. 3, p. 924-946, 2017.

DOMÍNGUEZ VILA, T.; ALÉN GONZÁLEZ, E.; DARCY, S. Website accessibility in the tourism industry: An analysis of official national tourism organization websites around the world. **Disability and Rehabilitation**, p. 1-12, 2017.

DOMÍNGUEZ, T. **Marketing turístico para personas con discapacidad. El pro ducto turístico accesible**. Tese (Doutorado) – Universidade de Vigo, España, Vigo, 2009.

EICHHORN, V.; MILLER, G.; TRIBE, J. Tourism: A site of resistance strategies of individuals with a disability. **Annals of Tourism Research**, n. 43, p. 578-600, 2013.

EMIRA, M.; THOMPSON, D. In the quest for their trust: The perceptions of families on accessing leisure services for disabled children . **Leisure Studies**, v. 30, n. 1, p. 33-48, 2011.

FERNÁNDEZ ALLES, M.T. **Turismo accesible: análisis de la accesibilidad hotelera en la provincia de Cádiz**. Tese (Doutorado) – Universidade de Cádiz, España, Cádiz, 2007.

JURADO ALMONTE, J.M. El turismo accesible en Andalucía y Portugal. **Cuadernos de Turismo**, n. 33, p. 121-150, 2014.

KIM, S.; LEHTO, X.Y. Leisure travel of families of children with disabilities: Motivation and activities. **Tourism Management**, n. 37, p. 13-24, 2013.

- LYU, S. O. Which accessible travel products are people with disabilities willing to pay more? A choice experiment. **Tourism Management**, n. 59, p. 404-412, 2017.
- MACBETH, J.L. Research note reflecting on disability research in sport and leisure settings. **Leisure Studies**, v. 29, n. 4, p. 477-485, 2010.
- MCCABE, S. WHO NEEDS A HOLIDAY? EVALUATING SOCIAL TOURISM. **Annals of Tourism Research**, v. 36, n. 4, p. 667-688, 2009.
- MCCABE, S.; JOHNSON, S. The happiness factor in tourism: Subjective well-being and social tourism. **Annals of Tourism Research**, n. 41, p. 42-65, 2013.
- MOLINA HOYO, M.; CÁNOVES VALIENTE, G. Turismo accesible, turismo para todos: la situación en Cataluña y España. **Cuadernos de Turismo**, n 25, p. 25-44, 2010.
- PRIESTLEY, M., WADDINGTON, L., BESSOZI, C. Towards an agenda for disability research in Europe: Learning from disabled people's organisations. **Disability and Society**, v. 25, n. 6, p. 731-746, 2010.
- SÁNCHEZ-FERNÁNDEZ, M.D. Turismo socialmente responsable en destino: la Comunidad Autónoma de Galiza. **Revista de Responsabilidad Social de la Empresa** n. 13, p. 175-200, 2013.
- SANTOS, F.; ALMEIDA, A.; MARTINS, C.; DE OLIVEIRA, P. M.; GONÇALVES, R. Hybrid tourism recommendation system based on functionality/accessibility levels. In 15th International Conference, 2017, PAAMS, **Anais: Trends in Cyber-Physical Multi-Agent Systems**. The PAAMS Collection, 2017, p.221-228.
- SEDGLEY, D.; PRITCHARD, A.; MORGAN, N.; HANNA, P. Tourism and autism: Journeys of mixed emotions. **Annals of Tourism Research**, n. 66, p. 14-25, 2017.
- SESELKLN, A. I.; PETROVA, M. A. Tourism accessible to all: Research and development trends. **Teoriya i Praktika Fizicheskoy Kul'tury**, v. 2017-January, n. 4, p. 31, 2017.

ZAJADACZ, A.; SZMAL, P. Accessible tourism for deaf people in poland: The SITur and SITex programs as proposals for accessible urban information. In 11th International Conference, UAHCI 2017, Held as Part of HCI International 2017, Vancouver. **Anais:** Universal Access in Human–Computer Interaction. Human and Technological Environments, Canada, p.348-359.



# **TURISMO ACESSÍVEL: UMA ANÁLISE SOBRE A ACESSIBILIDADE DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS LOCALIZADOS NO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE - RS**

LEAL, VERA ELIANE DIAS  
RIBEIRO, MARCELO  
HOFFMANN, CELINA  
TRAVERSO, LUCIANA DAVI  
MOURA, GILNEI LUIZ DE

## **INTRODUÇÃO**

A temática que trata sobre Turismo Acessível (TA) inclui o desafio da inclusão social de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida para vencer a desigualdade e a exclusão, viabilizando o convívio harmônico e respeitável na sociedade. Segundo Tunes e Bartholô (2010) essa perspectiva é abarcada pela concepção de “Turismo para Todos”, termo cunhado no ano de 1989, em um congresso ocorrido no Reino Unido, cuja proposta leva a reflexão sobre o direito de todas as pessoas, independentemente das suas condições físicas, ao lazer, à recreação e ao turismo (AGUIRRE et al, 2003).

De acordo com Barros (2012) toda pessoa, do início ao fim de sua vida, faz parte de um processo de dependência, a diferença é que esta dependência pode ser temporária ou permanente. Nesse sentido, a infra-

estrutura de acessibilidade urbana voltada às pessoas portadoras de deficiência também é utilizada por cidadãos com alguma limitação física temporária, e ainda por pessoas quando saem com uma criança utilizando carrinho. Tendo em vista que tanto a iniciativa privada quanto a pública devem promover a adoção de formas de acessibilidade, o objetivo principal deste artigo consiste em analisar a existência de acessibilidade aos deficientes físicos, visuais, auditivos e com mobilidade reduzida nos atrativos turísticos do centro histórico de Porto Alegre- RS.

Quanto ao método, trata-se de uma pesquisa exploratória subsidiada pela revisão bibliográfica pertinente aos assuntos adjacentes ao objetivo central. Foram analisados seis dos principais pontos turísticos do Centro Histórico de Porto Alegre- RS, a saber: Santander Cultural; Memorial do Rio Grande do Sul; Museu de Arte do Rio Grande do Sul; Catedral Metropolitana; Theatro São Pedro; Palácio Piratini. Estes locais foram escolhidos por terem importante representatividade na história cultural do município de Porto Alegre. A pesquisa de campo envolveu a observação participante da gestora de turismo/pesquisadora que possui limitação de mobilidade e, ao mesmo tempo em que avaliava a estrutura para os deficientes, complementava sua avaliação com registros fotográficos sobre os espaços visitados.

Na fase exploratória serão analisados seis dos principais pontos turísticos do Centro Histórico de Porto Alegre- RS, que são o Santander Cultural, o Memorial do Rio Grande do Sul, o Museu de Arte do Rio Grande do Sul, Catedral Metropolitana, Theatro São Pedro e o Palácio Piratini, que foram escolhidos por terem uma representatividade impor-

tante na história cultural do município de Porto Alegre, apresentando uma infraestrutura de acessibilidade para portadores de necessidades especiais.

Dessa maneira, o presente capítulo traz, além desta introdução, uma revisão bibliográfica sobre o assunto, seguida pelo relato da observação participante da nossa gestora de turismo com mobilidade reduzida e pelas considerações finais sobre a experiência. Esperamos que este capítulo sirva para sensibilizar o leitor, assim como gestores privados e públicos, sobre as dificuldades enfrentadas por quem precisa de algumas condições diferentes de acessibilidade para que tenham o direito de usufruir plenamente da sua condição de cidadãos em nossa sociedade.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **Pessoas com deficiência: breve histórico sobre a trajetória conceitual e utilização de terminologias e classificações**

A designação da pessoa com deficiência assumiu variações ao longo do tempo, na medida em que adquire significado em cada contexto, podendo estar relacionado ao seu próprio histórico, à área médica, ou até mesmo no enfoque do esporte. Na esfera da legislação, entretanto, pode assumir variantes a partir das áreas que trata, como: educação, justiça, trabalho, e acessibilidade. Enfim, as contribuições dos autores que estudam a temática e das entidades governamentais que dispõem sobre o assunto acabam por gerar vasta gama de definições conforme as suas respectivas concepções.

Neste contexto, Carvalho-Freitas (2007, p. 36) apud Carvalho-Freitas (2009, p. 124) explica que concepções “são modos de pensamento construídos ao longo da história, não necessariamente fundados em informações e conhecimentos racionais, que oferecem os elementos utilizados para a qualificação das pessoas com deficiência e as justificativas para as ações em relação a elas”. Daí, a influência da cultura, dos valores e das percepções acerca da deficiência para a transformação dos conceitos.

Ao realizar estudo sobre a temática, a autora utilizou-se de revisão histórica das formas de ver a deficiência ao longo do tempo, e propôs quatro matrizes de interpretação: a deficiência vista como fenômeno espiritual; a normalidade como matriz de interpretação; a inclusão como matriz de interpretação; e a matriz de interpretação técnica da deficiência. Esta última se traduz em quatro fatores capazes de avaliar as possibilidades de trabalho das pessoas com deficiência, conforme as seguintes percepções: a percepção do vínculo; a percepção dos benefícios da contratação de pessoas com deficiência e a percepção sobre a necessidade de treinamento (CARVALHO-FREITAS, 2009).

No que se refere a este estudo, destaca-se a matriz de interpretação denominada: inclusão como matriz de interpretação da deficiência, sendo responsável pela elaboração da concepção baseada nos pressupostos da inclusão. Neste contexto, Carvalho-Freitas (2009, p. 125) explica que: “esta concepção é compartilhada pelas pessoas que deslocam sua percepção de deficiência de um problema individual para um problema social”. Tendo a sociedade o papel de se adaptar para incluir todos, no

que se refere ao público em questão, a inclusão deve basear-se na identificação das potencialidades destas pessoas. (BARNES, 1999; BARNES; OLIVER; BARTON, 2000; SASSAKI 1999 apud CARVALHO-FREITAS, 2009).

Com o advento dos movimentos sociais em favor da inclusão das pessoas com deficiência nas diferentes esferas da vida em sociedade, passou-se a adotar uma postura mais igualitária de reconhecimento das potencialidades inerentes a estas pessoas. Sendo as políticas públicas maiores representantes para o exercício de tal papel, muitos avanços foram realizados nesta área, como demonstra este estudo, no entanto, ainda existem termos pejorativos com para designar a pessoa com deficiência em uso; sobre esta reflexão Gugel (2011) pondera:

a pessoa com deficiência é sujeito de direitos e, portanto, deve gozar das mesmas e todas as oportunidades disponíveis na sociedade, independentemente do tipo ou grau de sua deficiência. É necessário construir um novo conceito que se afaste, em definitivo, do conceito de doença e de incapacidade para a vida independente.

A partir do consenso de que as pessoas com deficiência devem compartilhar da vida em sociedade com a mesma gama de oportunidades e valorização dos demais, sem que haja o preconceito, toda a sociedade passa a ser responsável para que isto ocorra. Ou seja, “para que a inclusão social das pessoas com deficiência tenha êxito é necessário que as atitudes e que a visão da sociedade mudem, bem como as das pessoas com deficiência sobre si mesmas e sobre o mundo ao seu redor” (FEBRABAN, 2006, p.9). O histórico de busca por estas causas provocaram,

ao longo dos tempos, grandes transformações nas iniciativas de políticas públicas de âmbito nacional e internacional. Com relação à conceituação, o resultado mais recente que comprova a preocupação com a mais adequada utilização de termos e principalmente, que vai de encontro com a ideia da efetiva integração das pessoas com deficiência diante da sociedade é apresentada pelo texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência adotada pela ONU em 13 de dezembro de 2006, que foi incorporada pela legislação brasileira:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2010, p.22)

Em termos de legislação brasileira, observa-se a iniciativa de definir e distinguir “deficiência, deficiência permanente e incapacidade”; assim como a categorização da deficiência, especificadas por meio do Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que, após dez anos transcorridos, regulamentou a Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989. Esta legislação visa estabelecer normas gerais dos direitos das pessoas com deficiência; as competências dos órgãos da administração pública em relação às pessoas com deficiência; as normas de funcionalidade das edificações e vias públicas; entre outras disposições (FEBRABAN, 2006).

### **Normas de Acessibilidade**

Conforme o Decreto nº 5.296 e ABNT, NBR 9050:2004, estabelece a definição de alguns conceitos, tais quais:

- Acessibilidade – Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Barreiras – Qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade das pessoas se comunicarem;
- Barreira nas edificações – As existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e nas áreas internas de uso comum;
- Desenho Universal – Concepção de espaço, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade;
- Edificações de uso público – Administradas por entidades da Administração Pública direta e indireta;
- Rota acessível – Trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado que conecta ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive as com deficiência. A rota acessível externa pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixa de travessia de pedestres, rampas; a interna pode incluir corredores, pisos, rampas, escadas e elevadores;

- Símbolo Internacional de Acesso – Indica a existência de equipamentos, mobiliário e de serviços voltados à pessoa com deficiência conforme ABNT-NBR 9050.



Fonte: ABNT-NBR 9050/2004

Da mesma forma que ocorrem transformações sobre a conceituação da deficiência, conforme as concepções, valores e pressupostos adotados pelas sociedades em determinados espaços de tempo, ocorrem concomitantemente modificações no uso de terminologias para designar as pessoas na condição da deficiência.

Diante da existência do intenso preconceito sobre as potencialidades destas pessoas, sobressai-se o questionamento quanto à maneira mais adequada de designá-las, sem que haja constrangimentos (GUGEL, 2011). Neste contexto, Sasaki (2010) afirma que o uso adequado da terminologia é fundamental quando se trata de assuntos tradicionalmente eivados de preconceitos, estigmas e estereótipos, que é o caso das pesso-



as com deficiência que, assim como demais grupos minoritários como negros e indígenas, sofrem com o preconceito e a discriminação.

De acordo com Montagner et al (2010) os conceitos sobre discriminação, preconceito, estereótipo e estigma estão, de certa forma, relacionados (especialmente os dois primeiros), sendo até mesmo confundidos entre si e utilizados como sinônimos. No entanto, a discriminação remete ao ato de discriminar, de excluir efetivamente, enquanto que o preconceito adquire forma no campo das ideias onde são concebidos conceitos negativos sobre tal pessoa ou grupo social, gerando daí uma atitude preconceituosa. Estas atitudes produzem estereótipos correspondentes a “uma generalização de julgamentos subjetivos feitos em relação a um determinado grupo, impondo-lhes o lugar de inferior e de incapaz no caso dos estereótipos negativos” e estigmas considerados “sempre uma forma de simplificação, de desqualificação da pessoa e do grupo” (CENTRO LATINO AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS, 2009 apud MONTAGNER et al., 2010, p. 20-21).

Neste mesmo contexto, Marquezan (2009) remete-se ao ano de 1939 no congresso da ONU em Genebra, explicando que, naquela época, o termo utilizado para designar a diferença entre os sujeitos era “anormal”, expressão que remetia ao “diferente” e ao “excepcional”. Por isso, a partir de consenso obtido neste congresso passou-se a utilizar a expressão “excepcional” para designar a pessoa com deficiência. Enfim, as práticas de discriminação e preconceito e suas implicações daí decorrentes perfazem aspectos negativos encontrados na maioria das sociedades, sobre os quais se busca evitar, seja por meio de legislação específica

ou práticas de conscientização. De acordo com Gugel (2011) o bom uso das palavras reflete os avanços de uma sociedade que supera seus bloqueios e promove a ruptura com hábitos de preconceito; isto inclui o uso de terminologias para designar as pessoas com deficiência. Neste aspecto, Sasaki (2003) aborda a trajetória dos termos no quadro 02.

A utilização de terminologias pela sociedade brasileira acompanhou de certa forma as tendências de designação da pessoa com deficiência dada pela legislação internacional. Com relação ao termo “excepcional”, por exemplo, começou sendo utilizado para designar o deficiente mental, sendo posteriormente seu uso estendido às pessoas com superdotação, isto tendo ocorrido entre as décadas de sessenta a oitenta, evidenciando como tais ações de esfera internacional influenciam, mesmo com certo atraso, as práticas utilizadas em nosso país.

A partir de 1981, por influência do Ano Internacional das Pessoas Deficientes passa-se a utilizar a expressão “pessoa deficiente”. Diante disto, o uso da palavra “pessoa” trouxe, em um primeiro momento, indignação e surpresa por exercer função de reforçar a ideia de que os deficientes eram pessoas. Logo passou a ser utilizada a expressão “pessoa portadora de deficiência”, comumente reduzida para “portadores de deficiência” (e suas flexões de gênero e número) que remetia a uma condição de deficiência sem considerá-la de forma integral.

No cenário internacional a designação “pessoa portadora de deficiência” foi introduzida por meio da Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências, aprovada por assembleia geral da ONU no ano de 1975, que serviu para identificar o indivíduo que devido seus im-

pedimentos físicos ou mentais não está em plenas condições de satisfazer total ou parcialmente suas atividades vitais e sociais. No Brasil este termo serviu para designar as pessoas com deficiência durante o período de tempo entre os anos de 1988 e 1993, como mostra o referido quadro, visto que é utilizado em todos os artigos da Constituição Federal promulgada em 1988; a partir daí se explica o fato desta expressão ainda ser bastante recorrente para referir-se à pessoa com deficiência.

No entanto, o termo pessoa portadora de deficiência, assim como as sua forma no plural e as respectivas siglas, como ppd e ppds, caíram em desuso, pois já na metade da década de 90 passou-se a utilizar a expressão “pessoas com deficiência”; eliminando a expressão “portadores”. Ratificando tal mudança Sasaki (2003 p.7), cita que as “pessoas com deficiência vêm ponderando que elas não portam deficiência; que a deficiência que elas têm não é como coisas que às vezes portamos e às vezes não portamos (por exemplo, um documento de identidade, um guarda-chuva)”. Com a aprovação em debate mundial, os termos “pessoa com deficiência” e “pessoas com deficiência” fizeram parte do no texto da Convenção Internacional de Proteção e Promoção dos Direitos e da Dignidade das Pessoas com Deficiência, em fase final de elaboração pelo Comitê Especial da ONU.

A autora Gugel (2011) alerta para o uso equivocado da terminologia “pessoa portadora de necessidades especiais”, pois se configura em termo próprio da área da educação introduzida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que designa não só as pessoas com deficiência, mas, os superdotados, obesos, idosos, autistas, pessoas com distúrbios de

atenção, emocionais, entre outros. Esta expressão começou a ser utilizada a partir do ano de 1990, conforme o quadro 1, porém a expressão também se destinar a toda e qualquer tipo de necessidade especial, para fins das atividades de educação.

Quanto a utilização de siglas, Sasaki (2010), sugere como mais adequada a utilização da sigla PcD, correspondente à expressão “pessoa com deficiência” e da mesma forma a sua respectiva flexão em plural: PcDs, na qual a letra “s” aparece em minúsculo e sem apóstrofo. Segundo o autor devemos evitar o uso de siglas para designar seres humanos, exceto em casos específicos em que se faz necessária a supressão das palavras como em gráficos, por exemplo. Contudo, o constructo desta sigla faz parte de um consenso de abrangência mundial, uma vez que, na língua espanhola a sigla PcD significa “persona con discapacidad” (tanto no singular quanto no plural), enquanto que em inglês é utilizada a sigla PwD, que corresponde a “person with a disability”, igualmente invariável em número.

Gugel (2011), no entanto, é bastante enfática ao repreender o uso de siglas para designar as pessoas com deficiência: “alerta-se, por fim, para a impropriedade do uso de siglas [...]. Siglas devem se restringir às marcas, tão bem utilizadas como recurso de comunicação e propaganda e não para designar pessoas, sujeitos de direitos”. Desta maneira, o uso de siglas deve ser evitado, pois se recai em uma prática de redução da expressão de designação que, inclusive não é feito para nenhum outro grupo minoritário, o que por si só caracteriza uma forma de discriminação.

Destaca-se, portanto, que a importância da definição das terminologias mais adequadas para o contexto deste trabalho reside no fato de evitar o uso e a propagação de termos incorretos que advêm de conceitos obsoletos e equivocados e que, de certa maneira não correspondem à realidade e tão pouco a vontade e autonomia das pessoas com deficiência.

**Quadro 1- Histórico das terminologias usadas no Brasil.**

ÉPOCA	TERMOS UTILIZADOS
<p>No começo da história, durante séculos. Aquele que tinha deficiência era tido como socialmente inútil, um peso morto para a sociedade, um fardo para a família, alguém sem valor profissional.</p>	<p>"os inválidos". O termo significava "indivíduos sem valor". "Inválidos insatisfeitos com lei relativa aos ambulantes" (Diário Popular, 21/4/76).</p>
<p><b>De ± 1960 até ± 1980.</b> A sociedade passou a utilizar estes três termos, que focalizam as deficiências em si sem reforçarem o que as pessoas não conseguiam fazer como a maioria.</p>	<p>"os defeituosos". O termo significava "indivíduos com deformidade" (principalmente física): "os deficientes". Este termo significava "indivíduos com deficiência" física, mental, auditiva, visual ou múltipla; "os excepcionais". O termo significava "indivíduos com deficiência mental".</p>
<p><b>De 1981 até ± 1987.</b> E o mundo achou difícil começar a dizer ou escrever "pessoas deficientes". O impacto desta terminologia foi profundo e ajudou a melhorar a imagem destas pessoas.</p>	<p>"pessoas deficientes". Pela primeira vez em todo o mundo, o substantivo «deficiente» (como em «os deficientes») passou a ser utilizado como adjetivo, sendo-lhe acrescentado o substantivo "pessoas".</p>
<p><b>De ± 1988 até ± 1993.</b> Alguns líderes de organizações de pessoas com deficiência contestaram o termo "pessoa deficiente" alegando que ele sinaliza que a pessoa inteira é deficiente, o que era inaceitável para eles.</p>	<p>"pessoas portadoras de deficiência". Termo que, utilizado somente em países de língua portuguesa, foi proposto para substituir o termo "pessoas deficientes".</p>
<p><b>Por volta de 1990 até hoje</b> O art. 5º da Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/9/01, explica que as necessidades especiais decorrem de três situações, uma das quais envolvendo dificuldades vinculadas a deficiências e dificuldades não vinculadas a uma causa orgânica.</p>	<p>"pessoas com necessidades especiais". O termo surgiu primeiramente para substituir "deficiência" por "necessidades especiais", daí a expressão "portadores de necessidades especiais". Depois, esse termo passou a ter significado próprio sem substituir o nome "pessoas com deficiência".</p>
<p><b>De ± 1990 até hoje e além.</b> A década de 90 e a primeira década do século 21 e do Terceiro Milênio estão sendo marcadas por eventos mundiais, liderados por organizações de pessoas com deficiência.</p>	<p>"pessoas com deficiência" passa a ser o termo preferido por um número cada vez maior de adeptos, boa parte dos quais é constituída por pessoas com deficiência. Elas esclareceram que não são "portadoras de deficiência" e que não querem ser chamadas com tal nome.</p>

Fonte: adaptado de Sasaki (2003)

Com base nos apontamentos feitos sobre o uso das terminologias mais adequadas para designar o público alvo deste trabalho, e nas opiniões sobre a utilização de siglas entende-se que, no primeiro caso, seguindo as orientações internacionais sobre o assunto, deva ser doravante a utilização da nomenclatura “pessoa com deficiência”, bem como a sua forma no plural “pessoas com deficiência”.

Enquanto o posicionamento sobre a utilização das siglas PcD e PcDs, que também servem para designar o público-alvo desta pesquisa, vai de encontro com os pensamentos de Gugel (2011), anteriormente referenciada; portanto, as siglas não serão tão frequentemente utilizadas neste estudo, sendo evitadas ao máximo, utilizadas apenas em casos específicos ou estritamente necessários em que não haja outro recurso a ser utilizado.

### **Tipos de deficiência**

A tipologia usada para caracterizar deficiência pela Organização Mundial da Saúde e publicada pelo MT/2009 é usualmente aceita se divide em:

- **Deficiência Física:** Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, tri paresia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

- **Deficiência Auditiva:** Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibel (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.
- **Deficiência Visual:** Acuidade visual igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.
- **Deficiência Múltipla:** Associação de duas ou mais deficiências.
- **Mobilidade Reduzida:** Mobilidade reduzida é a dificuldade de movimento, permanente ou temporariamente gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção, não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência.

### **Turismo Acessível: entretenimento, cultura e lazer**

No Brasil a atividade turística vem se desenvolvendo consideravelmente e em especial um segmento vem se destacando: o Turismo Acessível. No entanto, centros de informações turísticas não informam sobre acessibilidade nos locais turísticos e que pessoas com deficiências geralmente viajam acompanhadas, sendo que se o local não possui acessibilidade, provavelmente não está somente deixando de receber pessoas

com deficiência, mas também seus acompanhantes (SHIMOSAKAI, 2012). Nesse sentido, o Turismo Acessível ganha importância:

O turismo acessível (TA) tem crescido seja por motivos de ordem social, onde reconhece -se a necessidade da inclusão social, seja por razões económicas, reconhecendo tratar -se de um público que gasta dinheiro, permanece mais tempo nos destinos e tem uma grande tendência à fidelização (SMITH; AMORIM; SOARES, 2013, p. 102)

Além disso, cabe destacar que a acessibilidade é também importante para o público da terceira idade (RODRIGUES; GOMES; FERREIRA, 2002), segmento este que tem ganhado força no turismo nos últimos anos, conforme explica Martins et al. (2016, p. 94): “ [...] conforme vem aumentando o número desta faixa etária em potencial, se estabelece a conscientização da importância da atividade física e do lazer para terem uma vida melhor”.

Pereira (2011) explica que o turista que tem dificuldades de locomoção nem sempre consegue frequentar restaurantes, museus e outros estabelecimentos turísticos devido à falta de acesso adequado e muitas vezes de mão de obra qualificada para atendê-los, o que os leva a não mais frequentar o local. Dessa maneira, é muito importante que seja entendido que a acessibilidade precisa deixar de ser somente uma obrigação, mas uma adequação necessária a todos os lugares seja uma via pública, um local turístico, os meios de hospedagem, restaurantes, etc.

Kamio e Sassi (2010) explicam que o segmento de pessoas portadoras de deficiência é um novo nicho que começa a ser desvelado por profissionais do turismo, contribuindo para o desenvolvimento econô-



mico de um destino turístico ou de uma região, fortalecendo, além da economia local, a justiça social e a conservação cultural.

Nesse contexto, Smith, Amorim e Soares (2013, p.99) o turismo acessível pode ser considerado um segmento que representa vantagem competitiva para o setor de turismo, “trata-se de uma oportunidade vantajosa para os destinos que se declaram acessíveis e/ ou friendly com essa demanda, e por essa razão muitos buscam veicular essa imagem ao seu potencial público”.

A partir disso, pode-se conceber a vantagem competitiva aplicada a destinos turísticos e disto derivam as vantagens de uma nação em relação à outra, uma vez que o sistema político-legal de cada país está inserido neste contexto. Da mesma forma, aplicada à esfera privada quanto à competitividade entre estabelecimentos hoteleiros, agências de turismo, e destinos turísticos.

Ainda segundo Smith, Amorim e Soares (2013) a realidade evidencia, porém, que grande parte da oferta turística não se encontra devidamente preparada para atender a este público, sendo que o destino que optar por se preparar e atender esta demanda latente certamente possuirá vantagem competitiva em relação aos destinos concorrentes.

Ao pensar na acessibilidade no turismo, é preciso pensar na adequação de um ciclo de serviços e produtos turísticos, desde a oferta da atividade, até o retorno do turista ao local de origem, de tal forma que o indivíduo possa ter autonomia de acordo com suas limitações. Porém, almeja-se que as condições arquitetônicas inclusivas sejam oferecidas de forma adequada, para que não seja assistencialista ou apenas focada no

cumprimento da lei, como destaca Barros (2012), mas que sirvam efetivamente para a inclusão de todos os cidadãos, promovendo uma sociedade mais humana e igualitária.

### **Verificação da acessibilidade no Centro Histórico de Porto Alegre: portadores de necessidades físicas, visuais, auditivas e mobilidade reduzida.**

O Centro Histórico de Porto Alegre, local onde a cidade nasceu há 240 anos oferecendo importantes e movimentados espaços culturais como museus, igrejas e palácio. No Centro Histórico estão 80 % dos prédios que são os guardiões da história do Estado como o Memorial do Rio Grande do Sul, O Museu de Arte do Estado, que tem um atraente bistrô ao ar livre, o Santander Cultural, com bar, restaurante, café e cinema, todos adornando a Praça da Alfândega, que é uma das praças mais famosas da cidade e de imenso valor histórico.

No início do século XIX surgia o primeiro prédio da Alfândega as margens do Guaíba marcando a área como portão de entrada da cidade e de lá para cá muitas coisas se transformaram mudando a paisagem principalmente com o aterro feito no início do século XX. Atualmente a Praça da Alfândega recebe durante a semana a “Feira da Alfândega” que comercializa artesanato em couro, metal, vidro e lã. Em outubro e novembro, desde 1955 é o palco da maior Feira do Livro a céu aberto da América Latina, também acontece no local o Projeto Gastronômico comida de rua e a Feira do Produtor com participação de todo o estado. A Praça da Alfândega foi tombada pelo IPHAN em 1987.

Foram escolhidos seis dos principais atrativos turísticos do centro histórico, de Porto Alegre que são: Santander Cultural, Memorial do RGS, Museu de Arte do RGS, Catedral Metropolitana, Palácio Piratini e Theatro São Pedro. A seguir são identificados cada um deles.

### **Complexo Santander Cultural**

O prédio do início do século XX foi adquirido pelo Banco Santander com a finalidade de oferecer um espaço destinado a exposições nacionais e internacionais, filmes e mostras de arte. A programação aliada à belíssima arquitetura, em estilo eclético com predominância de neoclássicos, transformou o espaço em referência cultural no país. O prédio anteriormente serviu como e sede dos Bancos da Província, Nacional do Comércio, Sul Brasileiro e Meridional. Em 2000 o prédio foi inteiramente restaurado sofrendo várias adaptações para acolher o Santander Cultural e no interior de antigos cofres, localizados no subsolo surgiu um espaço destinado a um café, cinema e salas transformadas em restaurante e loja, com isto os espaços originais foram mantidos, adicionados os itens de segurança, acessibilidade, conforto térmico e controle de umidade.

O prédio histórico, localizado no coração da capital, tem uma intensa agenda oferecendo sessões de cinema diárias, shows semanais, exposições de artes visuais durante todo o ano e ciclos de oficinas permanentes apoiando e promovendo artistas e ações locais, trazendo sempre com essas iniciativas e projetos um olhar global e contemporâneo.

O Átrio foi o novo espaço que surgiu com a revitalização, construído no antigo fosso de luz, a área tem piso de vidro sobre os vitrais

especialmente iluminados e é destinada a realização de premiações, seminários e shows semanais, entre outras atividades. No subsolo do prédio está a exposição: “Documentos, um prédio e outras histórias”, com fotografias, objetos e documentos, a mostra conta a trajetória do banco. O Complexo Santander Cultural foi tombado em 1987 pelo Patrimônio Histórico e Artístico Estadual sendo considerado um marco no Centro Histórico da Capital Gaúcha.

O Complexo Santander Cultural oferece acessibilidade para deficientes físicos, auditivos, visuais e mobilidade reduzida, na rota de acessibilidade externa tem acesso lateral, pelo subsolo com rampa adequada e estacionamento; na rota acessível interna possui elevador e placas informativas em braile, para acesso ao pavimento superior, tendo também acessibilidade com rampa ao café e restaurante, embora os locais não possuam espaço adequado para a locomoção de cadeirantes o acesso não possui barreiras.

O cinema e o átrio possuem entradas alternativas pelo subsolo. Para deficientes visuais é disponibilizado um guia especializado em artes que descreve detalhadamente as obras do catálogo. Algumas mostras de arte possuem material descritivo das obras em braile. No acervo da biblioteca constam áudios e livros em braile. O Santander Cultural oferece visita guiada, podendo desde que previamente agendada, em inglês, espanhol e libras.

O local é um dos mais visitados, recebendo em média diariamente 1000 pessoas, variando com as exposições ofertadas, no mês de setembro/2014 recebeu 39.265 visitantes.

### Fotos: Acesso externo e Cinema



Foto: Vera Leal

### Fotos: Restaurante e Café

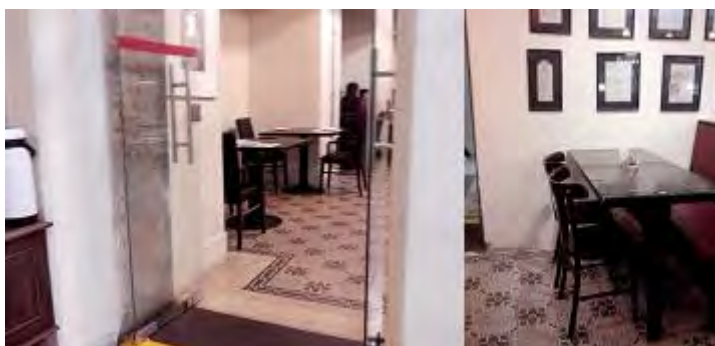


Foto: Vera Leal

## Memorial do Rio Grande do Sul

O Memorial do Rio Grande do Sul foi criado através de um convênio entre o governo federal e o governo estadual, em setembro de 1996, para ser um centro histórico voltado para a preservação da cultura gaúcha. O prédio pertinente aos Correios e Telégrafos foi construído entre os anos de 1910 e 1914 e tombado em 1980 pelo Instituto do Pa-

trimônio Histórico e Artístico Nacional, e escolhido para ser a sede do Memorial. O acordo implicou na criação de um Museu Postal e de uma Agência Filatélica, para que fosse mantida uma vinculação do local com as suas funções originais.

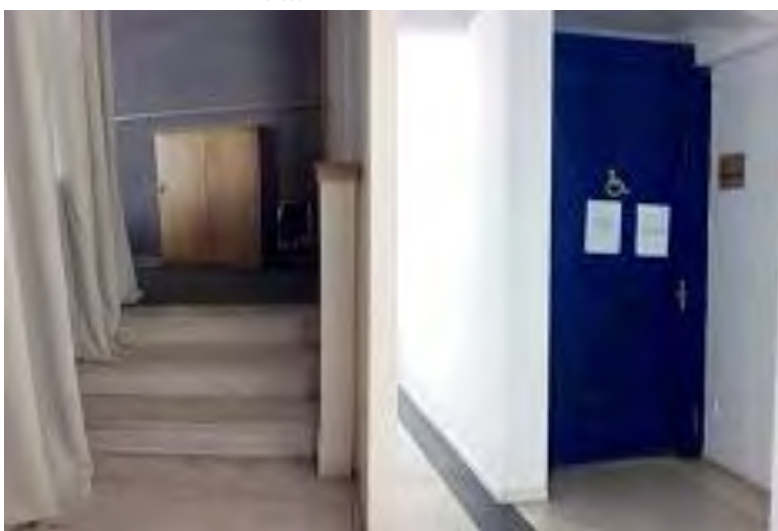
Após um processo de restauração, objetivando preservar suas características originais e adequá-lo para a instalação do Memorial do Rio Grande do Sul, e adaptado às novas funções, recebe a infraestrutura necessária, como climatização das áreas destinadas ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), que tem como função a guarda e conservação de documentos históricos de origem pública e privada, podendo-se destacar arquivos particulares de Borges de Medeiros, Sinval Saldanha, João Neves da Fontoura, Francisco Brochado da Rocha, entre outros. Existe também, farta documentação sobre a colonização do estado por imigrantes.

O Museu dos Direitos Humanos do MERCOSUL (MDHM), que está temporariamente instalado no prédio do Memorial do Rio Grande do Sul, é a primeira instituição museológica de caráter transnacional voltada para a memória, o projeto surgiu com a finalidade de criar um espaço de memória destinado a dar visibilidade à integração contemporânea dos direitos humanos.

O Memorial do Rio Grande do Sul é palco para a abertura oficial da Feira do livro com a participação de autoridades e convidados no salão do subsolo, enquanto o auditório é disponibilizado para palestras e pequenos eventos.

O local oferece visita guiada para grupos mediante agendamento prévio e para deficientes e pessoas com mobilidade reduzida, quando solicitado, da mesma forma, tem a disposição guia para acompanhamento e esclarecimentos necessários. O Memorial do Rio Grande do Sul recebe aproximadamente 60 visitantes diariamente, havendo uma oscilação de acordo com as amostras ofertadas e o calendário escolar.

**Fotos: Escada auditório e Sanitário**



Fotos: Vera Leal

O Memorial do Rio Grande do Sul, na rota acessível externa possui entrada com acessibilidade na parte lateral do prédio, pelo subsolo com rampa e elevadores, não possui estacionamento, na área interna possui barreira arquitetônica para o acesso ao auditório, possui banheiro com acessibilidade somente no subsolo, é necessário solicitar a chave ao funcionário da limpeza.

## **Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli (MARGS)**

O prédio de estilo neoclassicista começou a ser construído em 1912, localizado na Praça da Alfândega e originalmente sede da Delegacia Fiscal da Receita Federal, desde 1979 abriga o Museu de Arte do Rio Grande do Sul, fundado em 1954 pelo professor Ado Malagoli.

É o principal museu de arte do Estado estando entre os mais importantes do país, exercendo uma função cultural preponderante, sendo referência obrigatória para estudo, conservação e divulgação da arte. Seu acervo chega a mais de 2.800 obras de artistas nacionais e internacionais formando um panorama dos movimentos artísticos da arte brasileira e, sobretudo, das artes visuais do Rio Grande do Sul.

Possui comunicação e articulação com outros museus do país, proporcionando sustentação a projetos nacionais e internacionais, além do acervo permanente de Portinari, Di Cavalcante, Iberê Camargo e esculturas de Xico Stockinger e Vasco Prado. O Museu de Arte do Rio Grande do Sul, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1981 e Pelo Instituto do Patrimônio Artístico do Estado (IPHAE) em 1985.

Possui entrada lateral para deficientes ou pessoas com mobilidade reduzida, devendo ser solicitada o acesso na entrada principal, neste caso será disponibilizado um guia que irá acompanhar durante a visita, possui elevador para os pavimentos superiores. Possui sanitários nos dois pavimentos com as barras de apoio e vaso sanitário de acordo com as normas da ABNT, mas não atendem no quesito da abertura da porta que deve abrir para fora.



**Fotos: Acesso ao elevador e Entrada principal**



Fotos: Vera Leal

O café é livre de barreiras, o espaço é pequeno, mas oferece condições de acessibilidade possuindo rampa de acesso e mesas que permitem o uso por cadeirantes, que são acomodados próximos à entrada, todos os acessos internos possuem rampas, oferecendo visita guiada mediante agendamento para grupos e para deficientes e pessoas com mobilidade reduzida desde que solicitado, neste caso o visitante será acompanhado por um funcionário e prestará as devidas informações de acordo com a necessidade de cada um, oferecendo também visita guiada em alemão e inglês, mediante agendamento prévio para qualquer número de pessoas.

### **Catedral Metropolitana de Porto Alegre**

A Catedral N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> Madre de Deus está intimamente relacionada a fundação da cidade e sua condição de capital. O prédio de estilo renascentista chama a atenção pelo tamanho e volume da cúpula, construída para que pudesse chamar a atenção dos fiéis, ainda que vista de locais

distantes, motivo pelo qual, a majestosa cúpula domina o prédio, dando-lhe uma imagem de grandiosidade e beleza.

Externamente remete a história das missões jesuíticas, que foi o início da fé católica no Estado, com gigantescas cabeças de indígenas que servem de base à Catedral, representando a fase primitiva da cultura e da arquitetura da América Latina.

As obras da catedral foram iniciadas em 1921 simbolizando a cidade de Porto Alegre em processo de modernização, substituindo as marcas do passado colonial português. Todo o granito usado na construção foi extraído das pedreiras dos morros que circundam a cidade de Porto Alegre, sendo parcialmente inaugurada em 1948 e dada como concluída somente em 1986.

A Catedral Metropolitana tem capacidade para abrigar 1.100 pessoas sentadas, é uma grandiosa obra de arte, que serve de enlevo aos devotos e de encantamento aos visitantes. Em 2009 a Catedral e a Cúria Metropolitana foram tombadas como Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Porto Alegre. A catedral mantém uma lista de espera para batizados e casamentos, pois, são batizados somente 8 crianças, por mês, sempre no 2º domingo do mês e 4 casamentos por mês sempre aos sábados às 20 h, que representa a realização de um sonho das noivas casar na catedral que seus avós e seus pais casaram e para outras o glamour de um pomposo casamento.

No quesito acessibilidade foi adaptada uma rampa de acesso e corrimão na entrada na Catedral, dando acesso ao interior da Catedral Metropolitana que é livre de barreiras arquitetônicas.

**Fotos: Rampa de acesso e Escada com barra de apoio**



Fotos: Vera Leal

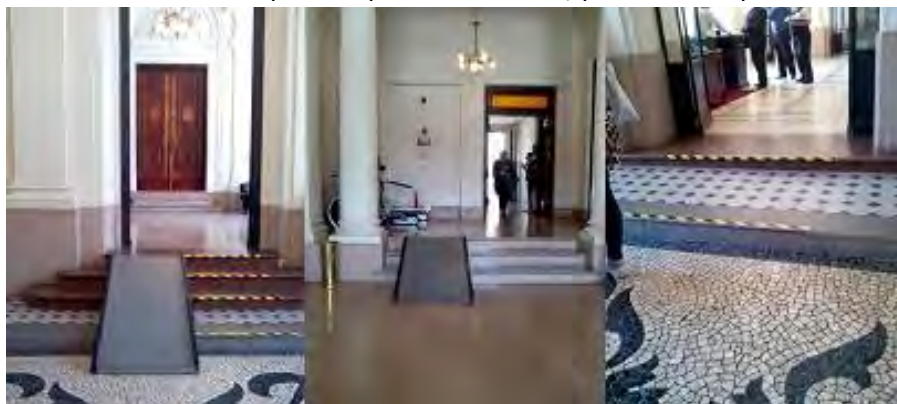
## **Palácio Piratini**

É a sede do poder executivo do estado e residência do Governador, o prédio foi construído no início do século XX, com material vindo da França, para substituir o antigo Palácio de Barro, do século XVIII. As obras iniciaram em 1909, todavia somente foi ocupado em 1921, embora, ainda não estivesse totalmente concluído. O imponente prédio em estilo neoclássico recebeu a denominação de Palácio Piratini em 1955, em homenagem a primeira capital da República Rio-Grandense.

O interior do Palácio é rico em detalhes e pede uma visita contemplativa para desfrutar da beleza arquitetônica do prédio, com lustres em cristais, anjos banhados a ouro e móveis com detalhes em ouro, poderá também conhecer o primeiro carro oficial do estado, um Ford 1919, usado pelo governador Borges de Medeiros e o carro Studs que ainda

hoje é usado em desfiles pelo governador. O Palácio Piratini foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado em 1986. O local é muito procurado, por sua beleza e pela representatividade política para a população em geral e principalmente por estudantes, o Palácio Piratini possui uma ala pertinente à residência do governador com um amplo jardim, que poderão ser visitados bimestralmente no roteiro Caminhos da Matriz e uma visita menor somente na área do Palácio oferecida diariamente para grupos e turistas, recebendo mensalmente cerca de 6.000 pessoas, todas com guiamento da equipe do Palácio Piratini, contando a história do Palácio e interagindo com os visitantes Durante a visita o guia descreve com detalhes as obras, salas e móveis, se necessário dispõe de guia intérprete de libras, inglês e espanhol com agendamento prévio.

**Fotos:** Barreiras arquitetônicas para acesso ao elevador, que são usadas rampas móveis.



Fotos: Vera Leal

A acessibilidade no Palácio Piratini dispõe de uma equipe treinada, que por meio de rampas móveis proporciona acessibilidade ao portador

de deficiência e mobilidade reduzida para que tenham acesso a todas as áreas visitadas. As rampas são colocadas nas barreiras arquitetônicas existentes, (foto) para chegar até o elevador.

### **Theatro São Pedro**

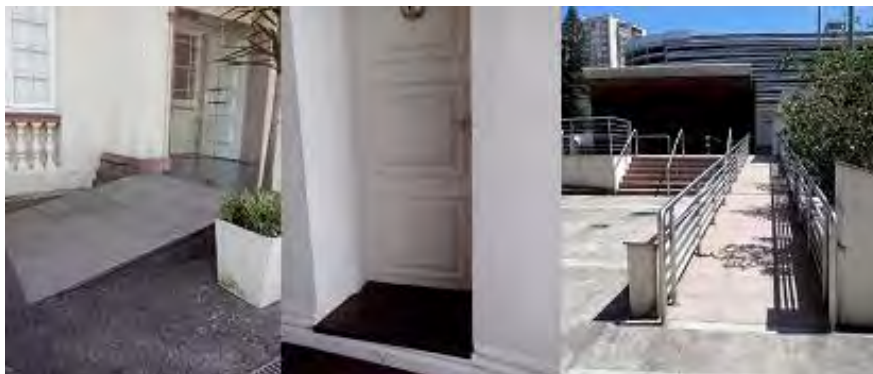
A presença do Theatro São Pedro na paisagem urbana de Porto Alegre transcende a condição de mais um espaço destinado às artes cênicas no Estado. A velha e agora nova casa da Praça da Matriz consolidou-se como parte viva da história da cidade, expressando valores socioculturais de uma comunidade. Ao longo de seus 156 anos, foi palco de manifestações e anseios de várias gerações de artistas e de público, registrando em diferentes planos e níveis, gêneros e tendências diversificadas, acolhendo o popular e o erudito, o nacional e o estrangeiro.

A inauguração do Theatro São Pedro em 1958 foi um acontecimento de alto significado cultural e social, para uma cidade que ainda não atingira 20 mil habitantes, deslumbrando pela sua magnitude e imponência. Nas muitas décadas decorridas, glória e abandono se alternaram, a cidade cresceu chegando a mais de 1 milhão de habitantes e não teria a mesma dignidade sem o “Theatro São Pedro”.

A reforma do Theatro São Pedro contou com a colaboração da população e a obra é executada com recursos conseguidos pela Associação Amigos do Theatro São Pedro, Governo do Estado e patrocínios. Surge então o Memorial do Theatro São Pedro, que através de imagens, documentos e relatos conta a história que é uma viagem cultural contada em quatro atos.

Além da sala de espetáculos com capacidade para 700 pessoas, o Theatro São Pedro possui o Foyer Nobre, onde fica localizado o café, local onde são realizados espetáculos e eventos, com capacidade para 200 pessoas sentadas, consolidado como um dos pontos de encontro preferido da cidade. O Theatro São Pedro conta ainda com a Orquestra de Câmara Theatro São Pedro, criada em 1985 e mantida somente com apoio da iniciativa privada, sendo a única orquestra com estes moldes no país.

**Fotos: Rampa de acesso, sanitários e rampa do multipalco.**



Fotos: Vera Leal

Em 1984, após a finalização da reforma, foi tombado pelo IPHAE, passando a ser Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, sendo muito visitado por grupos e turistas interessados em conhecer a história do Theatro São Pedro, que recebe cerca de 150 pessoas por mês, e um número mais significativo de 100 pessoas por dia, que se interessa em conhecer a infraestrutura do Theatro São Pedro.

O Theatro São Pedro oferece acessibilidade assistida em todo o complexo cultural, pois existem várias barreiras arquitetônicas que para

transpô-las usam o sistema de rampas móveis e o elevador do palco. Na plateia, disponibilizam lugares com rampa para pessoas portadoras de deficiência, os sanitários não possuem acessibilidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho realizado cumpre com o objetivo proposto que consistiu em analisar a existência de acessibilidade aos deficientes físicos, visuais, auditivos e com mobilidade reduzida nos atrativos turísticos do centro histórico de Porto Alegre- RS. No levantamento de dados na rota escolhida que incluiu o Santander Cultural, o Memorial do Rio Grande do Sul, o Museu de Arte do Rio Grande do Sul, Catedral Metropolitana, Theatro São Pedro e o Palácio Piratini, pôde-se perceber a adesão parcial dos estabelecimentos às condições de acessibilidade preconizadas.

Pode-se constatar a existência de vários problemas referentes a barreiras arquitetônicas, que não se adaptaram as normas de acessibilidade devido às exigências referente às leis do tombamento. Nesse sentido são ofertadas entrada acessível alternativa ou rampas móveis, onde as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida necessitam de auxílio dos funcionários do local, inviabilizando a condição de autonomia.

Pôde-se verificar também a diferenciação dos estabelecimentos quanto à origem da fonte mantenedora, os mantidos pelo estado e com incentivos oferecem uma rotatividade menor de eventos. O Theatro São Pedro é mantido com verba do estado, das leis de incentivos e com a

participação da comunidade, e se diferencia pelas atrações oferecidas ocasionando uma cumplicidade entre comunidade, visitantes e história.

O destaque fica a cargo do Santander Cultural que é mantido por entidade privada, situação que repercute na preocupação de obedecer às leis do tombamento concomitantemente às normas de acessibilidade se adequando as normas da ABNT, disponibilizando pessoal qualificado no atendimento de pessoas com deficiência física, auditiva, visual e pessoas com mobilidade reduzida.

Nossas conclusões são de que é possível compatibilizar prédios tombados com acessibilidade, comprovando que é preciso tão somente haver respeito à diversidade e a inclusão social. Lembrando que as pessoas com deficiência buscam conhecer e participar ativamente na busca do conhecimento, cultura, lazer e entretenimento, e, que tem os mesmos direitos de ir e vir de todas as pessoas, assegurado pela Constituição. Quanto aos estabelecimentos e destinos turísticos devem garantir o livre acesso aos espaços culturais, isto requer planejamento e investimento por parte do poder público, em alguns casos também da iniciativa privada que possam permitir o acesso com segurança e autonomia respeitando a diversidade e a dignidade do indivíduo dentro da sociedade em que vive ou aquela onde este indivíduo passa a ser um turista.

## **REFERÊNCIAS**

AGUIRRE, R.S. et al. **Recreação e turismo para todos**. Editora Educs, 2003.



ALMEIDA, W.G.; KUSHANO, E.S. Inclusão social, cidadania e turismo: uma investigação sobre a existência de serviços adaptados as pessoas com necessidades especiais nos meios de hospedagem da região metropolitana de Curitiba. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 2, n.4, p.88-101, dez.2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano. Rio de Janeiro: ABNT. 2ª Edição, 2004.

BARROS, C.F.M. **Acessibilidade orientações para bares, restaurantes e pousadas**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2012. 104 p.

BRASIL, **Ministério do Turismo: introdução a uma viagem de inclusão**. Volume I. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

BRASIL, **Ministério do Turismo: mapeamento e planejamento do turismo acessível nos destinos turísticos**. v. II. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

BRASIL, **Ministério do Turismo: bem atender no turismo acessível**. v.III. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

CARVALHO-FREITAS, M. N. Inserção de Gestão de Trabalho de Pessoas com Deficiência: Um Estudo de Caso. **RAC**, Curitiba, v.13, Edição Especial, art. 8, p. 121-138, jun. 2009.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)- acesso julho 2014.

FARIA, M.D. et al. O Portador de Deficiência como consumidor de serviços de lazer extra doméstico. **Revista Turismo Visão e Ação- Eletrônica**, vol. 12- nº 2- p. 184-203/ maio-agosto 2010.

FEBRABAN. **Pessoas com deficiência: direitos e deveres**. Coleção Febraban de Inclusão Social. São Paulo. 2006. 16 p.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **CENSO 2010- Pessoas portadoras de deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GUGEL, M.A. Pessoas com deficiência e o direito ao concurso público. 2011. Disponível em: <http://phylos.net/direito/concurso-publico/definicoes/>. Acesso em 15 maio 2017.

KAMIO, L.; SASSI, O.C. INCLUSÃO SOCIAL NO TURISMO. **Revista Multidisciplinar da UNIESP**. Saber Acadêmico- nº 09. Junho 2010/ISSN 1980-5950.

PEREIRA, M. Turismo e inclusão social: uma avaliação acerca da acessibilidade aos portadores de necessidades físicas e visuais nos equipamentos turísticos de Belém, PA. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v.11, n.2, p. 253-266, ago.2011.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT).In: DE LA TORRE, O.P.**EL TURISMO:FENOMENO SOCIAL**.Ciudad del México: México, Fondo de Cultura Econômica,1992

ONU- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa de ação mundial para pessoas com deficiência- Resolução 37/52 de 1982- Assembleia Geral das Nações Unidas- ONU. Acesso em 15 maio 2017.

SMITH, M.; AMORIM, E.; SOARES,C. O turismo acessível como vantagem competitiva: implicações na imagem do destino turístico. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 11, n. 3. p. 97-103, 2013.

TUNES, E.; BARTHOLO,R. **Nos limites da ação: preconceito, inclusão e deficiência**. São Carlos: Ed UFSCar, 2010, 177p.

# **ACESSIBILIDADE FÍSICA EM DESTINO TURÍSTICO PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE: O CASO DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO**

SANTOS, SAULO RIBEIRO DOS  
GÂNDARA, JOSÉ MANOEL GONÇALVES

## **INTRODUÇÃO**

Países de larga tradição urbana tendem a concentrar a atividade turística em espaços históricos, que podem ter diversas denominações, como centro histórico, sítio histórico, área histórica e paisagem histórica urbana, expressão recentemente incorporada pela UNESCO sobre o patrimônio urbano (GARCÍA-HERNÁNDEZ; CALLE VAQUERO; YUBERO, 2017).

Desta compreensão, Santos (2015) e Yázigi (2009) esclarecem que o potencial urbanístico é aproveitado na atividade turística para a prática de atividades de lazer, cultura, eventos e consumo, além da apreciação da paisagem edificada sob a forma de monumentos, marcos, prédios e vias, dentre outros elementos construídos. Compreendendo a cidade no contexto do turismo, percebe-se a importância histórico-cultural do patrimônio urbanístico (TROTTIÑO TORRALBA; GARCÍA HERNÁNDEZ, 2017) que sob esse enfoque, as administrações de cidades vêm realizando planos de revitalização para a sua adequação mediante

critérios estabelecidos por organizações internacionais, nacionais e regionais (ASHWORTH; PAGE, 2011; UNESCO, 2011).

Neste sentido, a reinserção de centros históricos à dinâmica das cidades aconteceu na década de 1980 no Brasil, mediante a valorização cultural dessas áreas, possibilitando a sua preservação (FONSECA, 2009; VIEIRA, 2008). O valor patrimonial passou, então, a ser considerado “representativo de determinado valor cultural” (VIEIRA, 2008, p.36), ou seja, quando dirigentes de órgãos oficiais o compreende como merecedor de proteção legal.

Acrescenta-se neste caso, às cidades históricas, São Luís, capital do estado do Maranhão (reconhecida pela UNESCO como patrimônio da humanidade) (CUTRIM, 2011; ZENKNER, 2002) que ao longo dos últimos trinta anos políticas de preservação tem sido implementadas pelas três esferas com fins de dinamizar o espaço histórico, e, dotá-lo de infraestrutura para atender a todos com qualidade, principalmente, em quesitos de acessibilidade física<sup>1</sup>, já que uma das intervenções está correlacionada a calçamento de ruas e calçadas, iluminação subterrânea, sinalização, entre outros.

Mas, como adaptar este território protegido para que seja acessível a todos? Uma das premissas da Organização Mundial do Turismo (2016) é que o turismo seja acessível a todos, facilitando o deslocamento do fluxo turístico no destino. E para tanto, é necessário criar infraestrutura adequada e de qualidade, para que a experiência do turista seja posi-

---

<sup>1</sup> Neste estudo, entende-se acessibilidade física no turismo como a eliminação de obstáculos e barreiras que assegurem o acesso universal das pessoas (em geral) à infraestrutura urbana e turística. (INVAT.TUR, 2015; OMT, 2016).

tiva. Pois, é notório que o turismo quando planejado “favorece o desenvolvimento harmônico das cidades” (TEIXEIRA; OLIVEIRA, 2010, p. 70).

A cidade de São Luís do Maranhão é detentora do maior acervo de origem luso brasileira da América Latina, e, portanto, possui o desafio de preservar e conservar a infraestrutura urbana e histórica, para que seja atraente no cenário turístico, e também, facilite a acessibilidade daqueles que a visitam.

Assim, questiona-se: como os turistas percebem a acessibilidade urbana (infraestrutura) no centro histórico de São Luís? Para tal, objetiva-se analisar a reputação *online* do destino patrimônio cultural da humanidade, São Luís (Maranhão) quanto aos aspectos do conceito de acessibilidade física (infraestrutura) em área histórica urbana.

Em termos metodológicos caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, pois, analisou-se a produção científica atual (nacional e internacional) sobre o tema acessibilidade física, centros históricos e destinos turísticos. Na visão de Vergara (2004), a pesquisa é classificada como exploratória, pois, é realizada sobre temática de pouco conhecimento acumulado e sistematizado, além de descritivo, por abordar características de uma população ou determinado fenômeno. E a análise é qualitativa, pois, analisa-se os comentários (reputação *online*) postados (janeiro-julho de 2017) por usuários que visitaram São Luís no site *TripAdvisor*.

O artigo está dividido em cinco tópicos, sendo primeiramente a introdução, com o objetivo da pesquisa, seguido da metodologia, a carac-

terização do destino São Luís, os resultados e por fim, as considerações finais.

## METODOLOGIA

Quanto à técnica, primeiramente, realizou-se pesquisa bibliográfica, com apoio em livros, artigos, dissertações e teses, que fundamentaram a parte teórica do trabalho, além de pesquisa documental quanto à temática acessibilidade física e patrimônio histórico. Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória (VERGARA, 2004), buscando aproximar-se do objeto de estudo, além de estar direcionada a estudo de caso (YIN, 2001) do destino maranhense, e descritiva, pois, fez-se um estudo detalhado para análise e interpretação dos comentários (LIN; HSIEH; CHUANG, 2009).

Definiu-se o *TripAdvisor* como site para coleta dos comentários, pois, este é um dos maiores sites de turismo do mundo (TRIPADVISOR, 2013), e no âmbito dos comentários no *TripAdvisor*, delimitou-se coletar comentários que estavam na aba “o que fazer” em São Luís, selecionou-se “centro histórico de São Luís”<sup>2</sup> (TRIPADVISOR, 2017).

O recorte temporal foi do período compreendido de janeiro a julho de 2017, totalizando 238 comentários. Quanto ao levantamento dos comentários, utilizou-se da reputação *online*, que é o interesse em monitorar sites como forma de estudo para compreender as métricas válidas

---

<sup>2</sup> A zona turística está inserida na zona urbana municipal de São Luís (de acordo com o plano diretor), ou seja, compreende também a zona de preservação histórica e central (conforme artigo 13 do plano diretor é a zona de preservação histórica composta pelas áreas protegidas especificamente e legalmente pelo município, estado e federação quanto à proteção ao patrimônio cultural no território municipal), onde localizam-se os principais pontos turísticos da cidade de São Luís.

(CERQUEIRA; SILVA, 2011). Dados do barômetro do *TripAdvisor*<sup>3</sup>, apontam que os “*reviews online*” são determinantes (fator preponderante) para a escolha de um destino turístico.

Para analisar os comentários, delimitou-se onze palavras-chave referentes ao tema central que é “acessibilidade em área histórica urbana”, tendo como base referências indicadas no Manual de Orientações Turismo e Acessibilidade do Ministério do Turismo (2006), no *Manual sobre Turismo Accesible para todos: principios, herramientas y buenas prácticas* e *Manual sobre Turismo Accesible para todos: alianzas público-privadas y buenas prácticas* da Organização Mundial do Turismo (2016; 2014), no *Accessible routes in historical cities: a best practice guide for planning, design, implementation and marketing of accessible routes in historical urban environments* da *League of Historical and Accessible Cities* (2012), os quais foram: elevador, iluminação, estacionamento, escadaria, sinalização, ruas estreitas, calçamento, ladeiras, ruas de paralelepípedo e central de atendimento ao turista (CAT).

Para o processamento dos dados, primeiramente, elaborou-se uma planilha no programa *Excel* contendo o perfil e os comentários dos usuários do *TripAdvisor* que estão categorizados em nove parâmetros conforme Quiroga, Mondo & Castro Júnior (2014), sendo: *pontuação geral e amostral do destino* (classificação geral e no período pesquisado, utilizada para o atrativo quanto a significância), *tipo do viajante ou visitante* (característica quanto ao perfil do usuário), *local de origem* (estado ou país do usuário), *título do comentário* (título que o usuário utilizou), *comentário* (comentá-

---

<sup>3</sup> TripBarometer by TripAdvisor®: The World's Largest Accommodation and Traveller Survey – Winter 2012/ 2013.

rio do usuário), *comentário com palavras-chaves* (comentários que discorram sobre acessibilidade), *data* (mês e ano dos comentários, sendo que nem todos possuem data completa), *nível do colaborador* (classificação do site para os usuários que comentam).

Para analisar os dados do perfil do usuário, utilizou-se o método quantitativo que foi sumarizado através de medidas de frequências relativas (%) através do *software* SPSS. Para a análise qualitativa dos 238 comentários foram selecionados em um arquivo separado no *Excel*, no qual utilizou-se o *software QDA Miner* para identificar a quantidade que aparecia cada uma das palavras chaves, totalizando em 26 vezes a aparição total de todas as palavras.

Com os comentários separados e traduzidos por palavras chaves, fez-se uso da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) de Baron e Galizio (2005) e Santos e Leite (2013). Esta técnica consiste num conjunto de procedimentos de tabulação e organização de dados discursivos provenientes de depoimentos, envolvendo, basicamente: a seleção da palavra-chave de cada discurso que revelam o principal conteúdo discursivo; a identificação da ideia central (IC); e o agrupamento de outras palavras-chaves referentes às ideias centrais semelhantes ou complementares, formando um discurso-síntese: o discurso do sujeito coletivo (FIGUEIREDO; CHIARI; GOULART, 2013).

Neste estudo, o DSC foi construído a partir de agregações dos discursos de cada unidade amostral (depoimento do usuário no *TripAdvisor*), podendo-se observar, assim, similaridades e antagonismos. Cada comentário foi classificado em positivo, e negativo, sendo, que levou-se



em consideração os positivos, àqueles que toda a frase continha palavras positivas, já os negativos, àqueles que possuíam palavras negativas (FIGUEIREDO; CHIARI; GOULART, 2013).

### Caracterização do destino São Luís

O município de São Luís está localizado na Região Nordeste do Brasil, à beira da baía de São Marcos (Figura 1), entre os paralelos 2° e 3° ao sul do Equador e os meridianos 44° e 45° a oeste de *Greenwich*, fazendo divisa com os municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. Sua área territorial é de 827 km<sup>2</sup>, ocupa 57% da ilha homônima (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS, 2014).

Seu clima equatorial quente e úmido, com altas temperaturas, condiciona a marcante presença de palmeiras na vegetação nativa, como os babaçuais e jaçaraís, e de mangues junto ao litoral, havendo também a formação de dunas, nas praias de São Marcos, Calhau e Caolho (RIBEIRO JÚNIOR, 2001).

Figura 1: Mapa e imagem aérea de localização de São Luís no Brasil e no estado do Maranhão



Fonte: Adaptada de Google Maps (2017).

São Luís é reconhecida por suas belezas históricas, culturais e naturais, detentora do maior centro histórico do Brasil, com mais de quatro mil exemplares de casarões e prédios tombados pelas esferas federal, estadual e municipal, oferecendo ao visitante atrativos únicos, a exemplo do conjunto arquitetônico declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO (MARANHÃO, 2012). Além disso, o cenário é composto por praias, dunas, lagoas e rios que são ofertados aos turistas como opção de visita à ilha. No âmbito cultural, São Luís possui atrativos como o bumba-meu-boi, cacuriá, tambor de crioula (patrimônio imaterial pelo IPHAN), dança do coco, quadrilha e *reggae*, entre outros.

Os primeiros habitantes de São Luís foram os índios tupinambás, que ocupavam a orla marítima brasileira, os quais chamavam a cidade de *Upaon-Açu*, ou Ilha Grande, na linguagem tupi. Em 1535, quando da divisão das capitânicas hereditárias por João III, rei de Portugal, a do Maranhão coube a João de Barros, que, apesar de esforços, não conseguiu colonizá-la (ANDRÈS, 2006).

Tendo ficado ao abandono devido a dificuldades de colonização e uma vez que a França ficara de fora do Tratado de Tordesilhas, a ilha tornou-se alvo de interesse de piratas e corsários, sofrendo investidas francesas lideradas pelos tenentes generais Jacques Riffault e Charles des Vaux, por volta de 1594 (NOBERTO, 2004).

No século XVII, uma esquadra francesa liderada por Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardiere, saiu em busca do estabelecimento de uma colônia além-mares. Assim, chegou ao litoral maranhense e, em 08 de setembro de 1612, com o início da construção do forte Saint-

Louis, em homenagem ao Rei Luís XIII, fundaram a chamada França Equinocial (RIBEIRO JÚNIOR, 2001).

Meireles (1982, p.65) descreve o momento da fundação da cidade da seguinte forma:

estava fundada a França Equinocial 8 de setembro de 1612 [...]. Por fim, dado por finalmente fundada a colônia, o Sr de Razilly deu ao Forte o nome de Saint-Louis, em homenagem ao rei menino Luís XIII, o qual foi estendido a toda a Ilha.

Dessa forma, os franceses se estabeleceram em São Luís e, após 3 anos de ocupação francesa, Portugal reagiu para retomar a posse de suas terras. Liderados pelo capitão-mor Jerônimo de Albuquerque e o sargento-mor Diogo de Campos, os portugueses travaram lutas contra os invasores e, em novembro de 1614, na Batalha de Guaxenduba, o Senhor de La Ravardiere foi derrotado. Passado um ano de negociações, o Forte Saint-Louis foi entregue a Portugal (RIBEIRO JÚNIOR, 2001). Apesar da ocupação portuguesa, a vila de São Luís passou por um longo período sem destaques, uma vez que Portugal apenas preocupava-se em extrair as riquezas disponíveis.

Portugal reassumiu o comando do território maranhense, no norte do país, tendo o Engenheiro Militar Francisco Frias de Mesquita a incumbência de projetar fortalezas para consolidar o domínio português na região, traçando um plano urbanístico para o local. Uma das características comuns das cidades e vilas brasileiras daquela época era a “a participação decisiva de engenheiros militares no traçado urbano original,

bem como a relação entre a localização das fortalezas e o primeiro núcleo de habitação” (ANDRÈS, 2006, p.52). Frias concebeu o plano urbano de São Luís no formato de quadras regulares, com ruas ortogonais no sentido dos pontos cardeais, servindo de referência para a expansão local.

De toda forma a cidade confirmava o modelo de assentamento adotado pelos colonizadores portugueses. A Cidade Alta, administrativa, militar e religiosa, e a Cidade Baixa, marinheira e comercial, que, associadas à tipologia dominante das edificações surgidas mais tarde, a partir do final do século XVIII, conferem a São Luís, uma forte conotação lusitana (ANDRÈS, 2006, p.53).

No ano de 1619, chegaram a São Luís casais de açorianos que fundaram a primeira câmara municipal e desenvolveram a atividade da cana-de-açúcar e algodão, criando, então, um processo de crescimento; em 1621 foi criado o Estado do Maranhão pela coroa portuguesa, separando administrativamente do Estado do Brasil (ANDRÈS, 2006).

Em 1641, o Maranhão foi novamente invadido, desta feita por holandeses, nesta época comandada por Maurício de Nassau, que estava em Pernambuco, permanecendo por três anos. Esse foi um período de violento e destrutivo para São Luís, pois os holandeses saquearam e destruíram parte das casas existentes à época.

Um dos principais fatores da importância do projeto de urbanização de Frias de Mesquita para São Luís reside na consolidação do crescimento urbano obedecendo o mesmo padrão uniforme, com ruas estreiti-

tas que variam entre sete e dez metros, e quadras com dimensões que não ultrapassaram as dimensões de 80 por 80 metros até o século XIX (ANDRÈS, 2006).

Esse legado foi uma das justificativas para São Luís, com influências francesas, portuguesas, holandesas, indígenas e negras, ser, em 1997, declarada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade (MARANHÃO, 1997).

[...] o Comitê decidiu inscrever esta propriedade mediante os critérios (iii), (iv) e (v), considerando que o Centro Histórico de São Luís é um exemplo excepcional de cidade colonial portuguesa, adaptada com sucesso à contemporânea e às condições climáticas da América do Sul equatorial, e que tem conservados dentro das notáveis proporções o tecido urbano harmoniosamente integrados ao ambiente que o cerca (UNESCO, 1997, s.p.)

Em meados de 1654, o território do estado do Maranhão e Grão-Pará teve as cidades de São Luís e de Belém como capitais, o que determinou o seu *status*, direcionando recursos para investimentos em infraestrutura urbana (NOBERTO, 2004). Na segunda metade do século XVIII, com o advento das revoluções Francesa e Industrial, surgiram novos cenários na Europa e, conseqüentemente, nas colônias da América do Sul. No Maranhão, sob a governança do Marquês de Pombal, surgiu a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, a partir da qual a situação de pobreza antes reinante começou a mudar. Com a abertura dos portos para as chamadas “nações amigas”, teve início o crescimento e a urbanização de São Luís (LACROIX, 2012).

Noberto (2004, p.61) comenta que tal situação se deve ao fato de que:

São Luís estava encravada de frente à Europa, e não possuía, praticamente, ligação por terra que a unisse aos outros estados brasileiros. Como se não bastasse, uma corrente marinha vinda da África dificultava a navegação para o resto do país, como Salvador e Rio de Janeiro.

Várias casas comerciais exportadoras e importadoras começaram a instalar-se e é nessa época que também surgiram os casarões e sobrados azulejados dos ricos fazendeiros e comerciantes. É justamente desse período a maciça introdução da mão de obra escrava negra para trabalhar nas plantações de algodão, arroz e cana-de-açúcar. A configuração da cidade como portuária e agroexportação dinamizou a economia e a riqueza, o que se confirmava com os azulejos presentes nas fachadas (RIBEIRO JÚNIOR, 2001).

Os grandes comerciantes e fazendeiros passaram a enviar os filhos para a Europa para adequado desenvolvimento dos seus estudos. Foi durante esse período que São Luís passou a ser chamada de “‘Atenas Brasileira’, quando intelectuais da terra ganharam projeção nacional, sobretudo no campo das letras (poesia, romance, teatro, jornalismo e crítica literária)” (RIBEIRO JÚNIOR, 2001, p.30). Grandes nomes, tais como Gonçalves Dias, datam dessa época.

Já no século XIX, o grande destaque foi o início do parque industrial no estado. O enfoque principal era a indústria têxtil, mas também havia espaço para outros ramos, como sabão, açúcar e aguardente.

Com a industrialização, houve também a expansão urbana. Alguns empreendimentos industriais, como a Fábrica de Fiação e Tecidos Camboa e a Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil, contribuíram para a desconcentração demográfica e para a ampliação das fronteiras citadinas (RIBEIRO JÚNIOR, 2001).

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Avanços da internet ocasionaram diversas mudanças e transformações na atividade turística, principalmente na forma de viajar, pois, a relação turista e destino tem produzido um intercâmbio de informações, os quais têm ganhado força e visibilidade através de sites *online* destinados a viajantes (XIANG; GRETZEL, 2010).

O conteúdo existente na internet contribui para que usuários diversos possam ampliar suas informações e conhecimento acerca de determinado destino, pois, neles há opiniões, críticas, sugestões, sentimentos, experiências, imagens, valores, produtos, serviços, marcas, problemas que formam um conjunto de dados decisivos para a escolha do próximo destino (BLACKSHAW; NAZZARO, 2006).

A quantidade de dados gerados por usuários na internet são denominados de “*big data*” (MINAZZI, 2015; SANTOS, 2009). Neste estudo específico, adotou-se o monitoramento e análise dos comentários no *TripAdvisor* da cidade patrimônio cultural da humanidade São Luís do Maranhão para detectar a opinião dos usuários quanto ao aspecto da acessibilidade física no centro histórico da referida cidade (DEY et al., 2011; GOVERNATORI; IANNELLA, 2011; PAINE, 2011).

Na pesquisa identificou-se que até julho de 2017 haviam 2.608 comentários sobre São Luís no *TripAdvisor*, sendo 27% classificados como excelente, 35% como muito bom, 27% como razoável, 9% ruim e 2% como horrível. O destino foi estrelado como 3,5 numa classificação que vai de 1 a 5, na categoria “o que fazer”, “centro histórico”, sendo que em comparação a outras cidades que também possuem as mesmas categorias (Ouro Preto-MG; Salvador-BA; Olinda-PE) e que foram reconhecidas pela UNESCO como patrimônio cultural da humanidade, São Luís é a que possui a menor pontuação (TRIPADVISOR, 2017). Além deste fato, e das mesmas justificativas é a única entre as quatro cidades que não possui o certificado de excelência do *TripAdvisor*.

Reino et al. (2012) e Solomon (2011) afirmam que o conteúdo gerado pelo usuário na internet, quanto ao desempenho tem que ser analisado por órgãos oficiais, para que se melhorem os pontos fracos, e maximize os fortes, promovendo assim, uma experiência positiva ao visitante, fazendo com que este retorne e divulgue a imagem do destino para outras pessoas. Assim, fundamenta-se na importância do monitoramento dos comentários online como uma maneira eficiente de identificar e descobrir o que precisa ser adequado para satisfazer a demanda turística.

Tratando-se da pesquisa, dos 26 comentários em que as palavras-chaves aparecem, teve-se que 16 são do sexo feminino e 15 do sexo masculino. Quanto a origem, São Paulo e Pará possuem 4 cada, Maranhão 3 e outros estados somam 19. Em relação ao nível do colaborador, teve-se: quinze com classificação 4, sete com 5, sete com 3 e dois com 2. Em



todos os meses tiveram comentários sendo que julho foram 9, em janeiro 7, em março 7, em fevereiro 4, em junho 3, e abril e maio 1 cada.

Em relação aos títulos em nenhum aparece ou há menção sobre acessibilidade física, por outro lado, há uma ênfase quanto ao valor arquitetônico, histórico e patrimonial de São Luís, como por exemplo: “Uma visita ao passado, literalmente!”; “Respira história”; “História e Cultura”; “Cidade Colonial”; “Arquitetura histórica”; “Patrimônio tombado”; “Um livro de história a céu aberto”; “História pura e muita beleza!”. Vê-se que nos títulos ainda não existem termos relacionados à acessibilidade física, pois, como afirma Duarte et al. (2015) ainda existe uma visão limitada no Brasil e que aos poucos começa a ser modificada, mediante advento da internet e disseminação do conhecimento sobre tal temática, ou seja, “apesar dos significativos avanços recentes, ainda não é suficiente para fazer frente a um senso comum disseminado há décadas” (p. 539).

Quanto aos comentários relacionados aos títulos, dividiu-se em positivos e negativos, e que continham uma(s) da(s) dez palavras chave definidas. Assim, obteve-se um total de 26 comentários conforme quadro abaixo.

**Quadro 1: Quantidade de comentários positivos e negativos dos destinos espanhóis**

Destino	Positivo	Negativo	Total
São Luís	19	7	26

Fonte: Autores (2017)

Em relação às palavras chaves e o número de menções (quadro 2), leu-se todos os comentários conforme descrito na metodologia, e

selecionou-se os positivos e negativos em uma tabela, os quais foram submetidos ao *software QDA Miner* para identificar o número de aparições de cada uma.

**Quadro 2: Menções das palavras chaves nos comentários de São Luís**

Elevador	0
Iluminação	1
Estacionamento	1
Escadaria	4
Sinalização	3
Ruas Estreitas	5
Calçamento	1
Ladeiras	7
Ruas de Paralelepípedo	9
CAT	3

Fonte: Autores (2017)

Num total de sete comentários negativos relacionados às palavras chaves definidas, sinalização foi mencionado três vezes, seguido de estacionamento, calçamento, CAT, iluminação e ruas em paralelepípedo.

Quanto à sinalização, os comentários foram: “[...] Achei um pouco confuso e sem muitas indicações sobre os pontos históricos [...]”; “[...] Faltou só um pouco mais de placas indicativas [...]” ; “[...] acredito que precisa ser melhor sinalizada [...]”. A sinalização em um destino turístico faz parte do mobiliário urbano e conforme o MTUR (2006) no artigo 17 o “Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas [...]”. Já a OMT (2016, p. 16 – tradução nossa) afirma que “[...] acessibilidade é um sinónimo de hospitalidade em todos os âmbitos (sinalização) [...]”.

Recentemente, a Prefeitura Municipal de São Luís, através da Secretaria Municipal de Turismo instalou novas placas de sinalização turística no centro histórico com o objetivo de facilitar a localização dos pontos turísticos da área.

Além de colocar em evidência os pontos turísticos, as placas contribuem para formar um roteiro para as pessoas que visitam a cidade;

O direcionamento, principalmente para os turistas, faz com que eles cheguem mais rápido aos lugares e entendam melhor como funciona a dinâmica do Centro Histórico, contribuindo para uma melhor experiência na cidade; As placas contêm indicações dos principais atrativos turísticos localizados em diversas ruas do Centro e foram elaboradas de acordo com o Guia de Orientações Técnicas para Sinalização do Patrimônio Mundial do Brasil, dando maior conforto a todos que visitam a cidade.

Em dois idiomas, português e inglês, os sinalizadores são formados por ícones lúdicos de lugares como a Fonte do Ribeirão, Igreja da Sé e Palácio dos Leões, com setas apontando suas direções e a distância, em metros (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 2017, s/p).

A coleta dos comentários *online* foi realizada no período de janeiro a julho de 2017, e a instalação da sinalização iniciou em setembro de 2017. Ou seja, posterior ao momento da pesquisa. Para a OMT (2016), a sinalização é um requerimento geral/obrigatório em si tratando de acessibilidade turística, que deve seguir orientações específicas, que no caso do Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas, e que no caso específico, é de caráter municipal.

O deslocamento por ser intrínseco ao turismo está relacionado à facilidade de acesso e movimentação de turistas no destino, assim, a sinalização elimina as barreiras, e amplia a comunicação entre o destino e o visitante (OMT, 2016).

As outras palavras chaves destacadas com menção negativa nos comentários foram: central de atendimento ao turista, estacionamento, iluminação e ruas em paralelepípedo.

[...] apesar de ter um Centro de Atendimento ao Turista, estava sem funcionários!;

[...] difícil de estacionar [...];

[...] tem buraco grandes nas ruas de paralelepípedo [...];

[...] iluminação precária [...];

[...] calçamento irregular [...].

Reportagem publicada pelo G1 (2017) destaca que há diversos buracos em ruas do centro histórico de São Luís que dificultam o deslocamento das pessoas e veículos nesta área, o que gera inclusive riscos aos transeuntes, principalmente, em período chuvoso.

No que tange a iluminação pública, a Prefeitura Municipal de São Luís realizou um trabalho de modernização da iluminação tradicional e instalação artística “trazendo mais beleza, conforto e segurança à população de São Luís e visitantes” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS, 2015).

O serviço de trocas de luminárias, lâmpadas e postes foi iniciado em julho deste ano e esta etapa deve ser concluída até o mês de janeiro de 2016. A melhora da iluminação está sendo feita entre o Desterro e a Praça Pedro II, passando por todas as ruas do conjunto Deodoro-Desterro, em um total de aproximadamente 650 pontos de iluminação, ampliando a malha de iluminação pública.

Porém, em 2015, São Luís comemorou 403 anos, sendo que em matéria do Jornal O Estado do Maranhão, o título destacava a precária infraestrutura do centro histórico, com “buracos, esgoto jorrando, transporte coletivo ineficiente, rede de saúde pública precária e abandono do

Centro Histórico são alguns dos problemas enfrentados pela população, que diz que não há o que festejar” (DEAN, 2015, s/p). Ou seja, no mesmo período de realização de obras de iluminação pública promovida pela Prefeitura Municipal de São Luís, a matéria publicada pelo jornal, com entrevistas de residentes, aponta problemas antigos, que não estão localizados somente no centro histórico, mas em outros bairros da capital.

Tratando-se destas palavras chaves, Darcy, Cameron e Pegg (2010) esclarecem que um turismo acessível num destino turístico deve ser universal para proporcionar acesso a todas as pessoas que utilizam e transitam no território urbano turístico, provido de equipamentos públicos e privados, que atendam as diferentes capacidades, habilidades e necessidades dos visitantes. Já Bins Ely, Dorneles e Koelzer (2008) acreditam que um planejamento inclusivo seja primordial, considerando a diversidade humana, quanto suas necessidades e limitações, independente da sua condição física, humana e financeira.

Oliveira, Franzen e Varella (2016, p. 668) ratificam que “todos os serviços e os espaços devem estar ao alcance de todas as pessoas, independente de sua condição física, mental, sensorial, financeira, etc.”. Para Predif (2017, p. 10 – tradução nossa):

[...] há uma prioridade para o patrimônio histórico e artístico adaptar-se ao coletivo (sempre procurando um equilíbrio coletivo e compatível entre ele e a acessibilidade universal), pois, ainda existem muitas dificuldades para as pessoas terem um acesso adequado às áreas e espaços em condições iguais.

Quanto às palavras chaves que estavam num contexto positivo da mensagem nos comentários, destaca-se: ruas estreitas, ladeiras, CAT, sinalização, ruas em paralelepípedo e escadarias.

[...] ir se tênis é a melhor dica pra enfrentar as ladeiras;  
[...] pode andar tranquilamente pelas ruas estreitas [...];  
[...] além das ladeiras e escadarias;  
[...] As ruas são interessantíssimas, estreitas e muitas vezes íngremes onde não há condições de acesso para carros, nem os pequenos. Isto, adicionado ao fato de serem pavimentadas em paralelepípedos e pedra lióz;  
[...] ruas, ladeiras e escadarias maravilhosas [...]  
[...] tem umas escadarias com vista pro Porto [...]  
[...] Na rua Portugal, está localizado o centro de informações turísticas, lá você pode obter informações e mapa [...]  
[...] Em frente ao Hotel Grand São Luís existe um centro turístico do Governo que disponibiliza gratuitamente um mapa com todos os pontos turísticos da cidade. É só passar lá e pegar.

Analisa-se que os comentários positivos estão relacionados ao contexto histórico e patrimonial de São Luís, ou seja, os usuários que utilizam o *TripAdvisor* para relatar suas experiências na capital do Maranhão fazem menção ao mobiliário urbano e turístico do centro histórico, como destaque no contexto paisagístico da localidade.

No dossiê de inclusão de São Luís do Maranhão como patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO apresenta os termos destacados pelos usuários, conforme segue:

As ladeiras que ligam o planalto à parte baixa (Praia Grande) seguem o traçado ortogonal, e quando muito inclinadas são transformadas em escadarias com largos degraus em pedra de lióz (p. 17);  
[...] Nessa área desenvolvem-se atividades comerciais, institucionais, portuárias e residenciais, e ela possui também a

Feira da Praia Grande, serviços administrativos, ruelas e escadarias, ruas calçadas de pé de moleque, pedras de canaria [...] (p. 29);

As dimensões do Centro, que pode ser facilmente percorrido a pé (o maior comprimento de seus eixos não ultrapassa um quilometro), o traçado ortogonal das ruas estreitas (de 7 a 10 metros) (p. 17) [...] (MARANHÃO, 1997).

Nos comentários houveram menções as palavras chaves relacionadas a acessibilidade física em área histórico urbana, o que contribui para que o usuário ao ler os comentários no *TripAdvisor* possa identificar obstáculos, barreiras e o mobiliário urbano existente em São Luís. Ou seja, a acessibilidade em destinos turísticos históricos deve ser para todos, pois, esta é universal, um direito social, que traduz uma igualdade de oportunidades, sem discriminação e integração social, portanto, a acessibilidade não é somente para pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência, mas para todos, desde adultos a crianças (INVAT.TUR, 2015).

Um destino turístico histórico tem que desenvolver um turismo inclusivo, e a partir de comentários como estes selecionados para a temática acessibilidade física, favorecem ao gestor do destino, desenhar de maneira integrada, um turismo mais social e inteligente, oferecendo infraestrutura a todas as pessoas. Pois, como afirma Buhalis et al. (2015), trata-se de um entorno acessível, desenhado com segurança e eficácia que permita seu uso por um grande número de pessoas.

A acessibilidade em um destino histórico como São Luís está relacionada ao entorno urbano, como por exemplo, estacionamento, sinalização, mobiliário urbano adaptado, praças, jardins, museus, centros culturais, meios de hospedagem, restaurantes, entre outros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço da tecnologia tem proporcionado fácil acesso a informações, principalmente, na internet, com o surgimento de sites específicos e direcionados ao turismo. A mineração de dados *online* é crucial para que destinos turísticos possam utilizar informações em detrimento da implementação de estratégias adequadas, estruturando-se como um destino competitivo e que promove qualidade de vida aos residentes e visitantes.

O *TripAdvisor* transformou-se em uma plataforma de coleta e repasse de informações, abastecida principalmente pelos usuários. Eles publicam periodicamente relatórios baseados nas informações presentes no site, que direcionam e auxiliam destinos a compreenderem melhor a dinâmica que a atividade turística demanda atualmente.

Por ser um banco de dados, o *TripAdvisor* pode ser referência para diversas pesquisas no turismo, como no caso a acessibilidade, objeto de estudo neste trabalho. Para tal, utilizou-se como estudo de caso, São Luís, capital do Maranhão, e delimitou-se o centro histórico como local a ser pesquisado neste universo. Definidas as palavras chaves baseadas em manuais sobre acessibilidade que são referências, dividiu-se em positivos e negativos, os quais os usuários em sua maioria destacam bons aspectos ao destino.

É reconhecido que São Luís é um exemplo de destino patrimônio cultural da humanidade, e que possui infraestrutura urbana e turística adaptada, pois, mesmo possuindo características históricas, estas são bem avaliadas e conceituadas nos comentários *online* no *TripAdvisor*. Mesmo



com alguns comentários negativos, São Luís atende no quesito acessibilidade física em seu centro histórico. Pois, como destacados no texto, os comentários positivos enaltecem o acervo arquitetônico da cidade.

Sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas com uma maior temporalidade e ampliando as palavras chaves, principalmente, no que tange aos aspectos da acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida ou pessoas com deficiência. Além disso, é importante que sejam realizadas pesquisas empíricas no centro histórico de São Luís, para avaliar na prática a infraestrutura existentes, assim como realização de entrevistas com residentes, turistas e gestores públicos e privados.

Pois, um dos maiores desafios da sociedade brasileira contemporânea é o enfrentamento da questão da igualdade e da exclusão social em um país democrático, em que se pressupõe a ampla participação dos mais diversos atores sociais.

## REFERÊNCIAS

ANDRÈS, L. P. C.C. Reabilitação do centro histórico de São Luís: análise crítica do programa de preservação e revitalização do centro histórico de São Luís/PPRCHSL, sob enfoque da conservação urbana integrada. 2006. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco. 247f. Recife, 2006.

ASHWORTH, G. J.; PAGE, S. Urban tourism research: recent progress and current paradoxes. **Tourism Management**. v. 32, p. 1-15, 2011.

BARON, A.; GALIZIO, M. Positive and negative reinforcement: Should the distinction be preserved? **The Behavior Analyst**, v. 28, p. 85-98, 2005.

BINS ELY, V. H. M.; DORNELES, V. G.; KOELZER, M. P. **Dese-  
nho universal aplicado ao Paisagismo**. Florianópolis: PE-  
TARQ/UFSC. Cd-rom. 2008.

BLACKSHAW, P.; NAZZARO, M. **Consumer-generated media  
(CGM) 101: Word-of-mouth in the age of the web-fortified consumer**, A  
Nielsen BuzzMetrics White Paper, Spring, New York, 2006.

BUHALIS, D., EICHHORN, V., MICHPOULOU, E.; MILLAR, G.  
Accessibility market and stakeholder analysis. 2015. Disponível em:  
<[http://www.accessibletourism.org/resources/ossate\\_market\\_analysis\\_](http://www.accessibletourism.org/resources/ossate_market_analysis_public_fnal.pdf)  
[public\\_fnal.pdf](http://www.accessibletourism.org/resources/ossate_market_analysis_public_fnal.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2017.

CERQUEIRA, R.; SILVA, T. **Mensuração em mídias sociais: quatro  
âmbitos de métricas**, 2011.

CUTRIM, Kláutenys Delene Guedes. Patrimônio da Humanidade: a  
edificação discursiva da cidade de São Luís nas políticas de preservação  
do estado. 2011. 187f. **Tese** (Doutorado em Linguística e Língua Portu-  
guesa) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” –  
UNESP, Araraquara, 2011.

DARCY, S.; CAMERON, B.; PEGG, S. Accessible tourism and sustain-  
ability: a discussion and business case study. **Journal of Sustainable  
Tourism**, v. 18, n. 4, p. 515-537, 2010.

DEAN, J. São Luís: aos 403 anos, a infraestrutura é precária. 2015. Dis-  
ponível em: <  
[http://imirante.com/oestadoma/noticias/2015/09/08/sao-luis-aos-403-  
anos-a-infraestrutura-e-precaria.shtml](http://imirante.com/oestadoma/noticias/2015/09/08/sao-luis-aos-403-anos-a-infraestrutura-e-precaria.shtml)>. Acesso em: 20 nov. 2017.

DEY, L.; HAQUE, S. M.; KHURDIYA, A.; SHROFF, G. Acquiring  
competitive intelligence from social media. In: **Proceedings of The**

**2011 Joint Workshop on Multilingual OCR and Analytics for Noisy Unstructured Text Data.** ACM. pp. 3, 2011.

DUARTE, D. C.; BORDA, G. Z.; MOURA, Danielle Gonzaga; SPEZIA, Domingos Sávio. Turismo acessível no Brasil: um estudo exploratório sobre as políticas públicas e o processo de inclusão das pessoas com deficiência. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo.** v. 9, n. 3, p. 537-553, 2015.

FIGUEIREDO, M. Z. A.; CHIARI, B. M. ; GOULART, Bárbara N. G. de. Discurso do sujeito coletivo: uma breve introdução à ferramenta de pesquisa quali-quantitativa. **Distúrb Comun.** v. 25, n. 1. p. 129-136, 2013.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2009.

GARCÍA H. M.; CALLE V. M.; YUBERO, C. Cultural heritage and urban tourism: historic city centres under pressure. **Sustainability.** v. 9, n. 1346, p. 1-19, 2017.

GOOGLE MAPS. **Mapa e imagem de localização de São Luís no Brasil e no estado do Maranhão.** Disponível em: <  
<https://www.google.com.br/maps/place/> >. Acesso em: 20 nov. 2017.

GOVERNATORI, G.; IANNELLA, R. (2011). A modeling and reasoning framework for social networks policies. **Enterprise Information Systems,** v. 1, n. 5, p. 145–167, 2011.

G1. **Ruas do Centro Histórico de São Luís sofrem com buracos.** 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/videos/t/todos-os-videos/v/ruas-do-centro-historico-de-sao-luis-sofrem-com-buracos/5696381/>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

INSTITUTO VALENCIANO DE TECNOLOGÍAS TURÍSTICAS. **Destinos turísticos inteligentes:** manual operativo para la configuración de destinos turísticos inteligentes. 2015.

LACROIX, M. L. L. **São Luís do Maranhão:** corpo e alma. São Luís: Santa Marta, 2012.

LEAGUE OF HISTORICAL AND ACCESSIBLE CITIES (LHAC). **Accessible routes in historical cities:** a best practice guide for the planning, design, implementation and marketing of accessible routes in historical urban environments. European Foundation Centre, 2012.

LIN, F.R.; HSIEH, L.S.; CHUANG, F.T. Discovering genres of online discussion threads via text mining. **Computers & Education**, v. 52, n. 2, p. 481-495, 2009.

MARANHÃO. Governo do Estado **Documento: proposta do Governo do Estado do Maranhão para Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.** 2.v. São Luís, 1997.

MARANHÃO. Governo do Estado. **Plano Estratégico de Turismo do Estado do Maranhão:** Plano Maior 2020 – Relatório final. São Paulo: Chias Marketing, 2012.

MEIRELES, M. M. **França equinocial.** São Luís: Editora do Serviço Social do Comércio do Maranhão – SESC-MA; Civilização Brasileira, 1982.

MINAZZI, R. Social Media Metrics and Analysis. In: **Social Media Marketing in Tourism and Hospitality.** Springer International Publishing, p. 137-163, 2015.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo e acessibilidade:** manual de orientações / Ministério do Turismo, Coordenação - Geral de Segmentação. 2. ed. Brasília:Ministério do Turismo, 2006.

NOBERTO, A. **A influência francesa em São Luís:** uma oportunidade de segmentação do mercado turístico local. São Luís: Editora do Centro Universitário do Maranhão – EDICEUMA, 2004.

OLIVEIRA, J. P.; FRANZEN, L.I.; VARELLA, B. G. Acessibilidade como critério de qualidade do espaço turístico: estudo de caso da área central de Balneário Camboriú-SC. **Revista Turismo - Visão e Ação**, v. 18, n. 3, 2016.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO (OMT). **Manual sobre turismo accesible para todos:** principios, herramientas y buenas prácticas. Madrid: UNWTO, 2016.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO (OMT). **Manual sobre Turismo Accesible para todos: alianzas público-privadas y buenas práctica.** Madrid: UNWTO, 2014.

PAINE, K. D. **Measure what matters:** Online tools for understanding customers, social media, engagement, and key relationships. John Wiley & Sons. 2011.

PLATAFORMA REPRESENTATIVA ESTATAL DE PERSONAS CON DISCAPACIDAD FÍSICA. **Guía de Buenas Prácticas de Accesibilidad para los Recursos Turísticos de las Ciudades Patrimonio de la Humanidad de España.** UNESCO, 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. **O município.** Disponível em: <<http://www.saoluis.ma.gov.br/Municipio.aspx>>. Acesso em: 23 mar. 2014a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. **Prefeitura instala novas placas de sinalização turística no Centro Histórico de São Luís.** 2017. Disponível em: <<http://www.agenciasaoluis.com.br/noticia/19340/>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. **Prefeitura moderniza iluminação do Centro Histórico**. 2015. Disponível em: <http://www.agenciasaoluís.com.br> Acesso em: 10 dez. 2017.

QUIROGA, R. M.; MONDO, T. S.; CASTRO JÚNIOR, D. F. L. Reputação online como instrumento para melhoria de serviços: um estudo na hotelaria de Garopaba e Imbituba–Santa Catarina. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 2, n. 1, p. 95-112, 2014.

REINO, S.; SERNA, A.; LAMSFUS, C.; AZUA-SORZABAL, A. A New Hotel Online Reputation Framework for Ontology Learning Development. **Information and Communication Technologies in Tourism**, p. 403-414, 2012.

RIBEIRO JÚNIOR, J. R. B. **Formação do espaço urbano de São Luís: 1612-1991**. 2.ed. São Luís: Fundação Municipal de Cultura – FUNC, 2001.

SANTOS, E. L. N.; LEITE, Felipe Lustosa. A distinção entre reforçamentos positivo e negativo em livros de ensino de análise do comportamento. **Perspectivas**, v. 4, n.1, p. 09-18, 2013.

SANTOS, R. Conceitos de Mineração de dados na web. XV Simpósio Brasileiro de Sistemas de Multimídia e Web, **VI Simpósio Brasileiro de Sistemas Colaborativos -Anais**. p. 81-124, 2009.

SANTOS, S. R. dos. Paisagem solidária: indicadores de sustentabilidade urbana em área turística funcional do centro histórico de São Luís, Maranhão. 582f. **Tese**. (Doutorado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2015.

SOLOMON, M. **O comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

TEIXEIRA, K. L.; OLIVEIRA, M. L. S. A experiência da gestão e planejamento do turismo das cidades patrimônio cultural da humanidade na

Espanha aplicada à realidade brasileira. **Turismo & Sociedade**, v. 3, n.1, p. 68-90, 2010.

TRIPADVISOR. **Trip Barometer by TripAdvisor** - Winter 2012/2013. Disponível em: <<http://www.tripadvisortripbarometer.com/download/Global%20Reports/TripBarometer%20by%20TripAdvisor%20-%20Global%20Report%20-%20USA.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

TRIPADVISOR. **O que fazer em São Luís**. Disponível em: <[https://www.tripadvisor.com.br/Attraction\\_Review-g673267-d3981835-Reviews-Centro\\_Historico\\_de\\_Sao\\_Luis-Sao\\_Luis\\_State\\_of\\_Maranhao.html](https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g673267-d3981835-Reviews-Centro_Historico_de_Sao_Luis-Sao_Luis_State_of_Maranhao.html)>. Acesso em: 10 ago. 2017.

TROITIÑO TORRALBA, L.; GARCÍA HERNÁNDEZ, M. El perfil del Smart tourist en Ávila. In: Actas del Seminario Internacional Destinos Turísticos Inteligentes: nuevos horizontes en la investigación y gestión del turismo. **Anais...** Oct. p. 371-406, 2017.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VIEIRA, N. M. **Gestão de sítios históricos**: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2008.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **A new international instrument**: the proposed UNESCO recommendation on the historic urban landscape (HUL). Paris, 2011.

XIANG, Z. ; GRETZEL, U. Role of social media in online travel information search, **Tourism management**, v. 31, n. 2, p. 179-188, 2010.

YÁZIGI, E. **Saudades do futuro**: por uma teoria do planejamento territorial do turismo. São Paulo: Plêiade, 2009.

YIN, R. K. **Case study research**. London: Sage Pub, 2001.

ZENKNER, T. T. S. Legado renascentista e forma urbana: as cidades de São Luís e Belém no século XVII. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal do Pernambuco (UFPE); Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Recife, 2002. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano.



# UM ENFOQUE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE ACESSIBILIDADE PARA AS ATIVIDADES CULTURAIS E TURÍSTICAS.

SOUSA, AMANDA AZEVEDO

## INTRODUÇÃO

Os direitos a cultura e ao lazer são garantidos por lei para todos os cidadãos brasileiros segundo a Constituição Federal<sup>1</sup> (BRASIL, 1988). O contato com manifestações artísticas como espetáculos, shows, exposições, exhibições, e atividades de lazer, dentre elas o turismo, compõe elementos da cultura de uma nação, e ao consumir esses tipos de serviços e produtos isso nos aproxima da diversidade da sociedade e aumenta o nosso conhecimento acerca do mundo.

As Pessoas com Deficiência (PcDs) por muito tempo não conseguiram ter acesso a esses espaços culturais e de lazer devido a várias inadequações e diversas barreiras, sejam físicas ou atitudinais. A luta das PcDs por seus direitos sociais e culturais ocorreu no Brasil aproximadamente nos últimos 30 anos, com o avanço das políticas públicas de inclusão, que buscam superar essas dificuldades e estimular a autonomia dessas pessoas para realizar quaisquer atividades.

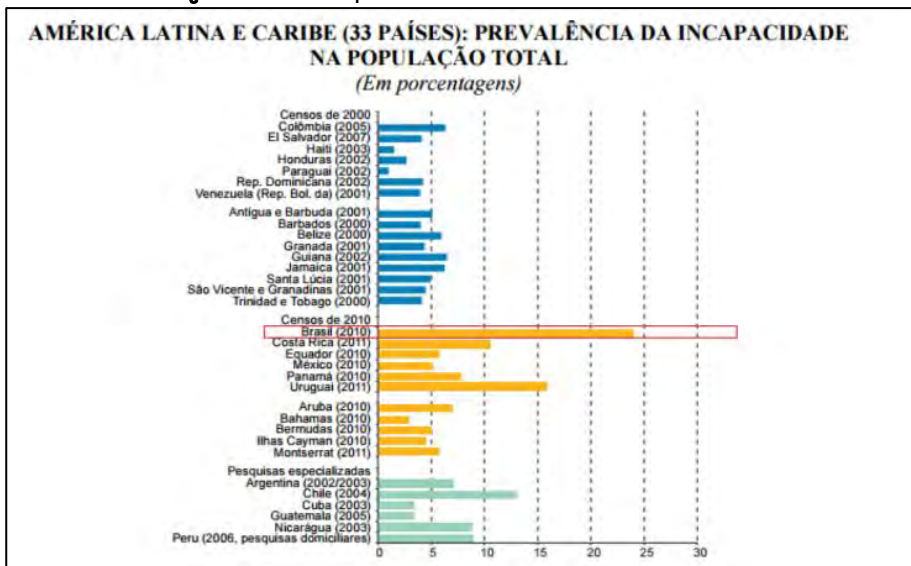
O objetivo deste trabalho é descrever a legislação e a importância da acessibilidade nas atividades culturais e turísticas, contribuindo assim para as discussões destes tipos de consumo de produtos e serviços.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### Estatísticas das PcDs na América Latina e no Brasil

Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe-CEPAL das Nações Unidas, o Brasil é referência em incidências de PcDs. O documento Panorama Social da América Latina (2012), referente aos dados de 2000 a 2010, nos mostra um levantamento das condições de pobreza, aspectos da distribuição da renda, emprego remunerado, gasto familiar e de PcDs, contribuindo para o debate da economia e da sociedade latino-americana e caribenha, apresentando a necessidade de políticas públicas nestas áreas.

**Figura 01** – PcDs nos países da América Latina - Censo 2000 a 2010.



Fonte: Panorama social da América Latina (2012)

Além de realizar o levantamento de características estruturais, a CEPAL aponta os desafios para combater a desigualdade social, favorecer a democracia, justiça, paz e a inserção desses países na economia mundial. A seguir vemos a comparação das PcDs nos países na América Latina.

O problema referente a incidência das PcDs revela que além das doenças que são adquiridas desde seu nascimento, outros fatores também podem estar ligados a qualidade de vida e o envelhecimento da população.

De todo modo, é possível estimar que atualmente cerca de 12,0% da população da América Latina e do Caribe vive ao menos com uma incapacidade, o que envolveria aproximadamente 66 milhões de pessoas. Além disso, prevê-se que esta proporção aumentará devido ao envelhecimento da população e a mudanças nos estilos de vida<sup>4</sup>. Isto permite prever uma pressão crescente sobre o cuidado nas famílias, sobre as redes disponíveis e os limitados recursos e serviços que o Estado destina a esses fins<sup>2</sup> (PANORAMA SOCIAL DA AMÉRICA LATINA, 2012, p.48)

---

<sup>1</sup>A velocidade de expansão relativa da população acima de 60 anos na América Latina, e especificamente da população acima de 80 anos, apresenta desafios enormes aos serviços de cuidado e seu financiamento e ao tratamento da sociedade, já que haverá uma porcentagem claramente superior de pessoas com deficiências por causa deste envelhecimento. Panorama social da América Latina, CEPAL, 2012, p.48 Disponível em: <<http://bit.ly/2sitgEF>>

<sup>2</sup>Para realizar este estudo foram utilizados os censos de 2010 que incorporam perguntas sobre incapacidade (Brasil, Costa Rica, Equador, México, Panamá e Uruguai na América Latina; Aruba, Bahamas, Bermudas, Ilhas Cayman e Montserrat no Caribe). No caso dos países da região que ainda Não aplicaram e processaram esses censos, foram considerados os censos de 2000 (Colômbia, El Salvador, Haiti, Honduras, Paraguai e República Dominicana na América Latina; Antígua e Barbuda, Barbados, Belize, Granada, Guiana, Jamaica, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas e Trinidad e Tobago no Caribe), bem como informação proveniente de pesquisas domiciliares e pesquisas especializadas (Argentina, Chile, Cuba, Guatemala, Nicarágua, Peru e República Bolivariana da Venezuela). Panorama social da América Latina, CEPAL, 2012, p.48 Disponível em: <<http://bit.ly/2sitgEF>>

Com 23,9% o Brasil lidera os países que mais possui PcDs, o estudo aponta o grupo de mulheres com mais de 60 anos com a maior taxa de deficiências, que podem ter sido geradas por doenças crônicas ou acidentes.

Posteriormente, o estudo também destaca os grupos de idosos, os habitantes das zonas rurais, os povos indígenas e afrodescendentes e as pessoas de baixa renda que sofrem ao lidar com as deficiências, por não contar com estrutura adequada que lhe forneça qualidade de vida e autonomia para realizar atividades no cotidiano. Estes dados revelam também a importância de combater essa incidência com ações de prevenção, para que sejam inseridas nas políticas públicas.

De acordo com a Cartilha do censo PcDs (2012), em que foram inseridos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística–IBGE, 45.606.048 brasileiros compondo 23,9% da população têm algum tipo de deficiência – visual, auditiva, motora, mental ou intelectual, são mulheres 25.800.681 (26,5%) e 19.805.367 (21,2%) são homens, dessas 38.473.702 pessoas vivem em áreas urbanas e 7.132.347 em áreas rurais.

Em nível nacional, a deficiência visual apresentou a maior ocorrência, afetando 18,6% da população brasileira. Em segundo lugar está a deficiência motora ocorrendo em 7% da população, seguida da deficiência auditiva em 5,10%, e da deficiência mental ou intelectual em 1,40% (CARTILHA DO CENSO PCDS, 2012, p.6).

Nas regiões do Brasil temos a maior incidência de PcDs no Nordeste com 26,63%, e posteriormente nas regiões Norte 23,40%, Sudeste

23,03%, Centro-Oeste 22,51%, e Sul 22,50%. Entre os estados do Nordeste, o Rio Grande do Norte e a Paraíba lideram com taxas de 27,76% e 27,58%, respectivamente. Abaixo vemos a incidência das PcDs na lista dos estados brasileiros.

**Figura 02 – PcDs nos estados brasileiros**

**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS ESTADOS BRASILEIROS  
COM PELO MENOS UMA DAS DEFICIÊNCIAS INVESTIGADAS –  
CENSO 2010 – POPULAÇÃO RESIDENTE E PROPORÇÃO**

Brasil	45 623 910	23,92%
Rondônia	345 411	22,11%
Acre	165 823	22,61%
Amazonas	791 162	22,71%
Roraima	95 774	21,26%
Pará	1 791 299	23,63%
Amapá	158 749	23,71%
Tocantins	307 350	22,22%
Maranhão	1 641 404	24,97%
Piauí	860 430	27,59%
Ceará	2 340 150	27,69%
<b>Rio Grande do Norte</b>	<b>882 681</b>	<b>27,86%</b>
<b>Paraíba</b>	<b>1 045 631</b>	<b>27,76%</b>
Pernambuco	2 426 106	27,58%
Alagoas	859 515	27,54%
Sergipe	518 901	25,09%
Bahia	3 558 895	25,39%
Minas Gerais	4 432 456	22,62%
Espírito Santo	824 095	23,45%
Rio de Janeiro	3 900 870	24,40%
São Paulo	9 349 553	22,66%
Paraná	2 283 022	21,86%
Santa Catarina	1 331 445	21,31%
Rio Grande do Sul	2 549 691	23,84%
Mato Grosso do Sul	526 672	21,51%
Mato Grosso	669 010	22,04%
Goiás	1 393 540	23,21%
Distrito Federal	574 275	22,34%

Fonte: Cartilha do censo PcDs (2012)

Visto os expressivos números de PcDs no Brasil, destacamos a importância das leis de inclusão, sobretudo por ser uma questão de interesse público, corroborando com Viera, Pinto (2012):

Afirmamos, pois, que o Estado tem o papel social de representar os interesses dos cidadãos, promovendo o bem-estar comum, preocupando-se com tudo que se relacione à melhoria da qualidade de vida da população, não prescindindo do trabalho de base em áreas prioritárias para o crescimento nacional, tais como saúde, educação, ciência e cultura, entre outras. (VIEIRA; PINTO, 2012, p. 41).

Portanto, faz-se necessário discutir sobre a inserção de recursos de acessibilidade, que são imprescindíveis para o exercício da plena cidadania, em diversas áreas.

## **Os conceitos de acessibilidade**

O conceito de acessibilidade remete a várias questões que permeiam a vida das PcDs, se desdobrando em seis conceitos que explicam as possibilidades de adaptação dos ambientes para facilitar a comunicação, locomoção e participação dessas pessoas nas atividades do cotidiano.

Sintetizamos esses conceitos, de acordo com VEET (2003): a acessibilidade arquitetônica refere-se à ação de diminuir as barreiras ambientais físicas nas residências, edifícios, espaços e equipamentos urbanos, nos meios de transporte individual ou coletivo; a acessibilidade atitudinal menciona o combate as atitudes de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações às PcDs; a acessibilidade comunicacional

atribui as barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital); a acessibilidade instrumental busca melhorar as condições nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva, etc.); a acessibilidade programática refere-se as ações imperceptíveis inseridas em políticas públicas, normas e regulamentos (institucionais, empresariais, etc).

Romeu Kazumi Sasaki chama a atenção para o fato de que a denominada acessibilidade tecnológica não constitui um outro tipo de acessibilidade, pois o aspecto tecnológico deve permear todos aqueles descritos acima, com exceção da atitudinal. Uma escola ou empresa é chamada de inclusiva quando consegue implementar medidas efetivas de acessibilidade nesses seis contextos, demonstrando que há preocupação em acolher toda a pluralidade de modos de ser e de existir presentes na espécie humana. (VEET, 2003, p. 25).

Além desses princípios, há o conceito de desenho universal que se refere à criação de produtos acessíveis a todas as pessoas.

Em 1987, o americano Ron Mace, arquiteto que usava cadeira de rodas e um respirador artificial, criou a terminologia Universal Design (tradução para Desenho Universal, grifo nosso). Mace acreditava que esse era o surgimento não de uma nova ciência ou estilo, mas a percepção da necessidade de aproximarmos as coisas que projetamos e produzimos, tornando as utilizáveis por todas as pessoas. Na década de 90, o próprio Ron criou um grupo com arquitetos e defensores destes ideais para estabelecer os sete princípios do desenho universal. (CARLETTI; CAMBIAGHI, 2008, p.12)

Os sete conceitos que integram o desenho universal são: igualitário (uso equiparável), adaptável (uso flexível), óbvio (uso simples e intuitivo), conhecido (informação de fácil percepção), seguro (tolerante ao erro), sem esforço (com baixo esforço físico), abrangente (dimensão e espaço para aproximação e uso).

Ao inserir esses princípios de acessibilidade como norteadores para as ações de planejamento e execução de leis, decretos, normas técnicas, nas políticas públicas e também nos produtos e serviços destinadas às PcDs, conseqüentemente, promove-se a participação na vida social e cultural.

### **A acessibilidade no Brasil**

Em 1981 foi denominado o ano internacional das PcDs pelas Nações Unidas, com o objetivo de sensibilizar as organizações públicas, privadas e a sociedade ao reconhecer as barreiras, dificuldades e limitações das PcDs. Foram realizados planos de ação para promover a participação e a igualdade de direitos e no exercício da cidadania plena.

Como resultado, foi criado o Programa Mundial de Ação para PcDs, formulado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em dezembro de 1982 em que os países se comprometeram a realizar as mudanças de adaptação e adequação de espaços, produtos e serviços. A partir do ano de 1982 foi considerada a década internacional das PcDs que ocorreu de 1983 a 1993, e em 1998 as Nações Unidas instituíram no dia 3 de dezembro o dia internacional das PcDs.



As políticas de acessibilidade cultural para as PcDs no Brasil se efetivaram através do protocolo facultativo realizado na Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência<sup>3</sup>, aprovada por unanimidade pela ONU em 2007 e ratificada pelo Brasil no decreto nº 6.949 (BRASIL, 2009), com base o artigo 30, que reconhece o direito das PcDs a participar da vida cultural e em recreação, lazer e esporte, com igualdade as demais pessoas.

A partir das deliberações desta convenção o poder público deverá tomar medidas para que as PcDs usufruam do acesso aos materiais, atividades e serviços culturais.

Os Estados partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência de participar na vida cultural, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e tomarão todas as medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência possam: a) Ter acesso a bens culturais em formatos acessíveis; b) Ter acesso a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais, em formatos acessíveis; e c) Ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, tanto quanto possível, ter acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional.(BRASIL, 2009).

A fundação da Associação *Very Special Arts* Brasil em 1990 foi uma iniciativa importante ao inserir as PcDs nas ações culturais e artísticas no país. Fundada por Albertina Brasil, a associação realizou o Programa Artes Sem Barreiras em parceria com a Fundação Nacional das

---

<sup>3</sup>Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Decreto no 6.949, de 25 de agosto de 2009. Disponível em: < <http://bit.ly/V6DKG3> > Acesso em: 12 dez. 2017

Artes do estado do Rio de Janeiro–FUNARTE-RJ, até então, Albertina Brasil era funcionária da FUNART-RJ<sup>4</sup>.

O Programa Artes Sem Barreiras tinha o intuito de formar uma rede nacional de artistas com e sem deficiência e de instituições que atuam no campo das linguagens estéticas e artísticas. Com o apoio do MEC (Ministério da Educação, grifo nosso) e de outras instituições públicas e privadas iniciaram-se pelo país vários encontros e festivais do Artes Sem Barreiras, possibilitando a visibilidade da produção estética e artística, as trocas de experiências e o fortalecimento do campo político da cidadania cultural das pessoas com deficiência. (DORNELES, s.n.t).

Nos anos 2000, há uma separação entre Associação *Very Special Arts* Brasil e a FUNARTE-RJ devido à morte de Albertina Brasil. Assim, a FUNARTE-RJ inicia o Programa “Além dos Limites” realizando mostras, editais e premiações de bolsas para artistas que possuem deficiências, financiada pela Caixa Econômica Federal, atuando no fomento dessas ações.

A FUNARTE-RJ compreendendo a dinâmica da produção cultural para a acessibilidade das PcDs devido às suas experiências positivas, em 2007 fundou a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural – SID, que atua na política cultural para as PcDs. Em agosto de 2008, a SID organizou a Oficina Nacional de Políticas Públicas para as PcDs chamada “Nada sobre nós sem nós”, que é o lema de luta do movimento. (DORNELES, s.n.t).

---

<sup>4</sup>A FUNARTE é o órgão responsável, no âmbito do Governo Federal, pelo desenvolvimento de políticas públicas de fomento às artes visuais, à música, ao teatro, à dança e ao circo. Os principais objetivos da instituição, vinculada ao Ministério da Cultura, são o incentivo à produção e à capacitação de artistas, o desenvolvimento da pesquisa, a preservação da memória e a formação de público para as artes no Brasil (FUNARTE, s.n.t.). Disponível em: < <http://bit.ly/2dLahQS> > Acesso em: 18 dez 2017.

Os espaços de formação são importantes para capacitar os diversos setores da sociedade que se relacionam com a temática da acessibilidade, bem como, as PcDs para que possam participar da produção artística e cultural. Esta oficina trouxe resultados positivos e importantes para o prosseguimento das políticas públicas na acessibilidade cultural.

O Ministério da Cultura do Brasil – MINC, iniciou suas ações voltadas à acessibilidade no ano de 2008, dentre elas destacou-se a Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas para a Inclusão de PcDs, e em 2011 realizou o primeiro edital voltado para a produção cultural para PcDs, o Prêmio Arte e Cultura Inclusiva 2011 – Edição Albertina Brasil – Nada sobre nós sem nós, contemplou 30 iniciativas já realizadas nas áreas de expressão artística e de acessibilidade. (ESPÍNDOLA, s.n.t)

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional– IPHAN também aderiu a padrões de acessibilidade inserindo em 2003 a Instrução Normativa N° 01 que estabelece diretrizes, critérios e recomendações na promoção das condições de acessibilidade aos bens culturais, a fim de buscar equiparação aos bens tombados com a participação das PcDs ou com mobilidade reduzida (IPHAN, 2003).

Em 2010, o IPHAN cria a Portaria N° 420, no qual o Artigo 8 contempla a acessibilidade universal para os projetos de bens que terão destinação pública ou coletiva, classificadas em reforma, construção nova ou restauração (IPHAN,2010). O projeto deverá conter critérios para a acessibilidade universal obedecendo a Instrução Normativa N° 01/2003 do IPHAN.

No âmbito da legislação federal, as leis: n° 10.048 (BRASIL, 2000), que dá prioridades de atendimento às PcDs, idosos e gestantes, a

lei 10.098 (BRASIL, 2000) que dispõe de normas gerais sobre a proteção e a integração das PcDs, e o decreto nº 5.296 (BRASIL, 2004) que regulamenta essas leis estabelecendo critérios para a acessibilidade, foram grandes passos na conquista de direitos para as PcDs no Brasil.

Essas leis e decreto que através da normatização elaborada e atualizada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas–ABNT, servem de guia para o cumprimento da meta de número 29 do Plano Nacional de Cultura-PNC criado no ano de 2010, que diz respeito ao alcance de 100% de acessibilidade em espaços e equipamentos culturais até o ano de 2020. Segundo a meta de número 29 do PNC, 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atenderão aos requisitos legais de acessibilidade desenvolvendo ações para as PcDs (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2011).

A criação da Norma Brasileira–NBR 9050 pela ABNT em 2004 tem como objetivo equiparar os aspectos físicos para as PcDs, promovendo a autonomia cidadã por meio da adaptação e adequação de espaços físicos (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2015).

A Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT dão (da, grifo nosso) forma e conteúdo para o que está previsto em lei, indicando um glossário comum para gestores, engenheiros e arquitetos, bem como diretrizes antropométricas para o desenho universal de espaços, edifícios e mobiliários. A definição de adaptável, adaptado e adequado abre a possibilidade de utilização dessa norma para o atendimento das necessidades de circulação das pessoas com deficiência, idosos, entre outros. As normas podem ser lidas, ainda, como um verdadeiro manual de cidadania, dando a ver e a entender um espectro amplo de condições efetivas de inserção de um dado indivíduo no espaço público. (GRAEFF; FERNANDES; CLOSS, 2013, p. 130).

Além da NBR 9050, que promove a acessibilidade, foram criadas outras normas a partir das necessidades específicas das PcDs em relação ao acesso a informações, a comunicação, e ao atendimento especializado. Em 2005, foi criada a NBR 15.290 que diz respeito à acessibilidade na comunicação em programas de televisão, adotando a audiodescrição que atende aos cegos, o *closed caption* e a janela com interpretação em Libras para os surdos (CREA, 2005).

A formulação da NBR 15.599, em 2008 foi gerada para promover a melhoria nas comunicações para a prestação de serviços, visto que, sem uma comunicação adequada não há como garantir a eficácia no atendimento (SNPD, 2008). Por fim, a NBR 15.610, criada em 2012 que apresenta o protocolo de transmissão de conteúdos acessíveis para a TV digital, sob o título geral “Televisão Digital Terrestre-Acessibilidade”, o escopo desta norma é dividido em três partes: ferramenta de texto, Libras e funcionalidades sonoras, que facilita a transmissão de mensagens para surdos e cegos através desses recursos no uso da TV digital (SBTVD, 2011).

Em relação à acessibilidade nas comunicações por radiodifusão e imagens e de retransmissão de televisão, o Ministério das Comunicações se posicionou criando a Portaria nº 310 em 27 de junho de 2006, e aprovou a Norma Complementar nº 01/2006 (BRASIL, 2006), garantindo os recursos de acessibilidade para as PcDs na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, após uma consulta pública realizada em 1º de novembro de 2005.

A Lei Brasileira de Inclusão-LBI, ou também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi uma das principais leis para a implantação de políticas públicas de acessibilidade em todos os âmbitos: na educação, saúde, assistência, esportes, cultura e lazer.

Sancionada pela presidente Dilma Rousseff no ano de 2015, entrou em vigor no início de 2016, sendo relatada pela deputada Mara Gabrieli do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB-SP. A proposta, que era conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, começou a ser discutida na câmara dos deputados em 2000, com a apresentação do Projeto de Lei 3638/00, do deputado Paulo Paim. No entanto, esse projeto não chegou a ser aprovado em comissão especial, uma vez que foi adicionada outra proposta pelo Projeto de Lei 7699/06, do Senado. (MARINHO, 2016).<sup>5</sup>

Na atualização da lei 13.146 (BRASIL, 2015) foram realizadas algumas inovações, destacamos aqui especificamente as melhorias para a comunicação, cultura e lazer.

1. Garantia de acessibilidade nos serviços de telefonia;
2. Pessoas com deficiência poderão escolher os locais acessíveis em casas de shows e espetáculos, que devem acomodar também os grupos comunitários e familiares dessas pessoas;
3. Salas de cinema terão de exibir semanalmente sessões acessíveis com Libras, legenda *closed caption*<sup>6</sup>e audiodescrição<sup>7</sup><sup>10</sup>;

---

<sup>5</sup>Entra em vigor a Lei Brasileira de Inclusão. Fonte Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://bit.ly/1S7atV0>>

<sup>6</sup>A legenda oculta permite o acesso por escrito a informação veiculada oralmente na televisão. Para isso, o telespectador deve possuir a teca Closed caption ou CC. A legenda oculta descreve, além das falas dos atores ou personagens, qualquer outro som presente na cena, como palmas, passos, trovões, música, risos, etc. (PEREIRA, CHOI, VIEIRA, GASPARG, NAKASATO, 2011, p. 54)

4. Hotéis deverão oferecer no mínimo 10% de dormitórios acessíveis;
5. Pronunciamentos oficiais, propaganda eleitoral obrigatória e debates transmitidos pelas emissoras de televisão devem ser acessíveis;
6. Telecentros públicos deverão oferecer no mínimo 10% de recursos acessíveis para pessoas com deficiência visual;
7. Nos lançamentos de livros, deverão ser disponibilizadas as versões acessíveis dos títulos;
8. As editoras não poderão usar nenhum argumento para negar a oferta de livro acessível. (MARINHO, 2016)

Dentre estes, dois novos aspectos na LBI nos chamam atenção, no artigo 44 inciso 6 diz respeito que as salas de cinema devem oferecer em todas as seções, recursos de acessibilidade para as PcDs. Além disso, os preços de ingressos para espetáculos, apresentações e cinemas, segundo o inciso 7 desse mesmo artigo, informa que não devem ser cobrados em maior valor devido ao serviço de acessibilidade, visto que, é um direito garantido por lei.

A LBI também garante, em seu artigo 69 inciso 2, tanto no poder público quanto nos canais de comercialização, que o material de divulgação deve ser acessível às PcDs, disponibilizando informações corretas e claras sobre os diferentes produtos e serviços ofertados, por quaisquer meios de comunicação empregados, inclusive em ambiente virtual, contendo a especificação correta, características, composição e preço, bem como, sobre os eventuais riscos à saúde e à segurança do consumidor.

---

<sup>7</sup> Audiodescrição é um recurso narrativo utilizado em meios de comunicação visual como cinema, televisão, ópera, dança e nas artes visuais, para cegos e deficientes visuais. O intuito da audiodescrição é facilitar o acesso a informações por meio da descrição de cenários, objetos, gestos e expressões que compõe um determinado ambiente.

## **A responsabilidade social para as atividades culturais e turísticas**

As organizações públicas, privadas ou não governamentais, cumprem papéis importantes na sociedade, por isso, sua existência está pautada em alguma demanda social ou econômica, idealizando o interesse público como principal objetivo para que possa atender às necessidades.

Embora pensar sobre o que é de interesse público remeta diretamente às organizações de caráter público como prestadoras de serviços à sociedade, os outros setores também são responsáveis. No setor privado as pessoas possuem uma relação de consumo constante, sendo responsabilidade das empresas fornecerem os produtos e serviços adequados, com preços justos e segurança.

De acordo com os princípios da Constituição Federal de 1988, o Estado, portanto, tem como dever principal atender ao interesse público seja nas áreas de educação, saúde, mobilidade, cultura, lazer, dentre outros essenciais para a vida das pessoas, servindo de exemplo para os demais setores (BRASIL, 1988).

O papel da comunicação é compreendido por Vieira; Pinto (2012) como um mecanismo exclusivo para promover o entendimento entre as organizações e seus públicos, interferindo suas ações diretamente na opinião pública, não no sentido de buscar apenas a boa imagem, mas de cumprir suas funções.

No contexto atual, as organizações precisam ser cada vez mais sistemas abertos, que dialogam com os aspectos externos à sua gestão, considerando as questões sociais, ecológicas, tecnológicas, econômicas e culturais como fatores que influenciarão em suas ações.



No Brasil temos uma vasta quantidade de leis de inclusão que buscam contemplar o pleno acesso as PcDs para consumir produtos e serviços sejam culturais ou turísticos. O campo da cultura também atende a uma demanda turística, pois, é possível conhecer os hábitos, as tradições e cultura de um povo através deste tipo de consumo, bem como a estrutura de locais de visitação reconhecidos como patrimônios históricos que atraem a atenção do turista ao visitar um local.

A atividade turística envolve a interdisciplinaridade de diversos campos do conhecimento como comunicação (interpessoal, marketing, publicidade) direito (no âmbito da legislação), arquitetura e urbanismo (na preservação, conservação e adaptações físicas), hotelaria (nos dormitórios, restaurantes) e administração (na gestão) que precisam estar alinhados estrategicamente para receber este público adequadamente.

Para promover a efetiva inclusão destas atividades é necessária a participação de diversos setores da sociedade como órgãos governamentais da esfera nacional, estadual e municipal, as organizações privadas e a sociedade civil, pois, a adaptação de serviços e produtos as PcDs é uma questão de conscientização, do respeito a diversidade e de responsabilidade social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As PcDs muitas vezes são negligenciadas por serem grupos minoritários, porém, expressivos. Devido as mudanças mercadológicas na sociedade o consumidor mudou, ao possuir mais informações com o advento da internet e o uso das redes sociais digitais estão aumentando o

seu poder de escolha, de cobrar sobre as irregularidades, influenciar outras pessoas ao expor sua opinião e o seu julgamento sobre as vantagens e desvantagens do consumo.

Esses aspectos fazem parte de uma postura mais ativa e de uma perspectiva cidadã, portanto, as organizações precisam dar a devida atenção a estes públicos promovendo a acessibilidade, visto que é obrigatória por lei e uma questão de interesse público.

Concluimos que a interdisciplinaridade dos campos do conhecimento para estabelecer uma atividade cultural e turística é possível, articulando em um planejamento estratégico e envolvendo os diversos setores que atingem direta ou indiretamente estas atividades.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa Do Brasil. 5 de outubro de 1988. **Dos direitos sociais**, Artigo 6º, Capítulo II. Brasília, DF, out 1988. Disponível em: < <http://bit.ly/1bIJ9XW> >

BRASIL. Congresso Nacional. Diário Oficial da União. 08 de Novembro de 2000. **Lei nº 10.048**. Brasília, DF, nov 2000. Disponível em: < <http://bit.ly/1FILPJ9> >. Acesso em: 18 Dez. 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. Diário Oficial da União. 19 de Dezembro de 2000. **Lei nº 10.098**. Brasília, DF, dez 2000. Disponível em: <<http://bit.ly/1eaSigz>>. Acesso em: 18 Dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Diário Oficial da União. 02 de Dezembro de 2004. **Decreto nº 5.296**. Brasília, DF, dez 2004. Disponível em: <<http://bit.ly/1rGG00G>>. Acesso em: 18 Dez. 2017

BRASIL. Congresso Nacional. Diário Oficial da União. 25 de Agosto de 2009. **Decreto nº 6.949**. Brasília, DF, ago 2009. Disponível em: <<http://bit.ly/V6DKG3>>. Acesso em: 18 Dez. 2017.

BRASIL. Ministério das Comunicações. Diário Oficial da União, 27 de Junho de 2006. **Norma complementar nº 01**, jun 2006. Disponível em: <<http://bit.ly/2BQA9D8>> Acesso em: 18 Dez. 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. Diário Oficial da União. 06 de Julho de 2015. **Lei nº 13.146**. Brasília, DF, jul 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2numMRn>>. Acesso em: 18 Dez. 2017.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA - CREA. **Norma Brasileira NBR 15.290**. Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT, 2005. Disponível em: <<http://bit.ly/2BOWO2J>>. Acesso em: 18 Dez. 2017.

DUARTE, D. C.; LEMOS, G. S. **Turismo acessível**: estudo da legislação brasileira e internacional sobre os direitos das pessoas com deficiências. Inclusão social. Brasília. 03. 12, 2017. 13 p. Disponível em: <<http://bit.ly/2BGI7yy>>. Acesso em: 18 Dez. 2017.

DORNELES, P. **Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural, Ministério da Cultura, s.n.t. p.3. Disponível em: <<http://bit.ly/2qVeNkK>>

ESPÍNDOLA, H. **I Encontro Nacional de Acessibilidade**. Ministério da Cultura, s.n.t. Disponível em: <<http://bit.ly/2aS3Ep2>>. Acesso em: 18 Dez. 2017.

FÓRUM DO SISTEMA BRASILEIRO DE TV DIGITAL TERRESTRE-SBTVD. **Normas Brasileiras de TV Digital**. Disponível em: <<http://bit.ly/2zh6Q9X>>. Acesso em: 18 Dez. 2017

\_\_\_\_\_. **Norma Brasileira-NBR 15610 Parte 1-Ferramentas de texto**. Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT, 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/2kGnJGK>>. Acesso em: 18 Dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Norma Brasileira-NBR 15610 Parte 2-Funcionalidades sonoras**. Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT, 2011. Disponível em: < <http://bit.ly/2BjP8V9>> Acesso em: 18 Dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Norma Brasileira-NBR 15610 Parte 3-Língua de Sinais (LIBRAS)**. Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT, 2011. Disponível em: < <http://bit.ly/2BmWmHR> > Acesso em: 18 Dez. 2017

CARLETTO, A. C.; CAMBIAGHI, S. **Desenho universal: um conceito para todos**. Disponível em: <<http://bit.ly/2ksGMEq>>. Acesso em: 18 Dez. 2017.

GRAEFF, L. FERNANDES, R. M. C.; CLOSS, A. C. **Acessibilidade em ambientes culturais: explorando o potencial cidadão do Plano Nacional de Cultura**. Ser social. Brasília, v. 15. 24 p. Disponível em: <<http://bit.ly/2CNSdgA>>. Acesso em: 18 Dez. 2017.

IPHAN-INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Instrução Normativa Nº 1**, de 25 de novembro de 2003. Disponível em: <<http://bit.ly/2CUTy5q>>. Acesso em: 18 Dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Portaria nº420, de 22 de dezembro de 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/2cqXLWd>>. Acesso em: 18 Dez. 2017.

MARINHO, B. **Entra em vigor a Lei Brasileira de Inclusão**. Agência Câmara Notícias, 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/1S7atV0> >. Acesso em: 18 Dez. 2017.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Metas do Plano Nacional de Cultura**, 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/2zf3B30>>. Acesso em: 18 Dez. 2017.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **Norma Brasileira 9050**. Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2BYT7Kp>>. Acesso em: 18 Dez. 2017.

PEREIRA, M. C. C. P.; CHOI, D.; VIEIRA, M. I.; GASPAR, P.; NAKASATO, R. **Libras conhecimentos além dos sinais**. 1.ed. – São Paulo: Person Prentice Hall, 2011.

SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA-SNPD. **Norma Brasileira NBR 15.599**. Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT, 2008. Disponível em: <<http://bit.ly/1WX05UC>>. Acesso em: 18 Dez. 2017.

SOUSA, A. A. **O consumo cultural para surdos no município de João Pessoa – PB**: Perspectivas das Relações Públicas na acessibilidade cultural. João Pessoa, 2017. Monografia (Relações públicas) - Universidade Federal da Paraíba, 2017 Disponível em: <<http://bit.ly/2CMC0YS>>. Acesso em: 18 Dez. 2017

VEET, V. **Coordenação. Mídia e deficiência**. Andi; Fundação Banco do Brasil. Brasília, 2003.

VIEIRA, R. F.; PINTO, A. J. F. **Organizações e o interesse público**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda, 2012.



# O VERÃO ACESSÍVEL COMO ATRATIVO TURÍSTICO PARA CADEIRANTES NA CIDADE DE JOÃO PESSOA

COUTINHO, DANILO HENRIQUE GONÇALVES  
VANZELLA, ELÍDIO  
BRAMBILLA, ADRIANA

## INTRODUÇÃO

Com o objetivo de chamar atenção dos governantes de todos os países e da sociedade de forma geral para a conscientização e para a necessidade da adoção de providências no intuito de garantir a acessibilidade, a igualdade de condições, a participação plena e a mudança de valores sociais, foi o ano de 1981 proclamado, pela Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), como Ano Internacional das Pessoas Deficientes.

Passados 36 anos, no ano de 2017, quais os avanços obtidos para a acessibilidade na sociedade brasileira? Nesse contexto, destaca-se que no Brasil, no ano de 2012, 23,9% da população total, tinha algum tipo de deficiência (IBGE, 2012), entre elas a deficiência motora que será o foco nesse trabalho em razão da necessária delimitação do tema a ser estudado.

Para tornar os lugares acessíveis aos deficientes a Câmara dos Deputados, no Congresso Federal, criou um programa de acessibilidade

que atua em seis áreas: acessibilidade física, acessibilidade de comunicação, sensibilização, capacitação, interação externa e inclusão social. Nesse sentido, o poder legislativo federal, pelo menos no campo das intenções, garante às pessoas com necessidades especiais que desejam viajar e explorar novos lugares em busca de experiências enriquecedoras e momentos de lazer e conhecimento cultural a possibilidade de uma estrutura que permite a realização desse desejo. Nesse argumento, ressalta-se a necessidade de uma boa infraestrutura para suprir as necessidades dos turistas e, como meio de contribuir com essa melhoria, os atrativos turísticos precisam de planejamento e desenvolvimento visando atender toda a população e, dentro dela, o público com deficiência motora. No entanto, devido ao custo financeiro, muitas empresas apenas adequam a estrutura de seus empreendimentos para receber este público e assim cumprir a legislação.

A mudança na estrutura física, nos atrativos turísticos, é importante, porém, isso não é o bastante, pois é também necessário fornecer treinamento aos responsáveis, para que estes acolham os turistas de maneira hospitaleira, por meio do “bem receber” e, ainda, o apoio às iniciativas que permitam o acesso pleno a todos. Nesse sentido, este estudo tem como objetivo investigar a iniciativa de acessibilidade em locais de turismo de praia, especificamente o projeto AC Social desenvolvido por Genilson Machado Lima na cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba.



## REFERENCIAL TEÓRICO

### Acessibilidade e inclusão no turismo

No campo da acessibilidade, nos últimos anos, algumas conquistas ocorreram, tendo em vista que antigamente as pessoas com necessidades especiais eram vistas como sub-humanas e, sendo, muitas vezes abandonadas ou até mesmo castigadas, conforme relata Pessotti (1984). Nos dias atuais, pode-se perceber uma nova forma de compreender o assunto, considerando, principalmente, os laços familiares e de amizade, passando-se a enxergar suas habilidades e diminuindo, por consequência, consideravelmente o preconceito. Essa visão condiz, em parte, com a compreensão de que a sociedade deve ser um local de convivência e de inclusão social, onde todos possam ter seus direitos assegurados (SASSAKI, 2003), ressaltando que ainda há muito a avançar nesse campo.

Os desafios são muitos, pois além dos obstáculos físicos, existe o preconceito, que as pessoas com deficiência sofrem, chegando, mesmo na atualidade, a serem vistas como pessoas incapazes. Foi nesse contexto que a Organização das Nações Unidas, na Assembleia Geral, de 09 de dezembro de 1975, homologou a primeira “Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes”, cujo artigo 1º expressa: Pessoas deficientes referem-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais (ONU, 1975). No entanto, observou-se que mesmo após a homologação dessa Declaração, os termos adotados para se referirem às pessoas com deficiência, continuavam sendo preconceitu-

sos, difundindo a ideia de que esses indivíduos não teriam capacidade de desempenhar seus papéis na sociedade de forma satisfatória (FIGUEIRA, 1995).

De acordo com Werneck (1997), a deficiência pode ser um processo transitório ou permanente, que pode abranger uma pessoa que precisa usar óculos para melhorar a visão, alguém que tenha imobilizado um braço em virtude de uma queda, entre outras situações, que impeçam, mesmo que temporariamente, a realização de atividades de forma plena. No entanto, grande parte da população associa o termo “deficiente” apenas às pessoas com necessidades especiais. Neste contexto, a Declaração de Madri (2002, 1), ressalta que a deficiência é “uma questão de direitos humanos e que as pessoas com deficiência querem a igualdade de oportunidades e não a caridade”.

No Brasil, o artigo 5º da Constituição Federal, assegura a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, o que implica concluir que a acessibilidade é um direito de todos. Com o intuito de promover esse direito, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) lançou a norma NBR 9050/2004, atualizada em 2015, que estabeleceu critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade. Segundo a referida norma, a acessibilidade é definida como a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urba-

nos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (ABNT, 2015). Assim, a acessibilidade, segundo Araújo (2007), é fundamental para que todas as pessoas possam encontrar as condições necessárias para realizarem suas atividades e para efetivamente se sentirem incluídas na sociedade.

No caso do turismo, o Manual de Orientações voltado ao Turismo e à Acessibilidade, visa “servir de instrumento orientador sobre temas relativos à acessibilidade, apresentando critérios, parâmetros, recomendações e informações para o exercício da plena cidadania aos que desejem usufruir dos benefícios da atividade turística” (BRASIL, 2006). Sua abrangência norteia as edificações públicas, as vias, praças, parques, o transporte coletivo, incluindo os endereços eletrônicos que prestam serviços voltados ao turismo. Segundo o Manual, muitas ações podem ser simples, mas são fundamentais no tratamento às pessoas com deficiência, destacando-se o atendimento prioritário e adequado (BRASIL, 2006).

### **Acesso dos cadeirantes a destinos turísticos sol e mar**

Com base nos dados do Ministério do Meio Ambiente (2009) pode-se ressaltar que o Brasil possui em sua zona costeira cerca de 400 municípios que no verão recebem um grande contingente de turistas. Nesse contexto, o segmento do turismo de sol e mar, definido pelo Ministério do Turismo, como “as atividades turísticas relacionadas à recreação,

entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor” (BRASIL, 2010).

A NBR 9050 orienta que para permitir o acesso às praias, o desnível entre o passeio e a areia deve ser feito com rampas que devem estar vinculadas a um piso fixo ou removível que se prolongue em direção ao mar, com uma largura mínima de 0,90m, cujos acessos devem estar sinalizados pelo SIA (Símbolo Internacional de Acesso), com a recomendação de que haja um sanitário unissex acessível (ABNT, 2015).

Com o objetivo de melhor discutir o assunto, foram investigadas as vivências de participantes nos projetos desenvolvidos em algumas praias brasileiras e relatadas por pessoas como Vera Garcia no seu blog Deficiente Ciente, de Marcelo Raupp e de Beatriz de Luca no projeto Praia Acessível Santa Catarina, do projeto Praia para Todos do Instituto Novo Ser no Rio de Janeiro, de Genilson Machado Lima com o projeto AC Social desenvolvido por na cidade de João Pessoa entre outros bons projetos.

### **Rio de Janeiro- Copacabana**

Na praia de Copacabana, Rio de Janeiro, o Projeto Praia para Todos (Figura 1), oferece as atividades de banho de mar assistido, Stand Up Paddle, surf adaptado, handbike, frescobol, além de eventos como o "Luau Praia Para Todos" e o Desafio de Vôlei Sentado (INSTITUTO NOVO SER, 2009).

**Figura 1 - Praia para todos, Copacabana, Rio de Janeiro- Brasil.**



Fonte: Praia Para Todos, 2014.

## **Recife- Boa Viagem**

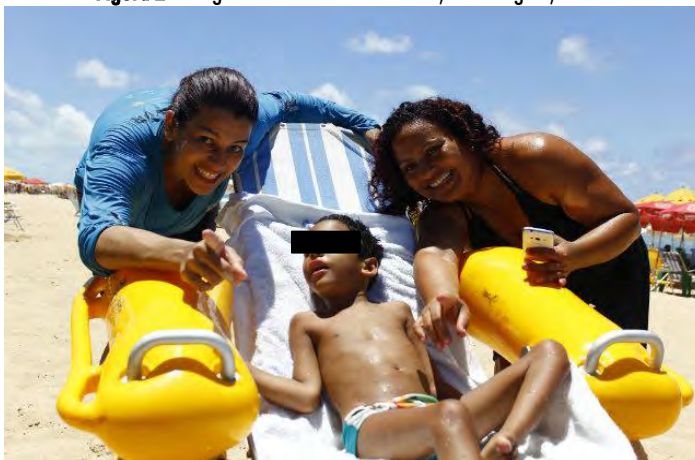
Em Recife, mais especificamente na praia de Boa Viagem, o projeto Praia Sem Barreiras (Figura 2), oferece esteira em direção ao mar, cadeiras anfíbias, piscinas para lazer de crianças, quadra para prática de vôlei sentado e conta com profissionais de fisioterapia e enfermagem (VALDEZ, 2017).

## **São Paulo- Litoral Paulista**

No litoral do Estado de São Paulo, funciona o Programa Praia Acessível, desde 2010, através da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em parceria com as prefeituras dos municípios. O projeto ocorre em 26 praias do litoral, oferecendo cadeiras anfíbias com pneus especiais permitindo superar a dificuldade da areia e também

não afundar dentro da água. Existe, ainda, a facilidade na transferência da cadeira de rodas para a cadeira anfíbia (Figura 3) porque os braços são removíveis, garantindo a quem tem deficiência o acesso ao banho de mar (PORTAL DO GOVERNO, 2017).

**Figura 2 - Programa Praia Sem Barreiras, Boa Viagem, Recife.**



Fonte: Diário de Pernambuco, 2017.

**Figura 3 - Programa Praia Acessível**



Fonte: Portal do Governo, 2017

## Santa Catarina- Balneário Rincão

O projeto Praia Acessível atua no Balneário Rincão possibilitando que cadeirantes tomem banho de mar, acompanhados por um grupo de bombeiros comunitários e com ajuda de cadeiras anfíbias especiais do projeto (Figura 4). O projeto tem como objetivo diminuir as barreiras de acesso existentes nas praias catarinenses, promovendo o surfe adaptado, entre outras atividades (PRAIA ACESSÍVEL, 2018).

**Figura 4 - Projeto Praia Acessível**



Fonte: Projeto Praia Acessível, 2017

## João Pessoa- Cabo Branco

Em dezembro de 2012, foi iniciado o projeto AC Social na cidade de João Pessoa. A abertura do projeto contou com a presença do

atleta paraibano e da seleção brasileira de futebol Givanildo Vieira de Sousa, mais conhecido como Hulk, e conhecido internacionalmente por sua contribuição ao esporte.

**Figura 5** - projeto AC Social, Cabo Branco, João Pessoa.



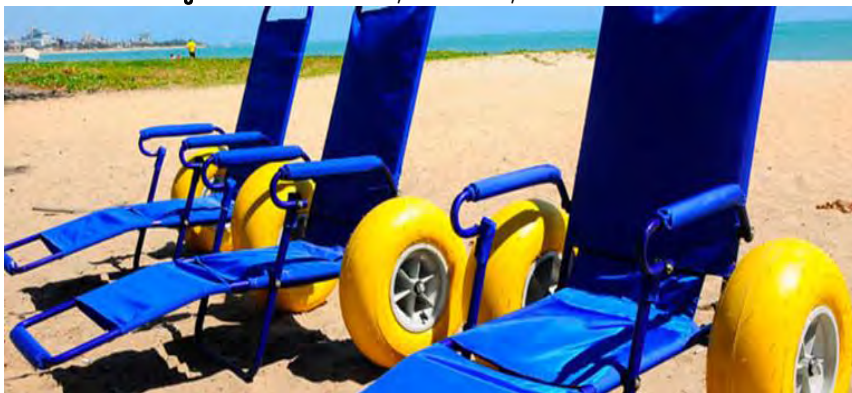
Fonte: AC Social, 2016.

O projeto AC Social, tem como objetivo oferecer lazer, cultura e arte para pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida e, é realizado todos os sábados na praia de Cabo Branco. Esse projeto é uma ação do projeto Acesso Cidadão com parceria entre a Prefeitura Municipal de João Pessoa e o movimento Nós Podemos Paraíba, da Fundação Solidariedade. O mesmo dispõe de cadeiras anfíbias (Figura 6), que facilitam a entrada dos cadeirantes ao mar, pranchas de *surf* adaptadas, *handbikes*, caiaque, *kits* de bocha, *kit* de vôlei sentado e uma esteira que leva os cadeirantes da calçada até o mar.

Todas as atividades são supervisionadas pelos voluntários que dão apoio aos visitantes. Os voluntários são divididos em áreas de acordo com sua aptidão e conhecimento, para que as mesmas sejam desenvolvidas com segurança.



**Figura 6 - Cadeiras anfíbias, Cabo Branco, João Pessoa.**



Fonte: AC Social, 2016.

De acordo com o site Parlamento PB (2012), vereadores da cidade de João Pessoa afirmam que o objetivo é que o posto localizado na praia se torne fixo para todo o ano e com um quiosque de apoio para guardar os equipamentos e, ainda segundo o site, existe a intenção de transformar a área em um centro de convivência para as pessoas com deficiência e para toda a população.

**Figura 7 – projeto AC Social, estrutura.**



Fonte: Pesquisa, 2016.

É possível observar, na figura 7, que a estrutura do projeto AC Social não é fixa. Composta de duas tendas, a estrutura é montada e desmontada todos os sábados por uma equipe de voluntários, sob a coordenação de Genilson Machado Lima. Assim, ao desmontar todo o equipamento do projeto, este é levado por um caminhão baú, cedido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa durante os dias do projeto, até o *contêiner* da ONG (Organização Não Governamental).

**Figura 8** – Projeto AC Social, esteira.



Fonte: Pesquisa, 2016.

O *deck* é dividido em blocos de madeira, que somado uns aos outros se torna uma plataforma de avanço em direção ao mar, conforme as figuras 8 e 9.

**Figura 9** – projeto AC Social, esteira 2.



Fonte: Pesquisa, 2016.

Além do banho assistido (Figura 10), a prática do vôlei sentado se destaca entre os visitantes do projeto (Figura 11), pois se trata de um esporte paraolímpico.

**Figura 10** – Banho assistido, projeto AC Social.



Fonte: AC. Social, 2014.

**Figura 11 - Vôlei sentado, projeto AC Social.**



Fonte: AC. Social, 2016.

A *handbike* é um tipo de bicicleta pedalada com as mãos com as mãos, em posição sentada. O modelo encontrado no projeto é mais adequado para passeios, conforme a imagem abaixo.

**Figura 12 – Handbike para passeio, projeto AC Social.**



Fonte: AC. Social, 2016.

**Figura 13** - Equipe AC Social com o coordenador do projeto



Fonte: AC. Social, 2016.

## **REFERENCIAL METODOLÓGICO**

O estudo, do tipo exploratório/descritivo, desenvolvido a partir de abordagem qualitativa foi realizado em localidades onde ocorrem atividades turísticas com atenção aos portadores de necessidades especiais, destacando-se que para o projeto AC Social, desenvolvido na cidade João Pessoa/PB, foi realizada uma pesquisa de campo e para as demais localidades, citadas no trabalho, a pesquisa foi concretizada por meio dos registros disponibilizados na internet.

De acordo com Gil (2002), as pesquisas exploratórias proporcionam maior familiaridade com o problema proposto para o estudo, pois envolve levantamento bibliográfico enredado com a realidade a ser inves-

tigada. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica subsidia o conhecimento sobre o que foi pesquisado e trabalhado, explicando como e sob que perspectiva o assunto é tratado na literatura científica. Nesse contexto a pesquisa descreveu o potencial turístico do projeto AC Social em relação a turistas cadeirantes e explorou com a coleta dados em uma área, cujo conhecimento acumulado é relativamente reduzido.

A pesquisa qualitativa, de acordo com Marconi e Lakatos (2006) preocupa-se em analisar e descrever a complexidade do comportamento humano fornecendo detalhes sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento. Nesse sentido, a pesquisa registrou as atividades dos participantes, dos organizadores e dos voluntários do projeto AC Social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O convívio, dos pesquisadores durante a pesquisa, com os participantes do projeto proporcionou um melhor entendimento sobre a questão da acessibilidade no turismo. Foi percebido que as adaptações para cadeirantes no projeto AC Social interferem de maneira positiva na experiência turística e, ainda, constatou-se o seu potencial turístico em relação a esse público. E, nesse sentido, é fundamental conhecer as necessidades, dificuldades e problemas que os cadeirantes enfrentam e que de alguma forma prejudicam a prática do turismo sol e mar, por parte deste grupo, para que a atividade turística aproveite o potencial econômico dessa população.

Considera-se que desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, até os dias atuais conquistadas, no campo da acessibilidade, já foram alcançadas. Atualmente existem vários destinos onde é possível a visitação pelo turista cadeirante. No entanto, é preciso que as empresas voltadas à atividade turística percebam que a adaptação dos ambientes às pessoas com necessidades especiais deve ser realizada por questões de mercado, dado o potencial que esta parcela da população representa. Nesse sentido, o cumprimento das exigências legais é automático e decorrente das ações para satisfazer as necessidades de um importante público consumidor.

O projeto AC Social proporciona a prática do lazer, tanto ao cadeirante da cidade como também ao turista cadeirante, pois o projeto movimenta todos os sábados, dezenas de pessoas com necessidades especiais possibilitando desde o banho de mar à prática de esportes.

Baseado nesse fluxo de pessoas percebeu-se que o projeto AC Social já é um atrativo, faltando apenas uma maior divulgação junto às empresas hoteleiras de João Pessoa para que, visando o crescimento do projeto, sua estrutura se torne fixa. Isso pode ser através de uma parceria público/privada.

A orla das principais praias urbanas da cidade de João Pessoa já apresenta uma relativa acessibilidade, dispondo de piso uniforme, vagas de estacionamento devidamente sinalizadas, rampas de acesso, banheiros acessíveis e, no caso da praia de Cabo Branco, o projeto AC Social que possibilita o lazer as pessoas com necessidades especiais. No entanto, ressalta-se que outras ações e melhorias precisam ser realizadas.

Deve-se levar em consideração que quando o turista cadeirante se desloca a algum destino turístico, geralmente vai acompanhado e esse fato possibilita mostrar que a prática do turismo por parte desse grupo é realmente lucrativa tanto para os meios de hospedagem quanto para a gastronomia e outros serviços afins. Logo é possível afirmar que tanto o setor público como o privado deve investir, na acessibilidade, visando atrair potenciais turistas cadeirantes para o destino João Pessoa.

## REFERÊNCIAS

ABNT. NBR 9050/2015. **Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamento Urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

AC SOCIAL. **Assessoria e Consultoria para Inclusão Social**. Disponível em < <http://www.acsocial.org.br>>. Acesso em 10 de jun. de 2016.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente; Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos; Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão/Secretaria do Patrimônio da União. **Projeto Orla**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma Viagem de inclusão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo e acessibilidade**: manual de orientações / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Coordenação - Geral de Segmentação. 2ª ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. 294 p. Disponível em



<<http://www.turismo.gov.br/regionalizacao/>>. Acesso em: 12 de out de 2016.

DECLARAÇÃO DE MADRI. **Convenções e Declarações da ONU sobre a pessoa com deficiência.** Disponível em <<http://www.ampid.org.br>> Acesso em 13 de jun de 2016.

FIGUEIRA, E. A Imagem do Portador de Deficiência Mental na Sociedade e nos Meios de Comunicação. In: **Integração**, ano 6, n°15, MEC, Brasília, 1995.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010: Resultados gerais da amostra.** Rio de Janeiro, 2012.

INSTITUTO NOVO SER. Praia para todos. **Eventos**, 2009. Disponível em: <<http://www.praiaparatodos.com.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia científica.** 4ªed revista e ampliada. São Paulo. Atlas, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Pessoas Deficientes.** Disponível em: <[www.senac.br/conheca/DClegislacao.pdf](http://www.senac.br/conheca/DClegislacao.pdf)>. Acessado em 10 de jun de 2016.

PARAÍBA SEM BARREIRAS. **Acesso aos quiosques da orla do Cabo Branco.** Disponível em <http://pbsembarreiras.com/2012/06/21/acesso-aos-quiocques-da-orla-do-cabo-branco/#comment-154>. Acesso em 31 de jun de 2016.

PARLAMENTOPB. **Praia Acessível em João Pessoa.** Disponível em <<http://www.parlamentopb.com.br/Noticias/?-vereador-fala-sobre-a->

praia-acessivel-aos-cadeiras-em-joao-pessoa-22.12.2012>. Acesso em 25 de jun de 2016.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

PORTAL DO GOVERNO. Programa Praia Acessível: verão para todos no Estado de São Paulo. **Governo de São Paulo**, 2017. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/praia-acessivel-2016-tem-inicio-em-santos/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

PRAIA ACESSÍVEL. Projeto Praia Acessível Santa Catarina. **Facebook**, 2018. Disponível em: <[https://www.facebook.com/pg/praiaacessivelsc/about/?ref=page\\_ternal](https://www.facebook.com/pg/praiaacessivelsc/about/?ref=page_internal)>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 3ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

VALDEZ, B. Projeto Praia sem Barreiras: inclusão e lazer ao longo de quatro anos. **Diário de Pernambuco**, 2017. Disponível em: <[http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2017/03/25/interna\\_vidaurbana,695870/projeto-praia-sem-barreiras-completa-quatro-anos-oferecendo-inclusao-e.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2017/03/25/interna_vidaurbana,695870/projeto-praia-sem-barreiras-completa-quatro-anos-oferecendo-inclusao-e.shtml)>. Acesso em: 15 jan. 2018.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

# **ESPAÇOS TURÍSTICOS ACESSÍVEIS E SEU POTENCIAL PARA O PÚBLICO IDOSO: UM OLHAR SOBRE A “BICA” EM JOÃO PESSOA/PB**

NOGUEIRA, DHYEGO DE LIMA  
ALMEIDA, EDUARDO AUGUSTO MONTEIRO DE  
SARMENTO, BRUNA RAMALHO  
COSTA, ANGELINA DIAS LEÃO

## **INTRODUÇÃO**

A existência de espaços destinados ao turismo e atividades de lazer no espaço urbano apresenta múltiplas possibilidades de configurações que vão desde centros culturais, casas de espetáculos ou shoppings, até ruas históricas e áreas praieiras. No entanto, é nos espaços públicos como parques e praças que tais características se evidenciam mais fortemente (LIBERALINO, 2011). A possibilidade de contato com a natureza, a partir de acesso gratuito (ou não), além da interação social, faz desses espaços lugares diferenciados na “Selva de Pedra” urbana.

Os espaços públicos como os parques e praças tendem a incrementar de modo positivo a qualidade da vida da população urbana, desde que estejam adequados aos aspectos fundamentais da vida contemporânea em seus mais diversos âmbitos (SANTINI, 1993, p.44). Nesse sentido, pensar que os ambientes destinados ao lazer e turismo necessitam

estar em evidência nos estudos referentes ao idoso reflete sua relevância não somente por representar uma importante mudança social, mas por caracterizar um forte fator de influência na possibilidade de inclusão e bem estar físico, psicoemocional e social dessa população (DIAS; SCHWARTZ, 2002).

Considerando-se que o envelhecimento populacional associado ao aumento da expectativa de vida refletiu na sociedade um novo modo de pensar ações e fatores relevantes para uma melhor qualidade de vida e bem estar da população; torna-se imprescindível caracterizar espaços públicos e sua utilização por pessoas idosas, identificando como esses espaços estão adequados (ou não) para atender uma diversidade de usuários.

Segundo Beltrão, Camarano e Kanso (2004) o contingente esperado de idosos para 2020 pode atingir a magnitude aproximada de 30,9 milhões de pessoas, vindo a constituir 14% da população brasileira. A previsão apresentada destaca uma necessidade imediata de se pensar na qualidade do envelhecimento e nas diversas formas para manter-se ativo, saudável e incluído. Cabendo também observar os espaços urbanos públicos como cerne para convivência e trocas sociais dessa população.

Observando o viés da acessibilidade, López (2002) afirma que uma pessoa com baixas habilidades em um ambiente de alta exigência tende a vivenciar uma situação de incapacidade. Convergindo com esse pensamento, Duarte e Cohen (2004) argumentam que ao serem impedidas de vivenciar o espaço construído, as limitações dos sujeitos ficam ainda mais evidentes, o que pode gerar um peso psicológico da realidade

de pertencimento a uma minoria e contribuir para o processo de segregação psicossocial e exclusão espacial.

É sabido também que grande parcela de idosos utiliza espaços públicos como praças e parques visando contato com a natureza, interação social e a melhoria da qualidade de vida, e nesse sentido é relevante que esses locais sejam fáceis de serem vivenciados e compreendidos, facilitando acesso, uso e deslocamento.

Para desenvolver o turismo de forma inclusiva para toda a comunidade e para o visitante, deve-se considerar o acesso seguro, independente e com autonomia. Deste modo, investigar a percepção do usuário quanto a problemáticas e soluções que possam minimizar as restrições e barreiras encontradas pode ser um ponto de partida para melhoria da acessibilidade espacial no que tange a categorias: uso, deslocamento, comunicação e orientação espacial, além da segurança e compreensão do ambiente visitado.

Diante disso, esse capítulo discute a relação dos parques urbanos como espaços potenciais para o público idoso a partir do viés do turismo e da acessibilidade, e traz dados coletados em uma pesquisa de mestrado recentemente defendida, Nogueira (2017).

## **UM OLHAR SOBRE OS PARQUES URBANOS E SUA RELAÇÃO COM O TURISMO PARA TERCEIRA IDADE**

Na visão de Lima *et al* (1994, p.548) parque urbano: “É uma área verde, com função ecológica, estética e de lazer, entretanto com uma extensão maior que as chamadas Praças e Jardins Públicos”.

De acordo com Ribeiro (1998) atualmente a função e o papel dos parques urbanos, diferente de algum tempo atrás onde eram considerados proeminentemente pela função do lazer, refletem não só o seu uso, mas também um papel importante nas necessidades sociais e ambientais dos seus usuários passando a contemplar espaços educativos, de práticas sociais e de ambientes mais saudáveis para os moradores das grandes cidades.

Santini (1993), Nucci (2001), Melazo e Colesanti (2003), Loboda e De Angelis (2005), Ferreira (2007), Araújo, Cândido e Leite (2009), Mayone (2009), dentre outros, demonstram em seus estudos os inúmeros benefícios que as áreas verdes e os parques públicos urbanos constituem no contexto das grandes cidades, tendo em vista que a qualidade da vida urbana está intimamente relacionada à questão ambiental.

Os chamados “pulmões das cidades”, grandes áreas verdes concentradas em áreas adensadas, representam, um aspecto positivo de qualidade de vida urbana, possibilitando ainda uma espécie de refúgio para a população que busca nesses espaços o lazer e práticas sociais, além de manifestações da vida urbana e comunitária em compatibilização com os aspectos cruciais da vida contemporânea (SANTINI, 1993; FERREIRA, 2007; ARAÚJO; CÂNDIDO; LEITE, 2009; MAYONE, 2009).

Na terceira idade é comum que a relação do indivíduo idoso com o meio social seja transformada, podendo tornar-se mais reduzida, quer por escolha pessoal, quer por pressão da sociedade; ou ampliada com a aposentadoria, momento em que em muitos se aumenta a disponibilidade para aproveitar a vida (inclusive viajando), o que torna o público da

terceira idade um segmento da população com potencial e que deve demandar atenção especial do setor turístico.

De acordo com Rauchback (1990), enquanto alguns idosos fecham-se para o mundo à sua volta, ficando alheios às atividades que se desenvolvem ao seu redor, outros são mais ativos e vislumbram na convivência social uma forma de valorizar a vida, cooperando na sociedade e tendo mais independência no seu cotidiano.

É desta forma que os espaços públicos como parques e praças, perfazem depois das moradias e da comunidade, um dos lugares onde os idosos podem melhor desenvolver suas capacidades de comunicação e interação com outras pessoas. Santini (1993) afirma que o espaço de lazer desde que projetado adequadamente para a atividade a que se presta, é uma contribuição positiva dentro do cerne pessoa/lazer.

Tal como em diversos outros espaços da cidade, nos parques urbanos a materialização da percepção ambiental pode sofrer influências do público visitante e do contexto de uso do espaço. Costa (2014) aborda que a depender das influências que motivam o usuário ir ao local (viagem de turismo, férias, a trabalho, visitas frequentes, etc) ou dos contextos comerciais (shoppings, lojas, serviços diversos), a estrutura da informação e a configuração gráfica são essenciais para que se estabeleçam uma percepção ambiental favorável do local. Toda essa relação pode ser avaliada levando em consideração, dentre outros aspectos: o tipo de *layout*, os fluxos, a circulação, as características arquitetônicas e os indicadores de acessibilidade.

É nessa perspectiva que compreender a influência da acessibilidade na qualidade do espaço público urbano torna-se essencial para o entendimento das necessidades do público idoso na configuração desse tipo de ambiente.

## **ACESSIBILIDADE ESPACIAL COMO CONDICIONANTE PARA QUALIDADE DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO**

Um fator essencial para que o sujeito possa efetivamente perceber o espaço, é que o ambiente possua condições de alcance e autonomia de acesso e entendimento dos seus elementos constituintes, de modo seguro e de acordo com as condições e necessidades (específicas) de seus usuários. Este fator constitui o que podemos entender por acessibilidade ambiental. Para Dischinger (2004 apud PICCELLI, 2009), um espaço possui acessibilidade ambiental quando proporciona condições às pessoas de chegar e entrar, compreender a organização e as relações espaciais que este lugar estabelece, e participar das atividades que ali sucedem, usando os equipamentos disponíveis com conforto e independência.

A acessibilidade tem intrínseca em sua conformidade um aspecto resultante de conquistas sociais, constituindo-se em um direito universal que reforça o conceito de cidadania. Espaços urbanos ou arquitetônicos, quando acessíveis a todos, podem oferecer igualdade de oportunidades a seus usuários, contribuindo para a inclusão social e diminuindo estigmas excludentes.



Carlin e Bins Ely (2005) abordam a acessibilidade como a possibilidade de acesso e uso dos equipamentos de um devido lugar com independência. Cabe salientar que o termo “lugar” utilizado pelas autoras, refere-se a qualquer espaço ou ambientes onde atividades possam ocorrer; diferente do conceito de lugar atribuído anteriormente enquanto espaço de significados.

Em uma perspectiva da acessibilidade enquanto atributo do planejamento urbano e da lógica de organização do espaço intraurbano, a conotação atribuída está ligada à facilidade de se atingir os destinos desejados e a disponibilidade de espaços viários ou de sistemas adequados à circulação. Nessa perspectiva, a acessibilidade está diretamente ligada às formas de oportunidades que o sujeito tem de desfrutar e se deslocar no meio urbano (SILVEIRA; LAPA; RIBEIRO, 2007).

Considerando-se os aspectos legais e regulamentadores no Brasil, a acessibilidade é abordada de uma forma mais abrangente, no qual, tanto para a Norma Brasileira 9050/15 (ABNT, 2015) quanto para a Lei 13.146/15 ou Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência), em seu art. 3º, inciso I, conceituam a acessibilidade como:

Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT, 2015, p.02; BRASIL, 2015, art.3º- I).

O conceito de acessibilidade se torna mais claro a partir do momento que se compreende aquilo que o restringe. E é justamente quando um ambiente possui restrições ou fatores dificultadores para seu acesso, uso ou permanência que se têm as chamadas barreiras.

Bins Ely (2004) compreende que as barreiras, que muitas vezes são destacadas a partir de propriedades físicas ou que restrinja as capacidades físicas das pessoas, vão além do típico projeto que cria rampas para o cadeirante e propõe rampas para promoção da “acessibilidade”. Para a autora, certamente o planejamento de espaços acessíveis são muito mais que rampas, tal como, existem muitas outras barreiras físicas além da escada e de um piso desnivelado.

Ainda nesse contexto, se discutem barreiras em sua formas mais singulares: o bebedouro que é muito alto para criança, a maçaneta em formato de bola que é escorregadia e difícil de abrir, o piso com entrâncias e dificultam a mobilidade de mulheres de salto alto ou que utilizam carrinhos de bebês. Ou na instância deste estudo, o idoso que não utiliza certo mobiliário por não enxergar a letra em tamanho suficiente, ou se perde frequentemente em locais que não possuem orientação e sinalização visíveis ou compreensíveis. Esses exemplos denotam a incoerência que muitos planejadores e projetistas quando propõem ambientes “acessíveis” pensando unicamente em pessoas com algum tipo de deficiência (em geral física), ou ambientes que possuam “áreas acessíveis”, enquanto o restante do projeto oferece dificultadores de todas as naturezas.

A Classificação Internacional de Funcionalidade (OMS, 2002) entende que ambientes possuidores de barreiras podem restringir o desem-

penho do usuário, enquanto ambientes facilitadores podem melhorar esse desempenho.

Nesse sentido, Bins Ely (2004 apud BAPTISTA, 2011) afirma que para um ambiente ser acessível é preciso identificar elementos que impeçam a percepção, cognição, circulação ou apropriação dos espaços e atividades pelas pessoas, incluindo obstáculos de ordem social e psicológica que prejudiquem o uso efetivo.

Nessa perspectiva, Dischinger, Bins Ely e Piardi (2012) trazem o conceito de acessibilidade espacial, como um importante arcabouço para compreensão, função, organização e relações espaciais do ambiente, a fim de permitir uma participação segura, confortável e independente para o usuário nas atividades que ali ocorram.

Os principais componentes preconizados por este conceito são divididos em: Orientação espacial, Comunicação, Deslocamento e Uso. Estes componentes devem ser entendidos em sua totalidade e com interdependência entre si, sendo apresentados da seguinte forma:

- ❖ **Orientação espacial:** Esta condição é determinada pelas características ambientais que permitem aos indivíduos reconhecer a identidade e as funções dos espaços e definir estratégias para seu deslocamento e uso. Em outras palavras, é a capacidade de compreender o espaço a partir de sua configuração arquitetônica e funcional gerando possibilidades para saber onde se está, quais percursos tomar e aonde se quer chegar.

- ❖ **Comunicação:** As condições de comunicação em um ambiente dizem respeito às possibilidades de troca de informações interpessoais ou troca de informações pela utilização de equipamentos de tecnologia assistiva que permitam o acesso, a compreensão e participação nas atividades existentes nas edificações, equipamentos ou espaços livres.
  
- ❖ **Deslocamento:** Refere-se às possibilidades de movimento e deslocamento livre de obstáculos e interrupções que devem ser características das áreas de circulação para se atingir os ambientes ou rotas que deseja tanto no sentido vertical quanto horizontal, de forma independente, segura e confortável.
  
- ❖ **Uso:** é definido pela possibilidade de participação das pessoas nas diversas atividades desejadas e através da utilização dos equipamentos, mobiliários e objetos do ambiente. Este componente refere-se à possibilidade efetiva de participação e realização de atividades por todas as pessoas.

Além de conhecer potencialidades e fragilidades do ambiente, deve-se levar em consideração as necessidades inerentes ao processo de envelhecimento e que podem restringir ou dificultar a participação de idosos em locais pouco acessíveis ou que potencializem essas incapacidades. A seguir serão expostas algumas dessas necessidades e restrições.

## **NECESSIDADES E RESTRIÇÕES DO VISITANTE IDOSO**

A Organização Mundial de Saúde (OMS) entende que a revolução demográfica do envelhecimento populacional global levanta questões fundamentais para formuladores de políticas que implementem programas e ações de “envelhecimento ativo”, e que essas baseiem-se nos direitos, necessidades, preferências e habilidades do idoso.

Para que as ações voltadas ao público idoso sejam efetivamente alcançadas, deve-se pensar no idoso em sua pluralidade e a partir de características que observem não só as limitações ou necessidades, mas, sobretudo, as potencialidades e habilidades perante o ambiente, dentre os quais, o ambiente turístico.

De acordo com Dorneles (2006), cada indivíduo envelhece à sua maneira e sob vários aspectos. E para compreender a natureza das limitações do idoso no uso dos espaços faz-se necessário que se considere o envelhecimento como um processo dinâmico e progressivo que sofre influências intrínsecas e extrínsecas. A partir disto, as necessidades existentes devem ser observadas multi-dimensionalmente, levando-se em consideração aspectos socioeconômicos, psico-cognitivos e biológico-funcionais.

Desta forma é válido entender a velhice enquanto etapa vital na sua relação direta com a funcionalidade, pois se compreende que a natureza das necessidades e limitações dos idosos repercute de forma significativa, dentre outros fatores, na relação que este estabelece com o ambiente e no uso e percepção dos espaços. Esta discussão vai ao encontro do que Perracini (2013) diz:

Existem evidências de estreita relação entre ambiente e o comprometimento funcional em idosos. Tanto na área de pesquisa quanto na prática clínica reconhece-se hoje que o ambiente tem papel determinante na funcionalidade das pessoas idosas, especialmente aquelas que têm qualquer grau de limitação funcional seja de natureza física, sensorial ou cognitiva (PERRACINI, 2013, p.1311).

Apesar da possibilidade de autonomia e volição do idoso em frequentar ambientes extradomiciliares, o envelhecimento biológico, muitas vezes, traz uma série de alterações em diversos sistemas, as quais podem interferir na capacidade dos idosos em responder satisfatoriamente à interação com o ambiente, ocasionando necessidades específicas e consequências em relação ao ambiente.

Alterações diversas de origem físico-orgânicas, sistêmico-funcionais ou psico-cognitivas tem como consequências o surgimento de necessidades físico-espaciais que influenciam na interação do idoso com o ambiente e com outras pessoas, refletindo uma imagem restritiva e pouco acessível do ambiente. Para Dorneles (2006, p.34) essas necessidades “são aquelas que podem ser supridas a partir de ambientes adequados, que considere as limitações e as capacidades dos usuários”.

A fim de facilitar o reconhecimento dos diferentes tipos de restrições físico espaciais em uma relação mais próxima com as atividades desejadas pelo sujeito, Bins Ely, Dischinger e Piardi (2012) propõem uma classificação de restrições espaciais a partir da relação entre atributos do meio ambiente e condições dos indivíduos. Esta classificação distingue quatro categorias: Restrições espaciais para atividades físico-motoras; Restrições espaciais para percepção sensorial; Restrições espa-

ciais para atividades de comunicação; e Restrições espaciais para atividades cognitivas.

Essas restrições podem ser melhor observadas no quadro 01 a seguir:

**Quadro 01: Restrições espaciais e correlação com aspectos do envelhecimento.**

Restrições Espaciais		Correlação com aspectos do envelhecimento*
Restrições Espaciais para atividades Físico-motoras	“se referem ao impedimento ou as dificuldades para realização de atividades que dependam de força física, coordenação motora, precisão ou mobilidade” (BINS ELY; DISCHINGER, PIARDI, 2012, p.24).	Estas restrições costumam atingir principalmente os idosos ou pessoas com algum tipo de limitação físico-motora e podem gerar barreiras de ordem física na escolha de rotas ou delimitação dos caminhos.
Restrições Espaciais para percepção sensorial	“Referem-se às dificuldades para a percepção das informações do meio ambiente devido à presença de barreiras ou ausência de fontes informativas adequadas, as quais impedem ou dificultam a obtenção de estímulos por meio dos distintos sistemas sensoriais (visual, auditivo, paladar/olfato, háptico e orientação)” (BINS ELY; DISCHINGER, PIARDI, 2012, p.25).	Essas restrições costumam afetar de maneira mais profunda idosos com algum tipo de limitação sensorial fazendo com que a percepção e processamento das informações em relação ao ambiente sejam diminuídos.
Restrições Espaciais para as atividades de comunicação	“Referem-se às dificuldades para comunicar-se socialmente por meio da fala ou da utilização de códigos devido a características do meio ambiente ou ausência de equipamentos de tecnologia assistiva” (BINS ELY; DISCHINGER, PIARDI 2012, p.26).	Neste tipo de restrição, o idoso com algum tipo de limitação auditiva, visual ou na fala, seja de origem sensorial ou neurológica, pode ter a capacidade de comunicação, com o ambiente, diminuída, caso este ambiente não ofereça ou dificulte o uso de equipamentos ou códigos que facilitem o entendimento das informações.
Restrições Espaciais para atividades cognitivas	“Referem-se às dificuldades encontradas, no tratamento das informações existentes, no meio ambiente (cartazes, sinais, letreiros) ou no desenvolvimento de relações interpessoais para realização de atividades que requerem compreensão, aprendizado e tomada de decisão” (BINS ELY; DISCHINGER, PIARDI, 2012, p.27).	Limitações cognitivas advindas do processo de envelhecimento podem ser potencializadas em ambientes que forneçam excesso de informações ou que exijam certa complexidade no seu uso, compreensão, velocidade e/ou raciocínio.

Fonte: Adaptado de Bins Ely; Dischinger; Piardi (2012), com informações acrescidas por Nogueira (2017).

Desta forma acredita-se que o ser humano em seu processo de envelhecimento, tende a ter uma relação mais próxima com o ambiente

ao ponto que este passa a influenciar mais fortemente no seu quadro de funcionalidade diante do ambiente ou potencializa suas limitações no uso do espaço, tornando-o acessível ou restritivo. Essa relação entre acessibilidade e qualidade do espaço público poderá ser melhor descrita no tópico posterior, onde será apresentado o estudo de caso que direcionou as problemáticas e discussões deste estudo.

Também cabe salientar que o idoso pesquisado neste estudo segue o modelo do Estatuto do idoso (BRASIL, 2003) que define e configura essa população como sujeitos com 60 anos ou mais. Este parâmetro nacional foi adotado para garantir direitos básicos específicos a essa população, que comportam o acesso prioritário a serviços assistenciais, gratuidade ou com preço reduzido em espaços públicos e privados, direito a acessibilidade, entre outros aspectos dispostos no mesmo estatuto.

## **ESTUDO DE CASO – PERCEPÇÃO DO IDOSO NO PARQUE ZOOBOTÂNICO ARRUDA CÂMARA, A ‘BICA’ EM JOÃO PESSOA-PB.**

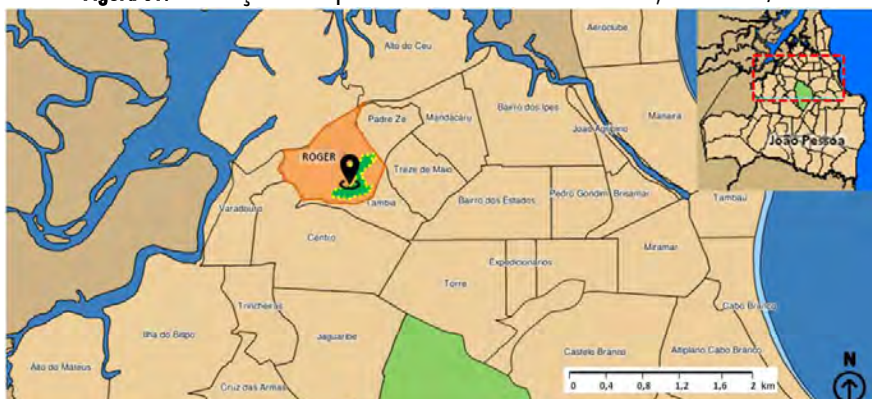
Escolhido como local de estudo de caso, o Parque Zoobotânico Arruda Câmara (popularmente conhecido como Bica), é considerado um dos símbolos mais emblemáticos da cidade de João Pessoa-PB e segundo SILVEIRA (2014), sua importância histórica como o parque urbano municipal mais antigo da cidade, fez com que se consolidasse como um espaço público integrante da paisagem urbana e do cotidiano da população pessoense, tornando-se um equipamento de referência da cidade. Com origem ligada à idealização de um sistema de abastecimento de água



potável para cidade, em 1782 iniciou a construção de uma fonte localizada no interior da mata densa do bairro do Róger, por onde fluía um córrego de água potável e límpida. Essa “Bica” justifica o nome popular do Parque e só em 1889 houve a construção da “Fonte do Tambiá” consolidando a importância do local para a cidade (SILVEIRA, 2014).

Atualmente constitui-se de uma área verde com 26,8 hectares no Roger, região proximal do centro comercial de João Pessoa, o que possibilita facilidade ao acesso aos demais bairros da região (Figura 01).

**Figura 01:** Localização do Parque Zoológico Arruda Câmara - BICA, João Pessoa/PB.



Fonte: Site SEPLAN-JP (<http://geo.joaopessoa.pb.gov.br/digeoc/htmls/>). Acesso em set. 2016.

A Secretária de Meio Ambiente do município de João Pessoa (SEMAM-JP) é o órgão responsável pelas ações referentes a BICA, mas que possui gerenciamento próprio de profissionais responsáveis pela administração, divisão de Zoológico, divisão de Botânica, Educação ambiental, manutenção e segurança do Parque (NOGUEIRA, 2017). Os parâmetros elencados para escolha da BICA foram basicamente: o fato de ser um parque urbano com resquícios de Mata Atlântica, de grande

valor histórico e cultural, e que está localizado na área central do município de João Pessoa-PB; sua localização também possibilita maior vínculo entre cidade e natureza, ressaltando a representatividade sócio-ecológica e ambiental para seus habitantes. Além destes, ressalta-se que o valor do custo de entrada é simbólico (R\$ 2,00), possibilitando amplo alcance de populações de diferentes condições econômicas, e o oferecimento de atividades e projetos pedagógicos de educação ambiental que incorporam usuários das mais diversas faixas etárias.

**Figura 02:** Mapa Esquemático apresentando visão geral do Parque Zoológico Arruda Câmara



Fonte: NOGUEIRA (2017).

O Parque é, um espaço de grande relevância para visitação pública e paisagística, aberto ao público de terça a domingo, das 8:00 h às 17:00 h, e que oferece atividades diversas de pesquisa, ensino, lazer e turismo na cidade. Dentre as atividades oferecidas encontram-se as de educação ambiental para jovens e adultos; trilhas; espaço para recreação de crianças (parquinho infantil); espaço para piquenique; visitas guiadas agendadas para grupos escolares, idosos ou outros grupos; transporte de trenzinho para o lago; passeio de pedalinho; além da visitação aos animais do Zoológico e dos espaços de contemplação da natureza (NOGUEIRA, 2017). O parque conta com edificações, recintos de animais, lagos e estacionamento (Figura 02)

## **PASSEIOS ACOMPANHADOS E ESTRATÉGIAS DE NAVEGAÇÃO ESPACIAL PARA VERIFICAÇÃO DA PERCEPÇÃO DO IDOSO VISITANTE**

A etapa que buscou identificar a percepção do idoso visitante constou de um procedimento metodológico elaborado a partir da união de dois tipos de abordagens: a de Passeio Acompanhado proposto por Dischinger (2000), que consiste em visitas de pessoas-chaves a lugares com roteiros pré-estabelecidos e que relatam ao pesquisador aspectos relevantes vivenciados durante o passeio; e de uma Estratégia de Navegação Espacial proposta por Grieve e Gnanasekaran (2010, p.114) para estimulação e exploração de habilidades espaciais.

O uso dessas abordagens em conjunto permitiu que se identificasse o comportamento e reações frente ao processo de decisão pelo usuário para o deslocamento em percursos pré-definidos pelo parque, denotando melhor visibilidade das facilidades e dificuldades identificadas durante o trajeto, além de permitir a compreensão de forma mais direta a relação do idoso com a BICA.

Participaram da atividade 03 pessoas idosas (Sujeito 01, Sujeito 02 e Sujeito 03 – com idades entre 66 e 70 anos, sendo dois do gênero masculino e uma do gênero feminino, com diferentes níveis de escolaridade; mas, todos sem restrições motoras ou cognitivas e moradores da cidade de João Pessoa-PB, com mais de 04 anos desde a última visita ao Parque) (Quadro 02), que percorreram, cada uma, 03 rotas pré-estabelecidas (A, B e C), utilizando diferentes estratégias de orientabilidade espacial (Quadro 03).

**Quadro 02: Perfil dos idosos participantes dos Passeios Acompanhados.**



	Gênero	Idade	Escolaridade	Condições funcionais	Bairro de procedência	Última visitação
Sujeito 01	M	66 anos	Não Escolarizado	Sem restrições motoras ou cognitivas	Cidade Verde – JP	+ 30 anos
Sujeito 02	M	70 anos	Ensino superior completo		Jaguaribe – JP	± 05 anos
Sujeito 03	F	70 anos	Ensino médio completo			± 04 anos

Fonte: Nogueira (2017).

As rotas foram previamente definidas com base nos trajetos mais realizados pelos idosos observados a partir da realização de Mapas Comportamentais centrados no indivíduo, etapa que antecedeu a realização dos passeios acompanhados na dissertação base deste estudo (NOGUEIRA, 2017). Para definição do ponto de partida e chegada optou-se

que as rotas obedecessem a uma ordem sequencial, onde o trecho final de uma pudesse dar continuidade ao percurso subsequente. Os idosos deveriam descrever da forma mais detalhada possível as situações vivenciadas durante os percursos, abordando pontos positivos e negativos que fossem relevantes ao seu deslocamento, orientação ou sensações vivenciadas. Possíveis situações que expusessem os idosos a riscos foram intermediadas e minimizadas pela equipe.

**Quadro 03: Descrição das Rotas utilizadas nos Passeios Acompanhados.**

ROTA	DESCRIÇÃO da estratégia de orientabilidade espacial	TRAJETO
<p><b>ROTA A:</b> Uso de mapa ilustrativo</p> <p>Distância: ± 200m</p>	<p>O mapa ilustrativo disponível pelo Parque foi dado ao idoso no ponto de partida. O pesquisador auxiliou o idoso no entendimento inicial do mapa. O idoso foi informado que não poderia pedir auxílio do pesquisador ou de outra pessoa durante o trajeto, mas que deveria ir comentando o que perceber do ambiente enquanto estiver caminhando, e também a não se preocupar com tempo de duração.</p>	<p>(A) Partida pelo estacionamento, (B) passagem pelo passeio dos quiosques de alimentação, (C) lateral do prédio da administração, (D) frente ao lago dos patos e marrecos, (E) frente à ilha dos macacos, (F) lateral ao recinto das aves, (G) em frente à casa dos répteis, (H) Chegada ao recinto dos grandes felinos (leão).</p> 
<p><b>ROTA B:</b> Uso de informações verbais</p> <p>Distância: ± 120m</p>	<p>O idoso recebeu informações verbais do pesquisador de como chegar ao segundo destino dando marcos de orientação. Durante o percurso o papel do pesquisador foi unicamente de acompanhante do idoso, enquanto o indagava sobre o percurso realizado.</p> <p>Informação verbal dada aos idosos: "Você deverá chegar ao prédio da administração onde tem banheiros e bebedouros. Pra chegar lá, você deverá seguir sempre em frente, passando pela gaiola das aves, depois passará em frente ao parquinho infantil, e por uma estrutura em forma de Oca. O prédio administrativo estará logo depois dele".</p>	<p>(A) Partida pelo Recinto dos Grandes Felinos (leões) (B) Passar entre o Recinto das Aves e o recinto dos jacarés e tartarugas (C) Em frente ao Parquinho infantil.....(D) Em frente à OCA (Espaço de Educação Ambiental) (E) Chegada ao Prédio administrativo</p> 

<p><b>ROTA C:</b> Ida acompanhada e retorno independente</p> <p>Distância: ± 215m</p>	<p>O pesquisador informou ao idoso que iriam realizar um trajeto até a área dos pequenos mamíferos (como raposa, macaco, jaguatirica, guaxinim). Antes da saída para o percurso foi dito ao idoso para ficar atento ao caminho. Ao chegar no local, o pesquisador informou ao que ele agora iria realizar o caminho de volta até o prédio da administração e depois até o estacionamento, sem ajuda do pesquisador, mas caso achasse necessário poderia pedir ajudar a outras pessoas.</p>	<p><b>Ida acompanhada:</b> (A) Partida pelo prédio administrativo (B) Em frente à OCA (Espaço de Educação Ambiental) (C) Entrada na lateral do parquinho infantil (D) Chegada ao recinto dos primatas e pequenos mamíferos;</p> <p><b>Retorno independente:</b> (E) Partida pelo recinto dos primatas e pequenos mamíferos (F) lateral do parquinho infantil (G) Em frente à OCA (Espaço de Educação Ambiental) (H) Em frente ao prédio administrativo (I) passagem pelo passeio dos quiosques de alimentação (J) Chegada ao acesso do estacionamento.</p> 
---	--	---

Fonte: Nogueira (2017).

Antes de iniciar, cada idoso foi instruído sobre o que é o método do passeio acompanhado, qual seu objetivo, como seria o desenvolvimento do passeio (rotas, estratégias, tempo de duração), equipe participante, e o que o idoso deveria observar durante o trajeto. Foi então solicitada a permissão do idoso para a realização de registro em áudio, vídeo e fotografias e se deu início ao processo.

**Quadro 04: Dados gerais do Passeio Acompanhado**

	Data do percurso	Condição do tempo/ temperatura	Horário (duração)			Tempo total do passeio
			ROTA A: uso de mapa ilustrativo	ROTA B: uso de informações verbais	ROTA C: ida acompanhada e retorno independente	
Sujeito 01	08.06.2017	Parcialmente nublado (30°C)	14h30min às 14h52min (22 min.)	14h55min. às 15h04min (09 min.)	15h05min às 15h25min (20 min.)	51 min.
Sujeito 02	16.06.2017	Ensolarado (28°C)	15h24min às 15h45min (21 min.)	15h45min às 15h50min (05 minutos)	15h52min às 16h11min (19 min.)	45 min.
Sujeito 03	16.06.2017	Ensolarado (27°C)	16h35min às 16h47min (12 min.)	16h48min. às 16h55min. (07 min.)	16h57min às 17h19min (22 min.)	39 min.

Fonte: Nogueira (2017).

Os passeios foram realizados no mês de junho de 2017, no período da tarde e com temperaturas entre 27°C e 30°C (Quadro 04).

## **O PARQUE NA PERCEPÇÃO DO IDOSO**

Em relação à primeira rota através do uso do mapa foi possível observar que o grau de escolaridade dos sujeitos foi primordial para compreensão e orientabilidade pelo mapa ilustrativo. O sujeito 01 (não escolarizado) teve dificuldade acentuada e só conseguiu se orientar pelas figuras e com auxílio do pesquisador, mas relatou que o uso do mapa ajudou mesmo com as limitações presentes. O sujeito 02 (ensino superior completo) teve dificuldade intermediária no uso do mapa, também necessitando de auxílio do pesquisador, e relatou que apesar do mapa ser uma estratégia válida, o exemplar que é disponível ao público não é adequado para o idoso. Já o sujeito 03 (ensino médio completo) não apresentou dificuldades no uso do mapa, não precisou de auxílio do pesquisador e identificou o mapa como estratégia válida (Quadro 4).

Nesta perspectiva, cabe ressaltar o que Lynch (1997) afirma em relação à construção de uma imagem ambiental com valor para orientação no espaço, e o papel dos mapas nessa orientação:

O mapa, seja ele exato ou não, deve ser bom o suficiente para nos conduzir ao nosso destino. Deve ser suficientemente claro e bem integrado para tornar-se econômico em termos de esforço mental: o mapa deve ser legível. Deve ser seguro e conter indicações suplementares que tornem possíveis as ações alternativas, sem grande risco de insucesso (LYNCH, 1997, p.10).

Na segunda rota através da estratégia de informações verbais para identificação do destino, nenhum dos idosos demonstrou dificuldade de compreensão do caminho que deveriam percorrer. Dos marcos de referência propostos (recinto das aves, parquinho infantil e OCA – Espaço de Educação ambiental) se observou que os idosos tendiam a perceber aqueles pontos que fossem de relevância e interesse próprio, enquanto aqueles de menor interesse não eram observados, citados ou tidos como referência para orientação. Nessa perspectiva não se teve um marco realmente legível e que servisse de orientação para todos os usuários.

Já na terceira e última rota com a estratégia de ida acompanhada e retorno independente, nenhum dos idosos demonstrou dificuldades aparentes no retorno ao ponto de partida. Nesse sentido se percebe que todos obtiveram boa legibilidade dos caminhos realizados. Acredita-se que esse resultado possa não ser o mesmo caso o idoso transitasse por áreas menos centrais do Parque da Bica.

Todos os sujeitos perceberam com clareza as barreiras encontradas pelo caminho mesmo quando não eram afetados por essas. Levando em consideração o conceito de Restrição espacial e Acessibilidade espacial (BINS ELY; DISCHINGER; PIARDI, 2012) as principais restrições identificadas foram de ordem física-espacial com destaque para infraestrutura precária de escadas (Figura 03a e 03b), declividade do terreno (Figura 04a), má condição do piso em algumas partes do percurso (Figura 04b) e necessidade de manutenção e inserção de mais bancos. Essas restrições afetaram mais precisamente no componente Deslocamento, visto que em alguns momentos os idosos tiveram que fazer desvios ou

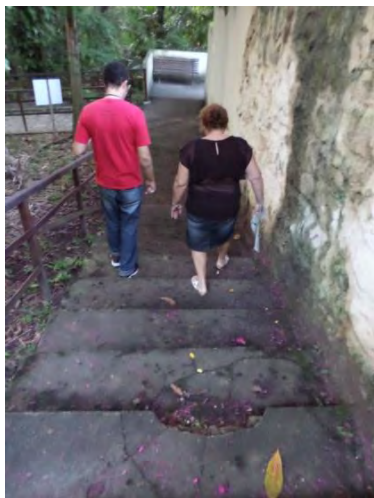


escolher por rotas mais longínquas para evitar acidentes. Essas restrições também foram observadas como problemas e dificuldades que poderiam restringir mais fortemente usuários idosos com algum tipo de limitação ou incapacidades funcionais.

**Figura 03:** a) Sujeito 01 descendo escadaria sem corrimão:  
b) Sujeito 03 descendo pela escadaria lateral ao recinto dos grandes felinos.



a)



b)

Fonte: NOGUEIRA (2017).

**Figura 04:** a) Sujeito 2 descendo em área de declive.  
b) Sujeito 03 relata preocupação com o estado de conservação de parte da via de passeio.



Fonte: NOGUEIRA (2017).

As principais restrições espaciais para comunicação foram observadas em relação à falta de sinalização direcional ou informativa para que os idosos identificassem os recintos, equipamentos e mobiliários ou conseguissem se deslocar pelo percurso proposto. O sujeito que mais sofreu influências desse tipo de restrição foi o sujeito 01, que pela não escolarização, teve dificuldades para compreensão de algumas placas (Figura 05) e uso de bebedouro (Figura 06). Os três sujeitos apresentaram dificulda-

des, ainda que em graus diferentes, para compreensão do mapa ilustrativo do Parque.

**Figura 05:** Sujeito 01 tentando identificar os bichos pelas placas informativas.



Fonte: NOGUEIRA (2017).

**Figura 06:** Foto de chegada do sujeito 01 ao destino do trecho B, e usuário fazendo uso de bebedouro e encontrando o banheiro.



Fonte: NOGUEIRA (2017).

A ausência de sinalização direcional ou informacional também fez com que alguns idosos demonstrassem receio, medo ou falta de inte-

resse em transitar por áreas da BICA que não fossem conhecidas previamente. A baixa legibilidade em identificar espacialmente o destino final de algumas vias configurou-se como barreira ao Deslocamento e Orientação espacial.

Mais propriamente em relação à sinalização de direcionamento e informativa, ponto crítico observado pelos usuários, foram poucos os momentos em que os sujeitos perceberam ou se orientaram por placas direcionais, demonstrando uma falha grave na sinalização do espaço e que o Parque deve identificar como ação prioritária em suas futuras adequações. Paralelo a isso, foi percebido pelos idosos uma dificuldade na compreensão das informações prestadas nas placas existentes, que não apresentavam uma padronização de design, posicionamentos confusos ou inacessibilidade no tamanho, formato, cores e contrastes utilizados. A ausência de sinalização sonora e tátil também é um ponto crítico de ajuste.

Scariot e Padovani (2014) relatam que dentro dos aspectos de sistemas de informação os sinais gráficos incluem subsistemas compostos por textos, pictogramas, mapas, fotografias, esquemas ou diagramas, onde além de conseguir identificar a informação, o usuário tem conseguir ler, aprender e compreender esses elementos e o sistema em si, para que possam se orientar e se movimentar pelo espaço.

Uma estrutura em forma de serpente presente no portal do recinto dos répteis (Figura 07a e 07b) foi visto como um ótimo recurso de legibilidade informacional e demonstrou ser uma boa estratégia para facilitar a compreensão de usuários com graus de escolaridade variados.

**Figura 07:** Foto do Recinto dos répteis com destaque para a sinalização visual em formato de escultura de serpente.



Fonte: NOGUEIRA (2017).

As restrições espaciais para percepção sensorial foram levemente observadas, sobretudo no sujeito 02 e 03, que devido a dificuldades de acuidade visual, não conseguiram enxergar placas informativas que estavam fora do alcance visual em um dos recintos, incorporando a Comunicação com o ambiente. Ou ainda a diminuição da iluminação natural em alguns trechos, dependendo do horário da visita, e que dificultaram levemente o Deslocamento.

As restrições espaciais para atividades cognitivas foram observadas em relação a áreas fora do percurso proposto e que não demonstra-

ram boa legibilidade ou informações suficientes para que o idoso se sentisse atraído ou seguro para visitar posteriormente, ocasionando limites para orientação espacial, comunicação e deslocamento. O fator escolaridade ou uso intuitivo de devido objeto também é incorporado nessas restrições, pois dependem de uma capacidade anterior da pessoa em já ter manuseado ou saber manusear tal aparato, como no caso do sujeito 01 que teve dificuldades para utilizar a torneira do bebedouro. Essa restrição também afetou a capacidade de uso.

Em resumo quanto aos aspectos de acessibilidade espacial, o sujeito 01 apresentou mais dificuldades associadas à Orientação espacial, Comunicação e Uso, e estas estavam mais aparentes na rota com uso de mapa (Rota A) e com uso de orientação verbal (rota B). Já o sujeito 02 apresentou mais dificuldades em relação ao deslocamento, orientação espacial e comunicação, sobretudo nos trechos da Rota A (uso de mapa) e na rota C (ida acompanhada e retorno independente). E o sujeito 03 não apresentou grandes dificuldades durante o percurso, aparentando alguma dificuldade relacionada à comunicação na Rota C (ida acompanhada e retorno independente).

O tempo de realização de cada passeio também esteve associado ao grau de facilidade ou dificuldade com que realizaram cada rota. Desta forma foi esperado que o Sujeito 01 levasse mais tempo de realização para completar os trechos (51 minutos) do que o sujeito 02 (45 minutos) e sujeito 03 (39 minutos). O tempo desde a última visita também pode ter influenciado para um melhor desempenho do sujeito 03 ( $\pm 04$  anos). Lynch (1997) acredita que no processo de orientação, o elo estra-

tégico que faz com que uma pessoa crie boas imagens ambientais é produto tanto da sensação imediata quanto da lembrança e experiências passadas, e é o seu uso que vai fazer com que o sujeito passe a interpretar as informações e orientar a ação em um processo de navegabilidade adequado para que encontre seus destinos.

Todos os idosos observaram melhorias no Parque desde a sua última visita, no entanto, pra o sujeito 01 e 02 a infraestrutura oferecida ainda deixa a desejar e precisa de melhorias. Já para a idosa 03 o Parque oferece o possível dentro de suas condições, demonstrando pouca credibilidade nos gestores quanto a futuros ajustes, e nem esperando uma estrutura ideal visto que o Parque foi tido como um “local de lazer e passagem”. Esta última percepção se aproxima do que socialmente se percebe como desmotivação para melhorias e pouco senso de apropriação com os espaços públicos por parcela da população.

Um resumo dos principais apontamentos percebidos pelos idosos correlacionados aos componentes de acessibilidade espacial foram inseridos no quadro 05.

**Quadro 05: Apontamentos dos idosos durante o passeio e sua relação com os componentes de acessibilidade espacial.**

		ROTA A: uso de mapa ilustrativo				ROTA B: uso de informações verbais				ROTA C: ida acompanhada e retorno independente			
		Orientação Espacial	Comunicação	Deslocamento	Uso	Orientação Espacial	Comunicação	Deslocamento	Uso	Orientação Espacial	Comunicação	Deslocamento	Uso
Sujeito 01 - 08/04/17 - 30 C - 51 min. de passeio	Fatores negativos	- Dificuldade na relação entre o espaço e o mapa	- Dificuldade na leitura do mapa - Falta de placas sinalização	- Barreiras Físicas - Ladeira em acríle	- Falta de corrimão - Lodo na escada - Pouca iluminação	- Não percepção dos pontos de referência	- Falta de placas sinalização - Falta instruções uso bebedouro		- Piso danificado - Risco de acidente - Restrições ao uso do bebedouro	- Placa indicativa confusa	- Falta de placas sinalização	- Corrimão	- Transito de veículos
	Fatores positivos		+ Percepção da sinalização tridimensional	+ Piso antiderrapante				+ Piso adequado + Local sombreado + Boa iluminação + Mobilitário conservado				+ Sem fadiga, desorientação ou insatisfação	+ Ambiente calmo
Sujeito 02 - 16.06.2017 - 28 C - 45 min. de passeio	Fatores negativos	- Mapa pouco explicativo	- Dificuldade na leitura do mapa - Falta de placas sinalização - Placas com informações ilegíveis e insuficientes	- Piso em condição regular - Risco de acidente - Altura do degrau da escada - Cansaço - Ladeira em acríle - Barreiras Físicas	- Lodo na escada - Falta de corrimão		- Falta de placas sinalização	- Piso com desníveis	- Distância entre placa e usuário, tamanho da letra, contraste e cores utilizadas nas placas	- Falta de placas sinalização	- Pouca iluminação - Risco de se perder pelo caminho desconhecido - Barreiras físicas	- Manutenção do mobiliário	
	Fatores positivos	+ Relação de imagens do mapa com o espaço + Memória visual passada	+ Percepção da sinalização tridimensional + Relação entre sinalização e o recinto identificado	+ Melhorias infraestrutura	+ Boa iluminação			+ Boa iluminação + Caminho linear, sem mudanças de direção	+ Sem dificuldades ou relatos de fadiga			+ Sem cansaço	+ Mobiliário para descanso + Melhorias infraestrutura
Sujeito 03 - 16.06.2017 - 27 C - 39 min. de passeio	Fatores negativos		- Falta de placas sinalização	- Barreiras Físicas - Piso desgastado	- Necessidade de melhorias infraestrutura - Corrimão da escada - Iluminação - Falta de corrimão			- Piso desgastado	- Distância entre placa e usuário, tamanho da letra, contraste e cores utilizadas nas placas	- Falta de placas sinalização	- Pouca iluminação		
	Fatores positivos	+ Sem dificuldades para compreensão do mapa + Relação de imagens do mapa com o espaço	+ Percepção da sinalização tridimensional + Relação entre sinalização e o recinto identificado		+ Boa ventilação	+ Facilidade em entender as informações dadas + Pontos de referência auxiliaram o deslocamento + Boa percepção do ambiente			+ Sem dificuldades em achar o bebedouro ou fazer uso dele + Sem dificuldades em achar o banheiro	+ Relação entre sinalização e o recinto identificado		+ Sem dificuldades no retorno independente	+ Melhorias infraestrutura

Fonte: Nogueira (2017).



As ações e relatos dos idosos foram de suma importância para compreensão de como os problemas e barreiras do ambiente influenciaram no deslocamento e orientabilidade espacial destes sujeitos quando relacionadas a acessibilidade no local. O uso de rotas iguais a todos os idosos também demonstrou ser uma boa estratégia para adquirir percepções diferenciadas de um mesmo percurso e estratégia de orientação, pois diante de cada singularidade foram observadas necessidades específicas que se complementam e contemplam parte de uma diversidade de sujeitos que visitam diariamente o Parque da Bica.

O uso das estratégias de orientabilidade (GRIEVE; GNANASEKARAN, 2010) associadas aos Passeios acompanhados (DISCHINGER, 2000) demonstrou ser um método interessante para verificar e reforçar a imagem ambiental através de um processo interativo entre o observador e a coisa observada e foi considerado essencial no entendimento do sujeito e sua percepção em relação ao ambiente do Parque da Bica.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo focado no público visitante idoso traz a reflexão sobre a importância da presença desses enquanto público potencial em ambientes turísticos, tais como nos parques urbanos.

A caracterização das limitações e necessidades deste público em conjunto com um arcabouço teórico que explorou esta relação dinâmica, também fortaleceu a importância em se considerar a percepção do usuário no planejamento e reestruturação de espaços dessa natureza.

Acredita-se que, visto a multidimensionalidade de perfis do público idoso, estudos futuros poderiam dar maior ênfase a um universo maior de idosos visitantes com algum grau de restrições funcionais, pois se pressupõe que as barreiras impostas pelo ambiente influenciariam mais fortemente numa percepção negativa em relação ao ambiente estudado.

Por fim, é possível considerar que ambientes e espaços públicos acessíveis, tais como parques e praças, são capazes de permitir uma visita livre de barreiras, não configurando o ambiente como mais um fator dificultador, potencializador de incapacidades ou de estigmas excludentes, facilitando sobretudo o potencial turístico e qualidade ambiental para o usuário visitante.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. D.; CÂNDIDO, D. R. C.; LEITE, M. F. **Espaços Públicos De Lazer: Um Olhar Sobre A Acessibilidade Para Portadores De Necessidades Especiais**. Licere, Belo Horizonte, v.12, n.4, dez./2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2015. 148p.

BAPTISTA, A. H. N. **Crítérios para uma teoria da acessibilidade Efetiva**. In: MONT'ALVÃO, C.

VILLAROUÇO, V. (Org.). Um novo olhar para o projeto: A ergonomia no ambiente construído. Teresópolis, RJ: Ed. 2AB, 2011. p.61-74.

BELTRÃO, K. I.; CAMARANO, A. A.; KANSO, S. **Dinâmica populacional brasileira na virada do século XX**. Rio de Janeiro: IPEA,

2004 (Texto para Discussão, 1.034). Disponível em: <  
<http://goo.gl/YR21m4> > Acesso em 21 de novembro de 2015.

BINS ELY, V. H. M. **Orientar-se no espaço: condição indispensável para a acessibilidade.** In: Anais do Seminário Acessibilidade no Cotidiano [CD rom]. Rio de Janeiro: Núcleo Pró-acesso - UFRJ, 2004.

BINS ELY, V. H. M.; DISCHINGER, M.; PIARDI, S. M. D. G. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos** – Programa de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas edificações de uso público. Ministério Público do estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. 136p.

CARLIN, F. BINS ELY, V. H. M. **A acessibilidade espacial como um dos condicionantes ao conforto de usuários em shopping centers – um estudo de caso.** In: Anais do ENCAC - ELACAC. Maceió, 2005.

COSTA, R. X. **Percepção Ambiental Em Museus Paisagens De Arte Contemporânea: a legibilidade dos museus no Inhotim/Brasil e em Serralves/Portugal avaliada pelo público/visitante.** 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande de Norte, Natal, 2014. 388p.

DIAS, V.K. SCHWARTZ, G.M. **O idoso e sua concepção de lazer.** Rev Kinesis. Santa Maria, RS, p.78-186, nov 2002. Disponível em: <  
<https://goo.gl/tgMCDV> > Acesso em: 22 de novembro de 2015.

DISCHINGER, M. Designing for all senses: **accessible spaces for visually impaired citizens.**

GÖTEBORG, Sweden, Thesis (for the degree of Doctor of Philosophy) – Department of Space and Process School of Architecture, Chalmers University of Technology, 2000. 260p.

DISCHINGER, M.; BINS ELY, V. H. M.; PIARDI, S. M.D.G. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público.** Ministério Público do estado de Santa Catarina. Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e

Terceiro Setor. 2012. Disponível em: < <http://goo.gl/gY6hgZ> > Acesso em: 07 de janeiro de 2014.

DORNELES, V. G. **Acessibilidade para idosos em áreas livres públicas de lazer.** 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2006. Disponível em: < <http://goo.gl/Ig66o3> > Acesso em: 10 de janeiro de 2014.

DUARTE, C. R. de S.; COHEN, R. **Afeto e Lugar: A Construção de uma Experiência Afetiva por Pessoas com Dificuldade de Locomoção.** In Anais do Seminário Acessibilidade no Cotidiano. Versão em CD. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: < <http://goo.gl/129jnB> > Acesso em: 09 de dezembro de 2014.

FERREIRA, L. I. E. P. **Parque Urbano. Paisagem Ambiente: ensaios**, n. 23 - São Paulo, p. 20-33, 2007.

GRIEVE, J. GNANASEKARAN, L. **Habilidades Espaciais, construtivas, esquema corporal e encontrar o caminho.** In: GRIEVE, J. GNANASEKARAN, L. Neuropsicologia para terapeutas ocupacionais: Cognição no desempenho ocupacional. São Paulo: Ed.Santos, cap6, p.102-121, 2010.

LIBERALINO, C. C. **Praça: lugar de lazer: relações entre características ambientais e comportamentais na Praça Kalina Maia – Natal RN.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011, p.133.

LIMA, A. M. L. P et al. **Problemas na utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos.** In: Congresso Brasileiro de Arborização Urbana. São Luís. Anais. São Luís: Imprensa Emater/MA, 1994.

LOBODA, C.R.; DE ANGELIS, B.L.D. **Áreas Verdes Públicas Urbanas: Conceitos, Usos e Funções.** *Ambiência*. Guarapuava, PR, v.1, n.1, p. 125-139, jan./jun, 2005.

LÓPEZ, F. A. (coord.). **La accesibilidad en España; diagnóstico y bases para un plan integral de supresión de barreras.** (Libro verde).

Madrid: Instituto de Migraciones y Servicios Sociales – IMSERSO, 1 ed., 2002. 341p.

LYNCH, K. **A imagem da cidade.** Título original: The image of the city. 1960, 2ª ed. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 1997.

MAYONE, M. A. A. **Parques Urbanos - Origens, Conceitos, Projetos, Legislação e Custos de Implantação Estudo de Caso: Parque das Nações Indígenas de Campo Grande, MS.** 2009. Dissertação (Mestrado em Tecnologias ambientais) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2009, 189p.

MELAZO, G. C.; COLESANTI, M. T. M. **Parques Urbanos: Importantes “espaços verdes” na dinâmica ambiental das cidades.** In: II Simpósio Regional de Geografia “Perspectivas para o cerrado no século XXI”, Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia, nov. 2003.

NOGUEIRA, D.L. **Wayfinding e legibilidade ambiental em parque urbano: Um estudo da percepção de usuários idosos.** Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017, p.231.

NUCCI, J. C. **Qualidade ambiental e adensamento urbano.** São Paulo, SP: Humanitas, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS. **CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde.** Geneva: Organização Mundial de Saúde, 2002. Disponível em: < <http://goo.gl/XmXJR9> >. Acesso em: 15 de março de 2015.

PICCELI, A.F.B. **O gerenciamento para a acessibilidade ambiental de pessoas com mobilidade reduzida:** Institucionalizando a inclusão em uma escola universitária. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Belo Horizonte, Escola de Arquitetura da UFMG, 2009 .

PERRACINI, M. R. Planejamento e Adaptação do Ambiente para Pessoas Idosas. In: FREITAS, E.V.; PY, L. (Editores) CANÇADO, F. A. X.; DOLL, J.; GORZONI, M. (Co-autores) et al. **Tratado de Geriatria e Gerontologia.** 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. Cap. 118, p. 1311-1322.

RAUCHBACK, R. **Atividade física para terceira idade**. Curitiba: Lovise, 1990.

RHEINGANTZ, P. A.; ALCANTARA, D.; DEL RIO, V. **A influência do projeto na qualidade do lugar: Percepção da qualidade em áreas residenciais no Rio de Janeiro, Brasil**. Sociedade e Território - revista de estudos urbanos e regionais, n. 39, 2005, p. 100 - 1018.

RIBEIRO, A. R. S. C.; **O projeto Paisagístico, as funções e o uso dos parques urbanos – O Parque 13 de Maio**. CLIO Rev. do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, n.18, p.17-25, 1998. Disponível em: < <http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/678/524> > Acesso em: 25 de janeiro de 2017.

SANTINI, R.C.G. **Dimensões do lazer e da recreação: questões espaciais, sociais e psicológicas**. São Paulo: Ed. Angelotti LTDA, 1993, 101p. Disponível em: < <https://goo.gl/ao4vrC> > Acesso em 21 de novembro de 2015.

SCARIOT, C. A.; PADOVANI, S. **Avaliação de sistemas de informação para wayfinding**. In: 14º Congresso Internacional de Ergonomia e Usabilidade de interfaces humano-tecnologia: Produto, informações, ambiente construído e transportes - ERGODESIGN, PUC-RIO – Rio de Janeiro, 2014.

SILVEIRA, C. F. A. **O verde e a cidade: Parques Urbanos Municipais de João Pessoa – PB**. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2014. 266p.

SILVEIRA, J. A. R.; LAPA, T. A.; RIBEIRO, E. L. **Percursos e processo de evolução urbana: uma análise dos deslocamentos e da segregação na cidade**. São Paulo, ano 08, n. 090.04, Vitruvius, nov. 2007. Disponível em: < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.090/191> > Acesso em 14 de setembro de 2015.

# A EXPERIÊNCIA TURÍSTICA DO DEFICIENTE VISUAL EM JOÃO PESSOA

MONTENEGRO, ANA CAROLINA COELHO  
ENDRES, ANA VALÉRIA  
SILVA, MÁRCIA FÉLIX DA

## INTRODUÇÃO

Milhares de aviões cruzam o céu diariamente, transportando centenas de milhares de passageiros a diversas destinações. O turismo acarreta grande impacto na economia das comunidades emissoras e receptoras, o que o torna um fenômeno primordial para a prosperidade de inúmeras nações, regiões e municípios. Há variados tipos de turistas, que buscam experiências extremamente diferenciadas. Assim, é natural que cada vez mais cidades invistam em políticas públicas que propiciem seu desenvolvimento turístico. Contudo, os deficientes visuais ainda enfrentam grandes dificuldades ao viajar, pois o turismo dificilmente é planejado de modo a suprir suas necessidades específicas.

Ainda que todas as pessoas possam ser afetadas por alguma forma de contratempo ao realizar viagens, os portadores de deficiência são desproporcionalmente prejudicados. A acessibilidade ainda é vista como um ponto positivo das destinações turísticas que a possuem, em vez de constituir em uma obrigação para o funcionamento de qualquer atrativo. Segundo a Constituição Federal, todos os cidadãos brasileiros têm o di-

reito de ir e vir. Desse modo, a garantia individual de livre circulação é violentada sempre que alguém deixa de praticar o turismo por falta de infraestrutura adequada.

Conforme dados do IBGE, em 2010 mais de oito mil pessoas na Paraíba se declaravam totalmente cegas. Ainda que o número seja bastante considerável, percebe-se, no estado, a ausência de uma infraestrutura básica que propicie a integração dos deficientes visuais à sociedade. É difícil encontrar, por exemplo, placas de direcionamento que contenham informações em braile. Os ônibus que circulam nos mais diversos municípios paraibanos não contam com um sistema que proporcione aos cegos uma certeza sobre qual veículo devem tomar. Muitas das calçadas públicas são de relevo irregular ou apresentam buracos. Os restaurantes raramente possuem cardápios em braile. Diante de tamanha negligência, é difícil imaginar como os deficientes visuais têm acesso a uma experiência turística.

De acordo com Brandt, Poria e Reichel (2011), o preparo e a qualificação dos profissionais ligados ao turismo nas comunidades receptoras são cruciais para que os portadores de deficiência visual possam ter acesso a uma vivência turística positiva. Considerando o alto número de brasileiros que hoje possuem limitações de mobilidade, é surpreendente que ainda não exista uma infraestrutura adequada e mão-de-obra instruída para receber turistas com deficiência em João Pessoa.

A exclusão dos indivíduos com deficiência visual é uma grave falha no turismo dos dias atuais. Analisar a experiência turística das pessoas cegas ou com baixa visão constitui em uma obrigação social. É de



imprescindível importância que sejam desenvolvidas adequações no modo como é realizado o turismo, objetivando o alcance de um resultado que possa incluir todos os cidadãos interessados em viagens como forma de lazer.

Assim como os turistas sem deficiência, os turistas com deficiência visual buscam experiências que possam estimular seus sentidos. Constantemente, o turismo é abordado sob uma perspectiva bastante visual: fala-se muito sobre paisagens diferentes, belezas naturais e cenários desconhecidos. No entanto, a noção de experiência turística deve envolver todos os outros sentidos do ser humano, como o olfato e o tato. Quando visitamos uma cidade com a qual não estamos habituados, percebemos peculiaridades não apenas na aparência do local, mas também nos aromas dos ambientes que visitamos, nas texturas da arte que tocamos e nos sons produzidos pelas pessoas com quem conversamos.

A cidade de João Pessoa, rica em história, cultura, arte e natureza, constitui uma destinação bastante convidativa aos turistas. A gastronomia regional diferenciada, os museus e as igrejas da época colonial, os eventos culturais e a diversidade artística são apenas alguns dos fatores que podem propiciar aos visitantes uma excelente e única experiência turística. Contudo, ainda é bastante raro encontrar turistas deficientes ao redor de nossos atrativos. Portanto, surge o questionamento: até que ponto os atrativos turísticos de João Pessoa estão preparados para atender o deficiente visual em sua experiência turística?

O objetivo principal deste trabalho é examinar a acessibilidade dos principais pontos turísticos da cidade (Centro Histórico de João Pes-

soa, as praias de Cabo Branco e Tambaú e a Estação Ciência) na perspectiva dos deficientes visuais. Para tanto construímos um breve referencial teórico e documental sobre as relações entre lazer, turismo e o planejamento para a acessibilidade em seus aspectos sociais e legais, seguido da metodologia do trabalho e seus principais resultados.

## **Lazer e turismo**

A busca ao lazer é gerada pela vontade individual de obter prazer, divertimento, desvios de rotina e descanso. Atualmente, devido às demandas do sistema capitalista de produção e ao veloz desenvolvimento da indústria e do mercado, o ser humano sente o dever de ocupar seu tempo com trabalho e estudo. Jornadas mais rígidas e longas de trabalho resultam no aumento do estresse e, conseqüentemente, na intensificação da necessidade de usufruir de momentos de repouso e recreação. Em muitos casos, o lazer representa a fuga de uma rotina desgastante e a obtenção de uma recompensa proporcionada pelo trabalho árduo. Coriolano (2002) afirma que o lazer possui fundamental importância, devendo ser considerado uma necessidade básica para o ser humano.

De acordo com Krippendorff (1989), as férias são oferecidas pela sociedade ao homem que possui trabalho e rotina, permitindo que o sujeito ocupe um espaço diferente do cotidiano. Assim, proporciona-se ao indivíduo a chance de evadir, buscar felicidade e aplicar suas energias em atividades distintas, que normalmente não seriam praticadas em seu dia-a-dia.

Castelli (1990) disserta sobre a maneira como a Revolução Industrial foi responsável por implantar na sociedade uma nova forma de dispor o tempo. A partir dos anos modernos, o tempo passou a ser encarado de modo inédito – pois se tornou escasso para o indivíduo urbano e industrial – transformando-se em um estimado bem. Comenta-se popularmente que “tempo vale dinheiro” devido ao caráter de raridade que o tempo tomou na era moderna. O homem começou a agendar e programar suas atividades, além de controlar o tempo através do relógio, alvo de frequentes consultas.

Pires (2002) defende que o significado da palavra lazer abrange inúmeras práticas, com o aspecto comum de tais atividades ocorrerem de forma prazerosa, nas horas livres ou de folga dos indivíduos. Durante os momentos de lazer, não há imposições ou necessidade de agir com produtividade. As pessoas podem utilizar o tempo disponível que possuem de modo desamarrado e independente, sem cobranças por parte de terceiros.

De acordo com Gutierrez (2001), o conceito de lazer, em seu significado tradicional, é compreendido de múltiplas maneiras, tornando bastante difícil chegar a uma definição única para o termo. No entanto, o autor define lazer como uma prática realizada no tempo livre, de forma voluntária, sem obrigatoriedades, e caracterizada pela busca individual ao prazer.

Segundo Gonçalves e Taveira (2012) “o turismo e o lazer são campos de conhecimento e estudo recentes e permeáveis, com delimitações pouco definidas, o que se reflete tanto na teoria quanto na prática.”

Pode-se deduzir, portanto, que o conceito de turismo está intimamente relacionado ao de lazer. Embora na Constituição Federal (BRASIL, 1988) não haja menção ao direito de realizar turismo, o Artigo 6º garante a todos os cidadãos brasileiros o direito ao lazer.

Como já mencionado, o turismo é um fenômeno constantemente associado ao lazer. Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002) afirmam que quando se pensa em turismo, as pessoas automaticamente imaginam um deslocamento em busca de novos passeios, diversão e férias. Contudo, o usufruto destes deslocamentos muitas vezes caracteriza-se como um turismo obrigatório, assim definido por Yázigí (1999): “Obrigatório no sentido de obrigações que as pessoas se impõem ou de contingências que nos levam a realizar viagens.” A atividade turística obrigatória não ocorre por conta apenas de compromissos, deveres ou atribuições, mas principalmente em decorrência da ausência de políticas públicas específicas para as destinações. Pode-se afirmar que a liberdade de escolha é limitada.

Há vários exemplos de turismo de caráter obrigatório. Yázigí (1999) menciona as viagens realizadas por virtude de consultas médicas, compras, negócios visitas rotineiras a parentes e amigos, romarias, congressos e missões de trabalho. Ademais, ele destaca que as opções de escolha quanto aos destinos turísticos podem ser moldadas pelos viajantes a partir de suas próprias condições econômicas e aspectos psicológicos, como o medo de aviões ou o apreço pela gastronomia de certo local. Portanto, é justo concluir que a conjuntura da acessibilidade em determinada destinação pode ser um fator que condicione o turismo obrigatório, prejudicando a liberdade de escolha e a prática do lazer e do turismo.

## **Planejamento e acessibilidade**

Segundo o website oficial da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com deficiência, a acessibilidade é caracterizada como atributo essencial do ambiente, possuindo importante relevância para a garantia da qualidade de vida das pessoas. Dessa forma, é necessário que a acessibilidade esteja presente no meio físico, transportes, informática, sistemas de informação, comunicação e instalações públicas ou abertas ao público.

De acordo com o Manual de Orientações: Turismo e Acessibilidade (MTUR, 2006), a acessibilidade é definida como a condição que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possuem para utilizar, com segurança plena, os equipamentos urbanos, edifícios, meios de transporte, informação e comunicação. No ano de 2010, segundo o censo do IBGE, 23,9% da população do Brasil declarou possuir algum tipo de deficiência. Conclui-se, portanto, que é de imprescindível importância promover a retirada de obstáculos que impossibilitem a acessibilidade em espaços públicos.

Visando garantir a acessibilidade no turismo, fazem-se necessárias ajudas técnicas, definidas como tecnologias, equipamentos e ferramentas adaptados ou totalmente desenvolvidos para permitir que indivíduos com deficiência ou mobilidade reduzida possuam autonomia pessoal, sendo total ou assistida. Já as barreiras constituem em obstáculos para a circulação livre e segura, sendo subdivididas em urbanísticas, das edificações, nos transportes e nas comunicações e informações.

As barreiras são classificadas como urbanísticas quando são encontradas em vias públicas e espaços de uso público. As barreiras das edificações existem nos entornos de prédios de uso coletivo, bem como em seus interiores, nas áreas de uso comum. As barreiras nos transportes podem dificultar ou até mesmo impedir o acesso ao veículo público ou privado, assim como terminais, paradas de ônibus e estações. Por fim, as barreiras nas comunicações ou informações são aquelas que impossibilitam ou atrapalham o recebimento ou envio de mensagens e informações através da tecnologia, incluindo meios de comunicação de massa.

Sasaki (2009) afirma que, durante a década de 1950, os profissionais da área de reabilitação começaram a denunciar a presença de barreiras físicas que dificultavam ou impossibilitavam a locomoção de indivíduos com deficiência em espaços urbanos, edifícios e meios de transportes. Nos anos 1960, as universidades dos Estados Unidos iniciaram um processo de remoção das barreiras arquitetônicas existentes em suas dependências. Na década de 1970, fundou-se o primeiro Centro de Vida Independente (CVI) do mundo, na cidade de Berkeley, localizada no estado americano da Califórnia.

Em 1975, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas aprovou a Declaração de Direitos das Pessoas Deficientes. No item de número 3 da resolução, destaca-se que as pessoas com deficiência devem possuir os mesmos direitos que as pessoas sem deficiência.

Segundo Faria e Motta (2012), ainda na década de 1970 começaram a surgir as primeiras excursões de turismo direcionadas a pessoas com deficiência. Contudo, somente nos anos 1980, devido à maior visi-

bilidade das mobilizações pela integração social, as discussões sobre o turismo voltado a indivíduos deficientes passaram a despontar. A partir de então, a atividade turística começou a ser considerada uma maneira de propiciar a inclusão social das pessoas com deficiência. Na atualidade, pode ser notada uma crescente democratização dos serviços turísticos.

De acordo com Dias (2003), atualmente o turismo conta com uma crescente diversificação de oferta. Segundo o autor, durante o planejamento turístico é preciso identificar os segmentos específicos que poderão ser trabalhados com a oferta de produtos específicos que atendam às necessidades e aos desejos de uma demanda localizada. Devido às suas necessidades específicas, as pessoas com deficiência podem configurar um grupo com demandas diferenciadas. Assim, durante o planejamento turístico, é necessário considerar suas especificidades.

Ademais, o planejamento turístico é uma ferramenta imprescindível para que o turismo seja desenvolvido de modo a atingir as expectativas econômicas das administrações públicas municipais. É importante, ao planejar, distinguir quais espaços receberão maior proteção, e qual identidade o destino deverá reproduzir. Toda diligência de desenvolvimento turístico deve contemplar o uso sustentado dos recursos naturais e culturais da localidade, de modo a prevenir ou amenizar qualquer impacto negativo causado que a atividade turística possa causar.

O planejamento do turismo tem como função designar e atingir objetivos para o futuro da atividade turística. Dessa forma, as transformações que acontecerão no setor não serão resultantes de ocorrências acidentais, e sim de decisões tomadas pelos planejadores. O planejam-

to pode ser definido como um mecanismo para defrontar imprecisões, explorar oportunidades e delinear os caminhos para o futuro (CASTRO; MIDDLEJ, 2011).

Castrogiovanni (2000) aponta que o espaço urbano é construído de modo a servir a inúmeras pessoas, não apenas um indivíduo, e que tais pessoas possuem vasta pluralidade de ocupações, formações, éticas e origens. Assim, a cidade deve ser encarada como representação da humanidade, observada através da arquitetura e ordenação dos elementos urbanos. Constatamos, portanto, que as pessoas com deficiência devem ter suas particularidades levadas em consideração na construção arquitetônica e institucional das municipalidades.

No turismo, as possibilidades de experimentação de sensações são inumeráveis, abrangendo desde as sensações físicas, proporcionadas pelos órgãos sensoriais, aos sentimentos que atribuem significados às situações vividas pelos turistas. A cidade deve ser percebida em sua totalidade, e a percepção depende da subjetividade de cada indivíduo. O profissional do turismo e a gestão pública precisam estar atentos a essas subjetividades, de forma a atender aos desejos e necessidades dos visitantes, incluindo as pessoas com deficiência.

### **Aspectos legais para a acessibilidade**

A Constituição Federal do Brasil, em seu Artigo 5º, afirma que todas as pessoas são iguais perante a lei, não havendo distinções de qualquer natureza. Tanto brasileiros quanto estrangeiros residentes no país possuem o inviolável direito à vida, igualdade, segurança e propriedade.



Assim, a acessibilidade pode ser entendida como um mecanismo para assegurar o preceito constitucional da igualdade. No Brasil, há várias leis e decretos que estabelecem normas de acessibilidade e garantem os direitos das pessoas com deficiência.

**QUADRO 1 – Leis e decretos relativos a acessibilidade**

DOCUMENTO	FINALIDADE
Lei nº 4.169, de 4 de dezembro de 1962	Oficializou as convenções Braille para uso na escrita e leitura das pessoas cegas, bem como o Código de Contrações e Abreviaturas Braille, estabelecendo seu uso obrigatório em todo território nacional brasileiro
Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965	Define as normas que asseguram a organização e o exercício de direitos políticos, substancialmente os direitos de votar e ser votado: assinar a folha individual de votação através do sistema Braille ou letras do alfabeto comum; assinalar a cédula oficial, fazendo uso de qualquer dos sistemas; utilizar qualquer elemento mecânico, fornecido pela mesa ou de propriedade pessoal, que possibilitasse o exercício do direito de voto
Lei n.º 7.405, de 12 de novembro de 1985	Torna obrigatória a instalação do Símbolo Internacional de Acesso em locais e serviços que pudessem ser utilizados por pessoas com deficiência, incluindo hotéis, cinemas, auditórios, terminais de passageiros, entre outros
Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	Dispõe a respeito do apoio às pessoas com deficiência, sua integração social e cria a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), além de instaurar a tutela jurisdicional de interesses das pessoas com deficiência, disciplinar o Ministério Público e definir crimes. A Lei dispõe que o Poder Público possui a responsabilidade de adotar e executar normas que garantam a funcionalidade de edificações e vias públicas, evitando ou removendo os obstáculos às pessoas portadoras de deficiência, permitindo o acesso destas aos edifícios, logradouros e meios de transporte.
Decreto n.º 3.298 de 20 de dezembro de 1999	Regulamentar a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, bem como dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidando normas protecionistas e tecendo providências.
Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000	Garante a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência. O Artigo 4º estabelece que os logradouros e sanitários públicos, assim como os edifícios de uso público, contam com normas de construção, para licenciamento da respectiva edificação, baixadas por autoridades competentes, destinadas a facilitar o ingresso e utilização desses lugares pelos indivíduos portadores de deficiência.
Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000	Estipula diretrizes gerais e fundamentos básicos com a finalidade de promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A Lei define o significado de acessibilidade, barreiras, barreiras arquitetônicas urbanísticas, barreiras arquitetônicas na edificação, barreiras arquitetônicas nos transportes, barreiras nas comunicações, pessoa portadora de deficiência entre outros termos
Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004	Regulamenta a Lei nº 10.048 e a Lei 10.098. No Artigo 8º do Decreto, as edificações de uso coletivo são definidas como locais destinados a atividades comerciais, hoteleiras, culturais, esportivas, financeiras, turísticas, recreativas, sociais, religiosas, educacionais, industriais e de saúde. Portanto, a legislação brasileira exige que a atividade turística seja acessível.
Decreto nº 6.980, de 13 de outubro de 2009	A Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) ganha o status de Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência,
Decreto nº 7.256/10	CORDE atinge status de Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2017

Segundo o website oficial da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, deliberações governamentais, programas e políticas públicas são de primordial importância para estimular novas maneiras de pensar, agir, construir, comunicar e utilizar recursos públicos. O poder público deve, portanto, garantir e efetivar a promoção dos direitos e da cidadania.

Nonato (2011) compreende que os governos ainda não desenvolveram o hábito de lidar com a diversidade humana, mesmo que as questões das pessoas com deficiência estejam em todos os segmentos sociais. Assim, ações políticas que não abranjam um indivíduo com deficiência são qualificadas como incompletas, já que excluem grande parte da população. Devido ao vasto gama de necessidades específicas, toda ação política deve ser evoluída de maneira a incluir o direito à acessibilidade.

No Brasil, o Foro Nacional de Normatização é a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). As Normas Brasileiras são incumbência dos Comitês Brasileiros (ABNT/CB), Organismos de Normatização Setorial (ABNT/OS) e Comissões de Estudo Especiais (ABNT/CEE), e sua elaboração é efetuada por Comissões de Estudo (CE). A elaboração da ABNT NBR 9050, que passou a vigorar no dia 11 de outubro de 2015, ocorreu no Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNT/CB-040), pela Comissão de Estudo de Acessibilidade em Edificações (CE-040:000.001). As normas estabelecem critérios para garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência em edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.

A Norma 9050 (ABNT, 2015) indica que o Símbolo Internacional das pessoas com deficiência visual serve para indicar a existência de equipamentos, mobiliários e serviços que atendem às necessidades específicas das pessoas cegas ou com baixa visão. A imagem deve estar sempre voltada à direita. O símbolo não deve apresentar quaisquer modificações ou estilizações. Conforme a Figura 1, a representação pode ser feita de três maneiras: fundo azul e figura branca, fundo preto e figura branca, e fundo branco e figura preta.

**FIGURA 1 – Símbolo da pessoa com deficiência visual**



Fonte: ABNT (2015)

**FIGURA 2 – Símbolo da pessoa com deficiência visual acompanhada de cão-guia**

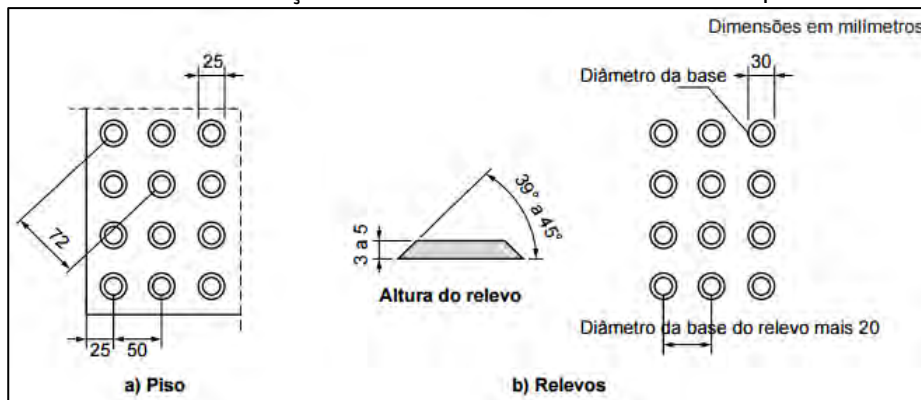


Fonte: ABNT (2015)

A sinalização tátil é um importante elemento de acessibilidade para as pessoas com deficiência visual. Objetivando orientar o trajeto de modo a prevenir acidentes – por exemplo: quedas e colisões contra obstáculos – os pisos táteis possuem superfícies de relevo, que podem ser identificadas ao toque da bengala. A sinalização tátil possui, ademais, as funções de informar a respeito de mudanças de direção, opções de percurso e início e término de escadas, degraus e rampas. Nos pisos deve haver não apenas contraste tátil, mas também visual, com contraste de cores.

Em relação à sinalização de alerta, que informa a presença de obstáculos, degraus, escadas e rampas, a ABNT estabelece as seguintes normas para a sinalização tátil:

**FIGURA 3 – Sinalização tátil de alerta e relevos táteis de alerta instalados no piso**

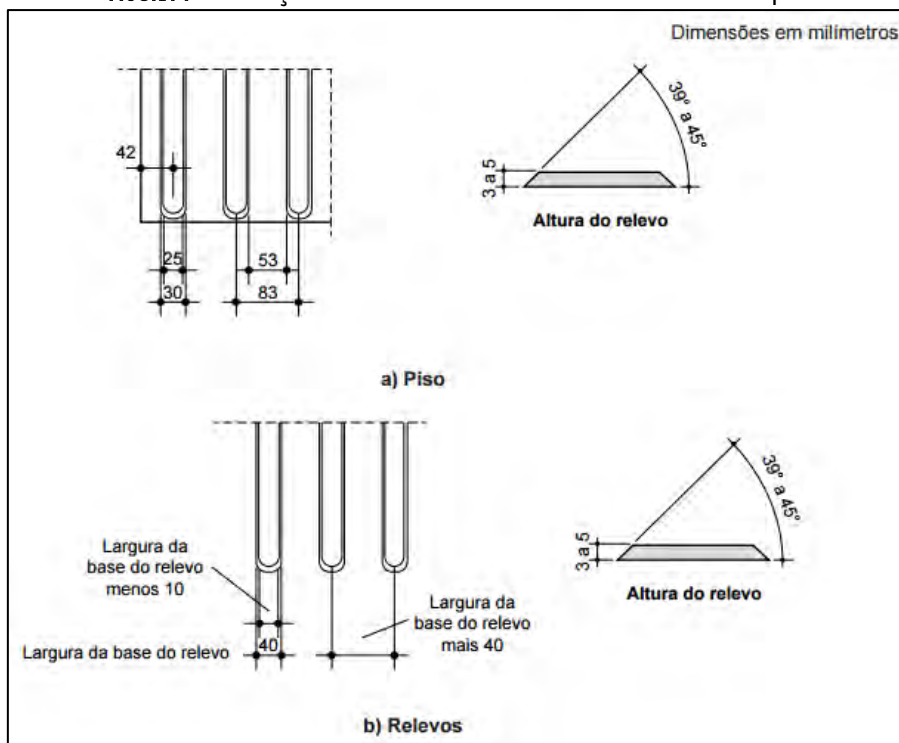


Fonte: ABNT (2015)

A sinalização tátil direcional deve ser instalada no sentido do deslocamento das pessoas, uma vez que possui a função de indicar o cami-

no a ser percorrido. O contraste tátil e visual ocorre a partir de relevos lineares, com disposição regular.

**FIGURA 4 –** Sinalização tátil direcional e relevos táteis direcionais instalados no piso



Fonte: ABNT (2015)

Diante do exposto, do ponto de vista legal, é possível afirmar que a acessibilidade está garantida a todos os indivíduos com deficiência. Entretanto, na realidade, de acordo com os depoimentos dos sujeitos da pesquisa, que serão discutidos mais adiante, a acessibilidade ainda não pode ser percebida na prática, seja sob o ponto de vista dos equipamentos ou da competência profissional daqueles que atual no setor turístico.

## PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Para a realização do presente estudo, foram realizadas duas visitas ao Instituto dos Cegos da Paraíba – Adalgisa Cunha (ICPAC). O Instituto é uma organização não governamental (ONG), localizada na Avenida Santa Catarina, 396, bairro dos Estados, João Pessoa. Fundada em 16 de maio de 1944, a organização atende a crianças, jovens, adultos e idosos – cegos ou portadores de visão subnormal – que buscam conhecimento, lições de autonomia, independência, lazer e cultura. Desde sua fundação, o ICPAC já atendeu mais de 11 mil pessoas com deficiência visual.

A ONG recebe auxílio do governo com cessão de profissionais. Contudo, seu funcionamento depende de doações para o pagamento de servidores e despesas. Além de doações em dinheiro, o Instituto dos Cegos arrecada qualquer tipo de material que possa ser utilizado, por servidores e alunos, na instituição, como materiais escolares e aparelhos eletrônicos.

Hoje, o Instituto possui uma brinquedoteca, que conta com brinquedos adaptados a pessoas cegas, e uma biblioteca, cujo acervo é composto por livros em Braille e áudio, bem como filmes com audiodescrição. A instituição também oferece aulas de reforço para estudantes em idade escolar, educação musical, informática, atividades esportivas, cursos de capacitação, reabilitação e atendimento médico, psicológico, fisioterapêutico e fonoaudiólogo.

A primeira visita ao instituto ocorreu em julho de 2014. Realizou-se um tour guiado por um membro da ONG, que mostrou as dependências da instituição e explicou seu funcionamento. A segunda visita acon-

teceu pouco mais de um ano depois, em novembro de 2015, quando foram realizadas as entrevistas com alunos e servidores deficientes visuais.

Os entrevistados que participaram da pesquisa realizada na segunda visita estavam dentro dos seguintes critérios de inclusão: ser portador de deficiência visual, ter mais de dezoito anos de idade, estar inscrito no Instituto dos Cegos da Paraíba – Adalgisa Cunha; não possuir comprometimentos cognitivos que impossibilitem responder os questionamentos. O grupo entrevistado foi composto por dez pessoas maiores de idade e portadoras de deficiência visual, sendo todos alunos ou servidores do Instituto.

A pesquisa foi qualitativa, com caráter descritivo (MINAYO, 2000) e a análise de conteúdo foi a técnica utilizada para a execução da pesquisa, seguindo as etapas: estudo de referencial teórico, organização e aplicação das entrevistas, visando identificar as principais preferências e especificidades dos turistas que possuem deficiência visual. Realizou-se, em seguida, a transcrição das entrevistas. A fase de pré-análise foi o momento de realização das primeiras leituras das entrevistas, objetivando a organização do material coletado. Posteriormente, efetuou-se a análise do material, com a categorização das informações fornecidas pelos sujeitos da pesquisa. Enfim, os resultados receberam o tratamento adequado, de forma a interpretar qualitativamente os dados de acordo com a insistência em que apareceram nas falas (BARDIN, 1988).

Durante as entrevistas, houve a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que foi assinado por todos os sujeitos com o

auxílio de um assinador: instrumento similar a uma régua, utilizado para que pessoas com deficiência visual possam escrever em letras comuns sobre qualquer folha de papel. Utilizou-se um aparelho celular da marca Sony para gravar o áudio das entrevistas.

Também foi feita uma visita à Secretaria Municipal de Turismo de João Pessoa (SETUR) com a finalidade de buscar informações sobre o posicionamento da Secretaria sobre a questão da acessibilidade. Três pontos turísticos mais citados pelos informantes (as praias de Cabo Branco e Tambaú, o Centro Histórico de João Pessoa e a Estação Ciências Cabo Branco) também foram visitados para analisar suas condições de acessibilidade.

## **ANÁLISE DOS DADOS**

Os dados coletados através da entrevista semiestruturada foram transcritos pela própria pesquisadora. Para efeito de salvaguardar a identidade dos sujeitos da pesquisa, seus nomes foram substituídos por nomes de constelações. As falas foram transcritas sem alterações gramaticais, mesmo em caso de desvios da norma padrão da Língua Portuguesa, visando manter fidelidade às intenções dos sujeitos.

A composição de gênero dos entrevistados foi 40% feminina e 60% masculina. A média aritmética da idade dos participantes da pesquisa foi de 40,9 anos. O entrevistado mais novo tinha 18 anos, enquanto o mais velho tinha 58 anos. Apenas três pessoas possuíam menos de 40 anos de idade. Os participantes com visão subnormal compuseram menos da metade dos entrevistados, ao passo que os cegos foram maioria.



Os pontos mais frequentemente mencionados pelos sujeitos durante as entrevistas foram a Estação Ciências, as praias, e o Centro Histórico. Houve mais de uma menção ao Parque Arruda Câmara e ao Centro de Convenções, porém a maior parte dos entrevistados não discorreu a respeito de suas experiências em tais locais. Os lugares que receberam apenas uma menção ao longo de todas as entrevistas foram o Marco Zero, Picãozinho, Lagoa, Mata do Buraquinho, Ponto de Cem Réis e os shoppings Manaíra e Tambiá.

Todos os entrevistados denunciaram a falta de acessibilidade nos pontos turísticos da cidade de João Pessoa. Muitos afirmaram que a locomoção autônoma é difícil ou impraticável devido a obstáculos e barreiras arquitetônicas. Em relação às dificuldades que ocorrem durante a locomoção independente, Andrômeda comentou:

Então quando vou pra esses lugares [pontos turísticos], pra eu não me aborrecer, pra ser um passeio gostoso, pra aproveitar, eu ou pago alguém pra ir comigo ou geralmente alguém da família que já tem costume de descrever as coisas, de falar... Senão, não faz sentido (Informação verbal, 2015)

A afirmação de Andrômeda é compatível com o depoimento de Órion, que informou:

Quando a gente fala em turismo acessível, a gente fala da nossa autonomia, de ir e vir sem dificuldade. Quando vou acompanhado não tenho dificuldade, pra a gente ter autonomia tem que ir só, a gente conseguir ir sem necessidade de apoio. (Informação verbal, 2015)

Os depoimentos de Andrômeda e Órion corroboram o estudo de Nonato (2011). Segundo o autor, as barreiras físicas são empecilhos à

circulação livre das pessoas com deficiência, causando um alto grau de dependência social. É comum que situações constrangedoras ocorram devido à existência de obstáculos, gerando desconforto aos cidadãos com deficiência.

Então eu só ia mais nesses passeios [a pontos turísticos] quando se juntava a turma, os amigos, e a gente saía, assim, pra dar uma volta. Porque até mesmo eu tenho dificuldade de andar só, não ando só. (Cassiopéia). (Informação verbal, 2015)

Apesar da grande dificuldade que as pessoas com deficiência visual sentem durante a locomoção autônoma, a Constituição Federal, em seu Artigo 5º, garante a todos os cidadãos o direito de livre locomoção: “é livre a locomoção no território nacional em tempos de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.” Dessa forma, confere-se que os indivíduos com deficiência visual, atualmente, não gozam plenamente de seu direito constitucional de livre locomoção.

[...] às vezes a gente sofre um pouco por causa das calçadas com os buracos e as vias, o acesso é mais difícil. Precisamos de ajuda, de apoio das pessoas, pra a gente chegar nos locais, precisa das pessoas também. (Grus). (Informação verbal, 2015)

Em geral, a falta de acessibilidade em locais públicos ou de utilização pública é o fator que impulsiona a perda da independência das pessoas com deficiência visual. No decorrer das entrevistas, denunciou-se, em relação à cidade de João Pessoa e seus atrativos, a irregularidade das calçadas, que frequentemente possuem buracos, a ausência de pistas

táteis e rampas e a falta de sinalização em Braille. Portanto, constantemente, para os indivíduos com deficiência visual, as visitas solitárias aos pontos turísticos analisados são desagradáveis. Para garantir uma experiência turística positiva aos visitantes cegos, é fundamental a presença de pessoal capacitado nos locais de movimentação turística.

Nonato (2011) afirma que a eliminação de barreiras, tanto físicas quanto atitudinais, é primordial para que a sociedade torne-se inclusiva. Além de extinguir os obstáculos, é necessário desenvolver uma cultura de inclusão, alterando condutas e posturas sociais que ferem a liberdade e individualidade das pessoas com deficiência. Em referência às complicações de ordem atitudinal, os entrevistados comentaram:

[...] quando eu vou pra esses locais [pontos turísticos], geralmente vou com alguém que já trabalhe com pessoa com deficiência, que já tenha experiência, porque se vou só, eu praticamente não usufruo do passeio como deveria, porque as pessoas geralmente não estão preparadas para dar as informações. **É como se a gente, deficiente visual, não existisse. É como se fosse invisível.** O pessoal acha melhor não nos receber e é como se a gente fosse um jarro, uma peça de decoração, e não tão nem aí pra a gente. (...)E as pessoas, é como eu te disse, não enxergam a gente, tudo vêm perguntar aos nossos acompanhantes, e isso às vezes deixa a gente constrangida. (Andrômeda).

Na chegada [da Estação Cabo Branco] você não tem muita identificação com o funcionário, ele não dá muita atenção, você vai pedir informação e eles quase não informam. (Leo)

[Precisa melhorar] O respeito. As pessoas respeitarem, porque tem muitas pessoas aí que não. Não respeitam o deficiente visual. As pessoas serem mais amigas, mais pessoas que nos ajudem a andar. (Grus)

[Deve-se] Saber como lidar com o deficiente. (Crater) (Informação verbal, 2015)

As barreiras atitudinais remetem ao preconceito, e este ao sentimento de ser menosprezado e ignorado pelo outro: ser invisível aos olhos dos videntes. Andrômeda refere sentir-se como um objeto “...é como se a gente fosse um jarro, uma peça de decoração”. Sasaki (2009) entende que o preconceito pode impedir a abertura de oportunidades de lazer para os indivíduos com deficiência. É preciso que ocorra uma transformação na mentalidade da sociedade em relação às pessoas com deficiência, de modo a assegurar que a legislação seja cumprida, garantindo sua independência.

As barreiras físicas, similarmente às atitudinais, são fatores que dificultam ou impossibilitam a livre locomoção de pessoas com deficiência visual. Todos os entrevistados demonstraram descontentamento em relação aos obstáculos presentes nos pontos turísticos de João Pessoa. Muitos mencionaram a existência de calçadas esburacadas e de nivelamento irregular, bem como ausência de placas informativas em Braille.

Em prol do deficiente, falta bastante coisa, em termo de acessibilidade, pista tátil, falta algumas placas em Braille, que é pra ler, não tem. (Crater).

Tem com certeza o problema de acessibilidade, e outro problema sério que a gente enfrenta no dia-a-dia, que os deficientes visuais sempre enfrentam, que é o problema de barreiras arquitetônicas, problemas de calçadas esburacadas. São sempre aqueles problemas gerais de acessibilidade, e isso infelizmente também tem nos pontos turísticos. (Bellatrix).

O Centro Histórico não tem acessibilidade. Zero acessibilidade. (...) O Centro Histórico que se visita muito é terrível para uma pessoa deficiente visual andar. Porque são calçadas sem condições. (Órion) (Informação verbal, 2015)

Para ilustrar a falta de acessibilidade no Centro Histórico pessoense, foram feitas as seguintes fotografias:

**FIGURA 5** – Foto de calçada irregular, com a presença de lixo



Fonte: Acervo pessoal

**FIGURA 6** - Local de visitação pública sem sinalização em Braille



Fonte: Acervo pessoal

No Centro Histórico de João Pessoa, não há piso tátil ou placas de sinalização em Braille. As calçadas possuem muitas irregularidades de nivelamento, sendo possível encontrar buracos. Não é incomum a presença de lixo em calçadas e vias. É evidente o descumprimento do De-

creto nº 5.296/04, que discorre a respeito da implantação da acessibilidade arquitetônica e urbanística, em seu Artigo 10:

A concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, a legislação específica e as regras contidas neste Decreto.

Observamos, portanto, um grave desrespeito à legislação por parte das autoridades competentes, que compromete a viabilidade turística do Centro Histórico do município de João Pessoa para pessoas com deficiência visual. As barreiras físicas, somadas às barreiras atitudinais, podem tornar negativa a experiência turística do deficiente visual em João Pessoa.

Em relação a outro ponto turístico citado pela maioria dos sujeitos entrevistados, as praias de João Pessoa, os depoimentos também apontaram para a falta de acessibilidade:

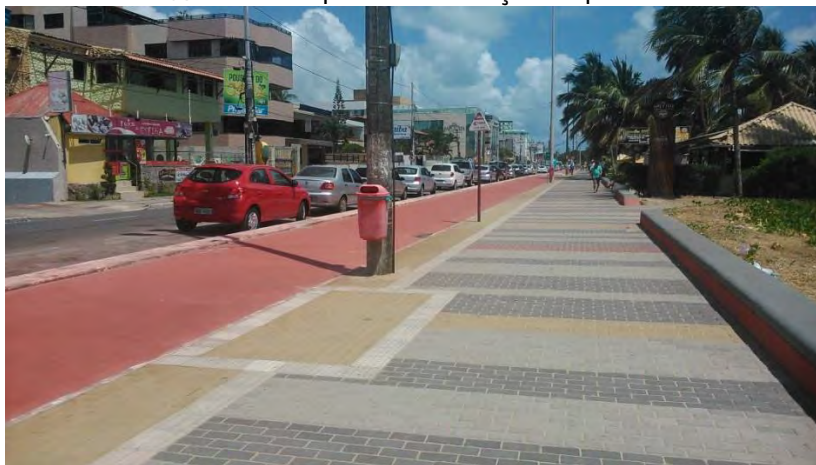
Muito bonito, né? Nossas praias são muito belas, aqui no Nordeste, muito belas mesmo. Mas falta algum incentivo, né? Pra a pessoa com deficiência. E também a dificuldade, que não tem aquela instrução... Não sei te dizer melhor... Sei lá, poucas informações pra o deficiente visual. (Hércules).

Mas essa parte arquitetônica da orla tá sendo trabalhada agora, pode ser que fique legal, mas ainda não tá. (Andrômeda).

As praias, principalmente Tambaú e Cabo Branco, estão começando a fazer pista tátil, que vai facilitar a vida dos deficientes visuais. (Orion). (Informação verbal, 2015)

O piso tátil, recentemente instalado nas praias citadas por Órion, representa uma vitória na luta por acessibilidade. Entretanto, a atual vice-presidente do Instituto dos Cegos da Paraíba – Adalgisa Cunha informou, através de contato telefônico, que não houve consulta às pessoas com deficiência visual antes do início da instalação do piso, e que o piso possui inúmeras inadequações, prejudicando a circulação do deficiente visual. Alterações já foram solicitadas aos órgãos competentes. De acordo com a Secretaria de Infraestrutura de João Pessoa, as mudanças deveriam ser realizadas durante os meses de verão com conclusão prevista para abril de 2016. Contudo, até a finalização do presente trabalho nada foi feito para sanar os problemas encontrados.

**FIGURA 7** – Foto de piso tátil com sinalização inadequada



Fonte: Acervo pessoal

Em relação à Estação Cabo Branco, um depoimento ressalta o nível de inacessibilidade:

A Estação Ciência é enorme, deficientes visuais encontram dificuldades, as rampas facilitam, mas ainda assim falta política de verdade, de acessibilidade para que possamos ter autonomia. (...) A Estação Ciência é enorme, e a gente decorar tudo dá um pouco de trabalho, mas fui poucas vezes, não sei se indo mais vezes a gente consegue. (Órion). (Informação verbal, 2015)

Em determinados pontos da Estação Cabo Branco – por exemplo: rampas – é possível encontrar sinalização tátil de alerta no piso. Contudo, a falta de manutenção e o descaso são evidentes, como pode ser percebido na imagem a seguir:

**FIGURA 8** – Foto de sinalização tátil deteriorada



Fonte: Acervo pessoal

É seguro afirmar que, na Estação Cabo Branco, são hostis as condições de acessibilidade para as pessoas com deficiência visual. Não há piso tátil para indicar trajetos, tampouco sinalização em Braille. Dentro do prédio conhecido como Torre Mirante, onde ocorrem exposições temporárias, observam-se diversos obstáculos sem a devida designação.



As figuras a seguir ilustram a falta de acessibilidade da Estação Cabo Branco.

A falta de sinalização pode ocasionar acidentes e situações constrangedoras. Em relação ao material artístico exibido na Estação Cabo Branco, não apenas as pessoas com deficiência visual são prejudicadas pela ausência de sinalização, mas também os próprios artistas, uma vez que sua obra poderia ser comprometida em caso de colisões.

A SETUR informou que atualmente não estão sendo desenvolvidos quaisquer projetos municipais para a promoção da acessibilidade. Apesar da carência de políticas públicas que contemplem as pessoas com deficiência visual que moram em João Pessoa ou visitam a cidade, nenhuma providência é tomada pelos gestores. Assim, entendemos que a experiência do deficiente visual nas praias, Estação Cabo Branco e Centro Histórico tende a ser negativa na ausência de acompanhantes. A legislação brasileira exige que espaços de uso público sejam acessíveis. O que há, portanto, é um grande descumprimento de leis nos pontos turísticos da capital pessoense.

Que seja trabalhada essa parte da acessibilidade não apenas para as pessoas cegas, porque facilita para todas as pessoas: para pessoas idosas, grávidas, pra outras pessoas também, porque se é uma coisa que não tenha obstáculo pela frente vai facilitar a vida de todo mundo. Principalmente a da gente, que o fato da gente ter a deficiência visual não significa que a gente não gosta de lazer, que a gente não quer... A gente também tem esse direito, e a gente também adora passear. O lazer, principalmente, faz muito bem pra a gente. Então a gente precisa que os obstáculos sejam retirados, seja da parte arquitetônica, sejam atitudinais. (Andrômeda).

Autonomia, respeito, acessibilidade, pessoas preparadas para atuar junto ao deficiente, são o mínimo que os cidadãos com deficiência visual desejam. Mas sua voz tem pouco eco. É necessário ouvi-los, para que João Pessoa possa realmente ser considerada uma cidade preparada não somente para receber, mas para acolher turistas.

## **CONCLUSÃO**

A deficiência visual é uma condição comum nas sociedades humanas, atingindo pessoas das mais diversas idades, credos, etnias, classes sociais e opiniões políticas. Por mais plural que seja o segmento populacional que engloba as pessoas com deficiência visual, há um fator comum aos indivíduos cegos ou com baixa visão: a necessidade da inclusão social através da acessibilidade. A igualdade, direito já garantido pela Constituição Federal, só poderá ser, de fato, atingida, quando todos possuírem a mesma facilidade de acesso a equipamentos, prédios e serviços. Enquanto um grupo continuar excluído devido às suas características particulares, haverá injustiça.

A busca por respostas ao questionamento sobre até que ponto a oferta turística da cidade de João Pessoa propicia ao deficiente visual uma experiência turística, proporcionou mais que a aquisição de conhecimentos teóricos sobre o tema em pauta. É importante ouvir as justas reivindicações da população que se diz, por vezes, invisível em meio a uma sociedade na qual a maioria é vidente. A deficiência visual em seres humanos é tão antiga quanto a própria espécie humana. Contudo, devido

ao preconceito e ao desinteresse por parte de gestões públicas, direitos básicos – como a livre circulação, o lazer e o turismo – ainda são negados às pessoas com deficiência visual. É urgente que a realidade brasileira em relação à acessibilidade seja transformada, de modo a incluir aqueles que hoje se sentem excluídos.

João Pessoa é uma cidade com grande potencial turístico. Apesar do município ainda não ser um destino tão consolidado no cenário nacional, seus atrativos naturais e culturais vem despertando cada vez mais o interesse dos turistas brasileiros. Assim, é importante que a capital paraibana esteja preparada para acolher visitantes com deficiência visual, eliminando toda e qualquer barreira que possa tornar negativa a experiência turística desse grupo de indivíduos. É necessário que os profissionais do turismo recebam a devida instrução, de maneira que possam atender de forma adequada os turistas com deficiência visual.

Para dar maior visibilidade aos problemas, necessidades e requerimentos das pessoas com deficiência visual, devem ser realizados mais estudos acadêmicos na área, com o objetivo de encontrar soluções viáveis e criativas para superar os inconvenientes. É preciso colocar em prática as mudanças solicitadas, de modo a tornar a sociedade justa e inclusiva. A divulgação de estudos e a conscientização da população são fundamentais para que medidas de incentivo de inclusão sejam tomadas.

É urgente a remoção dos obstáculos nos pontos turísticos analisados. Como mencionado por uma das entrevistadas, Andrômeda, a ausência de barreiras não beneficia apenas as pessoas com deficiência visual, mas também os idosos, grávidas e indivíduos com outros tipos de

deficiência ou mobilidade reduzida. Muitos pessoenses e turistas se sentiriam contemplados pela adoção de medidas que garantissem acessibilidade nos locais voltados ao lazer e ao turismo. É preciso ouvir as vozes que são marginalizadas pela sociedade, e ajudar a ecoá-las. É indispensável que os gestores sejam pressionados a promoverem mudanças que cumpram a legislação já existente.

## REFERÊNCIAS

ABNT NBR 9050, 2015, terceira edição, Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.

BRANDT, Y; PORIA, Y; REICHEL, A. Blind People's Tourism Experiences: An Exploratory Study. In BUHALIS, D; DARCY, S. (org.). **Accessible Tourism: Concepts and Issues**. Bristol: Channel View Publications, 2011.

BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

\_\_\_\_\_. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência 323.362.4 **Acessibilidade**: Legislação Federal – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008. Disponível em <[http://portal.crfsf.org.br/phocadownload/acessibilidade-compilado\\_de\\_legislacoes.pdf](http://portal.crfsf.org.br/phocadownload/acessibilidade-compilado_de_legislacoes.pdf)>. Acesso em: 1 dec. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. **Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. **Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.169, de 4 de dezembro de 1962. **Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille.** Diário Oficial da União, Brasília.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. **Institui o Código Eleitoral.** Diário Oficial da União, Brasília.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985. **Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. **Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília.

MTUR. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Turismo e acessibilidade: manual de orientações.** Ministério do Turismo, Coordenação - Geral de Segmentação. – 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2006. 294 p.

CASTELLI, G. **Turismo** – Atividade marcante do Século XX. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1990.

CASTROGIOVANNI, A. C. Turismo e Ordenação do espaço urbano. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (org.) **Turismo urbano**. São Paulo: Contexto, 2000.

CASTRO, F. M. M.; MIDDLEJ, M. M. C. Planejamento turístico: análise da proposta do município de Valença (BA) no âmbito das recomendações das políticas públicas do turismo no país. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.21, abr. 2011.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **Do Local ao Global** – O turismo litorâneo cearense. Campinas: Papyrus, 2002.

DIAS, R. **Planejamento do turismo** – Política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

FARIA, M. D. de; MOTTA, P. C. Pessoas com Deficiência Visual: barreiras para o lazer turístico. In: **Turismo em Análise**, v. 23, n. 3, p. 691-717, dec. 2012. Disponível em: <<http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/pessoas-com-deficiencia-visual-barreiras-para-o-lazer-turistico.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2015.

GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R. B.; MCINTOSH, R. W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GONÇALVES, S; TAVEIRA, M. **Lazer e turismo: análise teórico-conceitual**. In: Congresso Latino-Americano de Investigação Turística, 5., 2012, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <[http://gtci.com.br/congressos/congresso/2012/pdf/eixo10/Taveira\\_Goncalves.pdf](http://gtci.com.br/congressos/congresso/2012/pdf/eixo10/Taveira_Goncalves.pdf)>. Acesso em 10 nov. 2015.

GUTIERREZ. G. L. **Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas políticas**. Campinas: Autores Associados, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo** – Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A. 1989.

MINAYO, M. C. de S. Ciência técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (org) **Pesquisa Social**. 17. Ed, Petrópolis: Vozes, 2000. Cap. 1, p. 9-29.

NONATO, D. N. **Acessibilidade arquitetônica como direito humano das pessoas com deficiência**. Disponível em:  
<<http://www.cesrei.com.br/ojs/index.php/orbis/article/viewFile/63/41>>. Acessado em 1 dec. 2015.

PIRES, M. J. **Lazer e Turismo Cultural**. São Paulo: Manole Ltda, 2002.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**. São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

YÁZIGI, Eduardo. Turismo obrigatório. São Paulo: Contexto, 1999.

# **ACESSIBILIDADE PARA IDOSOS: UM ESTUDO APLICADO AO THEATRO SANTA ROZA**

EVANGELISTA, GABRIELA PATRÍCIO DINIZ  
BRAMBILLA, ADRIANA  
VANZELLA, ELÍDIO

## **INTRODUÇÃO**

Embora o tema envelhecimento já tenha sido abordado em diversos estudos, ainda observa-se que as mudanças na visão e na compreensão sobre o comportamento das pessoas que compõem a chamada terceira idade, ou seja, aquelas que possuem sessenta anos ou mais, tem demandado novos estudos no que se refere à compreensão e satisfação das necessidades desse público. A população brasileira vem passando por uma significativa transformação, caracterizada por alterações em seu regime demográfico e estrutura etária (BORGES, CAMPOS e SILVA, 2015), sendo os principais responsáveis, por estas mudanças, as taxas de fecundidade e de mortalidade que em todas as regiões do país se modificaram de forma considerável nas últimas décadas. A tendência de envelhecimento vem acompanhada por modificações nos hábitos desse segmento etário, uma vez que essas pessoas desejam manterem-se ativas e para isso procuram as mais diversas atividades, entre essas as turísticas.

Uma das grandes demandas desse público é por um turismo em que os indivíduos não sejam vistos como meros espectadores, pois procuram por atividades turísticas que os tirem da rotina e os permitam vi-



venciar experiências distintas e serem tratados com igualdade. Assim, um dos tipos de turismo mais procurados na atualidade, pelo público da terceira idade, é o turismo cultural, pois permite vivenciar experiências ligadas aos costumes e tradições das localidades visitadas. O desejo por conhecer novos modos de vida está diretamente ligado ao turismo cultural, isto é, à aproximação do turista com novas práticas culturais, pois como destaca Pérez (2009), os lugares turísticos não são apenas lugares funcionais, mas também vivenciais e experienciais. Essas experiências implicam a participação ativa do turista no intuito de adquirirem conhecimentos especializados e de realizarem atividades diferenciadas.

Nesse sentido, muitas cidades brasileiras com potencial para o turismo cultural tem se esforçado para receber esse segmento. O Nordeste tem sido o destino mais procurado atualmente pelo público da terceira idade atendendo a cinquenta por cento da demanda dos que viajam pelo Programa “Viaja Mais Melhor Idade” (MTUR, 2013). Por isso, a cidade de João Pessoa pode se beneficiar dessa demanda, considerando seu rico potencial histórico que a habilita a ser um importante destino de turismo cultural no Brasil, uma vez que os seus prédios históricos compõem um patrimônio singular, atraindo a atenção dos visitantes e compondo assim um grande potencial para o turismo cultural, em especial para a visitação de idosos. No entanto, um dos grandes obstáculos que se coloca ao desenvolvimento desse tipo de turismo são as condições de acessibilidade dos atrativos turísticos, pois há certas características que devem ser observadas para que não somente o público da terceira idade, mas todos os visitantes tenham asseguradas as condições de visitação. Nesse contexto,

e, considerando a oferta de atrativos turísticos culturais da cidade de João Pessoa, propomos analisar as condições de acessibilidade, para o público da terceira idade, do Theatro Santa Roza, tendo em vista que o referido teatro data de 1889 e se constitui em um importante patrimônio cultural do Centro Histórico da cidade de João Pessoa.

## **REFERÊNCIAL TEÓRICO**

### **Terceira idade e turismo cultural**

O constante aumento da população da terceira idade acompanhado pelo aumento da expectativa de vida tem provocado algumas discussões no setor do turismo que, por sua vez, tem demonstrado interesse em buscar melhorias para atender ao segmento da terceira idade. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano de 2010, 10,8% da população estavam acima de 60 anos, mostrando que o envelhecimento da população brasileira está acompanhando uma tendência mundial (IBGE, 2011). Nesse sentido, tornou-se importante, para as atividades voltadas para o turismo, analisar o fato que a população brasileira vem passando por uma significativa transformação, caracterizada por alterações em seu regime demográfico e estrutura etária (BORGES, CAMPOS e SILVA, 2015), sendo as principais responsáveis, por estas mudanças, as taxas de fecundidade e de mortalidade que em todas as regiões brasileiras se modificaram de forma considerável nas últimas décadas. Como afirmado anteriormente, essa é uma questão mundial, tendo em vista que no ano de 2050 um quinto da população será de idosos, e assim, pela primeira vez haverá mais idosos que crianças

menores de 15 anos. Projetando-se que em 2050, 2 bilhões de pessoas, ou 22% da população global, tenham mais de sessenta anos (ONU, 2012).

Visto pela questão biológica, a terceira idade, pelo processo de envelhecimento, pode ser conceituada como um processo no qual há modificações funcionais e psicológicas que podem ocasionar a perda da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente (SILVA e FREITAS, 2008). A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2015) considera que hoje as pessoas acima dos 60 anos possuem saúde e disposição melhor em relação aos seus antepassados, isso quer dizer que os adultos de 70 anos de hoje em dia, equivalem aos adultos de 60 anos de algumas décadas atrás. Nos dias atuais, esses indivíduos tornaram-se mais independentes e dispostos a experimentar novas vivências, assim sendo, (BRAMBILLA, VANZELLA e BAPTISTA, 2013), chama a atenção o fato do interesse desse público em continuar ativo, realizando diversas atividades, entre as quais aquelas relacionadas ao turismo.

A população idosa tem procurado uma qualidade de vida melhor, além de buscar encontrar um lugar na sociedade, onde os vejam como pessoas que apesar da idade mais avançada, ainda são úteis e capazes de exercer um papel indispensável para essas comunidades (SILVA e FREITAS, 2008). Os autores ainda aprofundam que a imagem negativa da velhice como sendo um ciclo final da vida com indivíduos incapazes está acabando e em seu lugar surgindo uma visão positiva de um segmento que busca o prazer de viver a vida da melhor forma possível. Esse público vem surpreendendo os grupos de pessoas com menos idade e dispo-

sição que as suas, com demonstrações de vitalidade e desenvoltura na prática de atividades antes consideradas apenas para jovens.

O aumento da proporção da população idosa e o crescimento da renda, confirmado pelo IBGE em conjunto com o desejo em viajar conduz a formulação da hipótese que a terceira idade seja um segmento da população com potencial e que precisa de uma maior atenção do setor turístico (BRAMBILLA, VANZELLA e BAPTISTA, 2013). Há que se considerar, recomendam os autores, a importância do turismo para a terceira idade, em que muito mais que a reposição das energias gastas no trabalho, deve estar voltada ao ócio, não como um tempo vazio sem produtividade, e que por muito tempo, foi associada aos idosos, como improdutividade ou incapacidade, mas sim ao ócio criativo, um tempo de diversão e aprendizado.

Outro ponto favorável ao público com idade acima de 60 anos, foi a instituição pela Portaria MTur nº228, de 3 de setembro de 2013, do Plano Nacional de Turismo 2013/2016 com o programa Viaja Mais, que é composto pelo projeto Viaja Mais Melhor Idade (VMMI), facilitando assim, essa prática do turismo com descontos e condições especiais para este público idoso (BRASIL, 2013). Ainda, segundo o Ministério do Turismo, a primeira fase do projeto, teve sua primeira edição aberta em 2007 e os resultados foram constatados com um expressivo aumento das taxas de ocupação dos prestadores de serviços turísticos e, consequentemente, a redução dos efeitos da sazonalidade que atinge o setor em alguns períodos do ano. Até o encerramento em 2010, da primeira edição, haviam sido vendidos cerca de 600 mil pacotes turísticos, gerando

mais de R\$ 531 milhões para este setor turístico. Na abertura da sua segunda edição do VMMI, em 2013, foi elaborado, para a internet, um portal de ofertas com descontos e vantagens exclusivas para o público do projeto e até o final de 2015, o portal obteve mais de 485 mil acessos, sendo oferecidas mais de 500 ofertas para 95 destinos brasileiros. Esse crescimento acentuado do público idoso concede uma nova dimensão ao fenômeno do envelhecimento na medida em que exige uma reestruturação da economia com a oferta de mais oportunidades para este público e simultaneamente contribui de forma representativa para a economia.

Machado (2006) afirma que o idoso tem peculiaridades únicas que justificam essas necessidades da oferta, com a criação de roteiros, destinos novos e meios de hospedagem, por observar-se um interesse maior além de mais tempo livre deste público. As viagens podem ser vistas como uma estratégia fundamental para assegurar um envelhecimento saudável e ativo, uma vez que a interação social possibilitada pelo turismo contribui para evitar o isolamento e estimula as atividades sociais, de forma a permitir a inserção do idoso de forma dinâmica. Neste sentido, o turismo, e em especial o turismo cultural, representa para os idosos o ócio como um tempo de lazer a ser desfrutado de maneira criativa, em que, ao mesmo tempo em que, o indivíduo aproveita para “quebrar” a rotina, aprende e se torna mais criativo, o que é essencial para os idosos, que podem ver no turismo cultural uma forma de adquirir conhecimentos e de transmitir as experiências adquiridas ao longo da vida. Um tempo livre produtivo e necessário à terceira idade (BRAMBILLA, VANZELLA e BAPTISTA, 2013).

Dentro dessa perspectiva, o turismo cultural definido como a motivação de viajar para entrar em contato com a história do local, com o patrimônio cultural, mostra-se como uma oportunidade de criação cultural que busca levar os idosos a um processo ativo de apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos (DUARTE, 1994).

No entanto, é preciso compreender que o turismo cultural não se limita a visitar patrimônios históricos, pois o que caracteriza o turismo voltado à cultura é a compreensão das práticas locais, de forma a estimular o reconhecimento da necessidade de não apenas identificar as práticas culturais, mas também de permitir suas diferenciações e diversidades. O que queremos dizer é que ao invés de se prender apenas aos conceitos e à descrição das atividades do turismo cultural, se deve adicionar um instrumento essencial: como o turista cultural realiza suas viagens.

O Ministério do Turismo do Brasil também diferencia o Turismo Cultural com base na motivação de viagem, ao considerar toda a viagem turística como uma experiência cultural, pois ao sair de seu ambiente, o turista entra em contato com a gastronomia, com as músicas, com a forma de os habitantes locais lidarem com os visitantes, mas explica que nem todo turista é um turista cultural, pois o que o define é a motivação da viagem em torno de temas da cultura (BRASIL, 2010).

Do ponto de vista econômico, o turismo viabiliza e incentiva a geração de empregos e renda e ao mesmo tempo atua como um importante instrumento de intercâmbio cultural. Pode-se destacar como resul-

tados do turismo cultural, o desenvolvimento e a revitalização das identidades culturais, a redescoberta das tradições, a autoconsciência local face aos visitantes e o desenvolvimento econômico, uma vez que o turismo voltado à cultura viabiliza o interesse dos visitantes em experimentar, em conhecer a cultura dos visitados, ressaltando a característica educativa (ORTIZ, 2005), isto é, de interesse em conhecer outros modos de vida, com o intuito de estudar, de saber como outras sociedades vivem, de comparar com suas formas de convivência, de estabelecer pontos em comum e diferenças, de proporcionar um processo de aprendizagem.

O que significa dizer que o turismo cultural funciona para o público da terceira idade como um instrumento que fortalece a sua interação com a comunidade visitada.

### **A terceira idade e a acessibilidade aos patrimônios culturais.**

É fato que o turismo tem visado o público da terceira idade, pois esse segmento vem buscando cada vez mais vivenciar novas descobertas, despertando o interesse do setor turístico. Com o crescimento constante do segmento das pessoas com 60 anos e mais, no Brasil, se percebeu uma maior necessidade de acessibilidade em todos os segmentos, pois esses indivíduos passaram a viajar com maior frequência. Por isso, há que se observar que mesmo em plenas condições físicas, os turistas idosos necessitam de alguns cuidados e adaptações diferenciadas que permitam a acessibilidade aos atrativos turísticos, compreendendo a acessibilidade como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, equipamentos urbanos, edificações, transportes, bem como outros serviços e

instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT, 2015). No caso da mobilidade reduzida que foi regulamentada pelas leis 10.048/2000 (BRASIL, 2000) e 10.098/2000, e se refere à pessoa que “não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência, tenha por qualquer motivo de dificuldade de movimentar-se permanente ou temporariamente gerando redução efetiva da mobilidade” (BRASIL, 2000).

Para que se tenha acessibilidade no ambiente físico dos atrativos é necessário que os projetos sejam feitos levando em consideração as necessidades de todos os usuários. Segundo Ribeiro (2014), o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) recomenda que se busquem soluções de caráter universal, como guias rebaixadas e rampas nas travessias, calçadas com larguras adequadas para atender aos que carregam carrinhos de bebê ou de compras e às pessoas com deficiência e restrição de mobilidade, assim como a diferenciação de piso em situações de alerta ou direcionamento para orientação de deficientes visuais entre outras medidas que permitam atender às necessidades específicas dos usuários. O Instituto adverte que a acessibilidade não é um tema que interessa somente às pessoas com deficiência e sim a todos, pois, em algum momento da vida, qualquer pessoa pode entrar em estado de dificuldade de locomoção. A acessibilidade é a concretização do direito à igualdade e estabelecido na Declaração dos Direitos do Homem, proclamada pela ONU, em 1948, e na Constituição Federal Brasileira de 1988 (RIBEIRO, 2014).



Embora este estudo se dedique à acessibilidade para idosos, cumpre-nos destacar que ao se investir na melhoria das condições de visitação dos atrativos turísticos, os resultados obtidos impactarão também de forma positiva na melhoria da qualidade de vida da população local lembrando que, de acordo com o Ministério do Turismo, a acessibilidade deve ser considerada em qualquer destino ou empreendimento turístico. Neste sentido, a OMT (Organização Mundial do Turismo) recomenda que a acessibilidade seja um elemento central no planejamento turístico, uma vez que se constitui tanto uma oportunidade de ganhos na economia do destino, como é um direito de todos os indivíduos (OMT, 2013).

Para proporcionar mais comodidade, segurança e conforto para o turista, deve-se cumprir uma série de requisitos, com base na legislação em vigor. A acessibilidade em edificações, mobiliários, espaços e equipamentos deve seguir os requisitos da NBR 9050-2015 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (ABNT, 2015). Nesse contexto, um dos grandes obstáculos à acessibilidade aos patrimônios históricos é que por terem sido construídos em épocas em que não havia a consciência da necessidade de mobilidade e por serem patrimônios tombados, realizar mudanças torna-se algo muito complexo. Sendo comuns choques entre as ações voltadas à acessibilidade e as leis de proteção dos patrimônios históricos.

Nos centros históricos brasileiros, são frequentes os obstáculos que dificultam a acessibilidade, como os percursos íngremes, passeios estreitos e degraus (RIBEIRO, 2014). Embora seu traçado original resul-

te de condicionantes do processo histórico, prossegue a autora, nos dias atuais, a maioria dessas barreiras poderia ser reduzida mediante cuidados do poder público e de particulares para garantir o direito constitucional de ir e vir com segurança.

A promoção da acessibilidade aos patrimônios culturais deve ser incentivada, pois não se pode restringir o acesso das pessoas à história de uma localidade. É necessário que o poder público e a iniciativa privada encontrem soluções que viabilizem a acessibilidade universal. Mas, para isso, faz-se necessário o conhecimento do patrimônio cultural, de forma a promover ações que respeitem a preservação desses patrimônios.

É fundamental, destaca Ribeiro (2014), o reconhecimento e o respeito à diversidade, aos processos culturais e de apropriação da cidade ao se promover a adequação dos espaços urbanos às necessidades para atender à acessibilidade.

A adoção de medidas que viabilizem a acessibilidade deve ser cuidadosamente planejada evitando a descaracterização do patrimônio cultural. No caso de áreas urbanas centrais das grandes cidades, a requalificação é uma ação necessária, porque pode possibilitar a melhoria do meio ambiente urbano e promover a revitalização desses espaços, das relações sociais e de seu patrimônio cultural (RIBEIRO, 2014).

Nosso posicionamento é que as adaptações voltadas à acessibilidade sejam elaboradas visando o respeito aos patrimônios históricos, de forma a incentivar a visitação e com isso estimular a preservação dos modos de vida locais. Isto significa que o investimento em acessibilidade trará resultados benéficos aos patrimônios culturais de forma a promovê-

los ainda mais e de adequá-los à sociedade de forma geral, aproximando a comunidade das práticas culturais de uma determinada região.

### **O Theatro Santa Roza**

A cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, fundada em 1585, é a terceira cidade mais antiga do Brasil (BRAMBILLA, VANZELLA e BAPTISTA, 2013), o que lhe permite ter um rico patrimônio histórico de grande valia para os visitantes, uma vez que seus prédios históricos compõem um patrimônio singular que evidencia um grande potencial para o turismo cultural. Por possuir um rico acervo histórico pode ser um importante destino turístico voltado para esse público, em especial seu Centro Histórico, considerado patrimônio nacional desde 2007 (IPHAN, 2018). Esse Centro ocupa uma área de aproximadamente 37 hectares e é composto por igrejas, hotéis, teatros e entre outros atrativos que contam a história pessoense, sendo o principal acervo arquitetônico da Paraíba e um dos mais importantes do Brasil. É nessa região, mais especificamente na Praça Pedro Américo, que está localizado o Theatro Santa Roza, inaugurado em 3 de novembro de 1889 e, por sua importância histórica, foi escolhido como objeto de estudo. O teatro, de acordo com Oliveira (2012), foi tombado conforme o Decreto nº 20/36, de 2 de dezembro de 1998 e recebeu esse nome por ser o sobrenome do então presidente da Paraíba Francisco da Gama Rosa, que perdeu seu mandato alguns dias após sua inauguração, em virtude da Proclamação da República.

O Theatro Santa Roza, explica Rufino (2012), foi palco de diversos momentos históricos, entre os quais podemos citar a formulação da bandeira da Paraíba e a mudança do nome da capital paraibana de *Parahyba* para o nome atual: João Pessoa. Em mais de 116 anos, o teatro, que por dentro assemelha-se à proa de um navio, já passou por várias reformas, mas nenhuma alterou o seu estilo arquitetônico greco-romano, com revestimento interno de madeira, tipo pinho de riga, cuja arquitetura e imponência atraem a atenção do público (RUFINO, 2012). Na mais recente, iniciada em 2012, diversas obras foram executadas, como a recuperação da cobertura, o polimento do piso em taco de madeira, a restauração e substituição de janelas e portas, assim como da fonte lateral, a modernização da instalação de prevenção e combate a incêndio, desenvolvimento de um novo projeto de iluminação da fachada e do entorno do teatro, entre outras melhorias. Os trabalhos na edificação foram concluídos em 2016 (JORNAL DA PARAÍBA, 2016).

O Theatro Santa Roza também é conhecido pelas diversas histórias, a exemplo do acidente ocorrido em 1900 quando o mágico sueco Jau Balabrega e seu assistente Lui Bartelle morreram devido à explosão de um projetor movido a querosene, dando origem à lenda de que os dois fantasmas “vivem” no teatro. Até mesmo o nome do teatro é alvo de discussões, uma vez que alguns estudiosos defendem que sua grafia deve ser Rosa (com s) de acordo com as normas de ortografia, no entanto, até o ano de 1907, quando a Academia Brasileira de Letras realizou uma reforma ortográfica, com o objetivo de simplificar a escrita, a palavra rosa era escrita com “z” (CAMARGO, 1992). Além disso, constatou-

se que os documentos oficiais da época registravam o nome de Francisco Luiz da Gama Roza com a escrita do sobrenome com “z”. Por isso, para efeitos desse trabalho, usaremos a grafia Roza por ser a grafia oficial e estampada na fachada do prédio (Figura 1).

**Figura 1- Fachada do Theatro Santa Roza**



Fonte: Evangelista, 2018

O teatro até hoje recebe importantes espetáculos teatrais, de dança, música, concertos, recitais, entre outros, com destaque para apresentações marcantes como “Navalha na Carne”, “Fogo Morto”, “A Bagaceira”, “A Farsa do Poder” e “Vau da Sarapalha” (RUFINO, 2012).

## **PROCEDIMENTO METODOLÓGICO**

Este estudo caracterizou-se por uma pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva com pesquisa de campo. Assim, o trabalho iniciou com uma pesquisa bibliográfica e documental realizada em livros, artigos científicos, documentos e sites da internet que abordam as questões relacionadas à terceira idade, ao envelhecimento, ao turismo, à cultura, à

acessibilidade, ao Centro Histórico da Cidade de João Pessoa e ao Theatro Santa Roza. Aliada a essa pesquisa também foram realizados estudos sobre as legislações específicas, entre as quais: NBR9050 de 2015 (ABNT, 2015), Estatuto do Idoso, Princípios das Nações Unidas para as Pessoas Idosas, Decreto nº 5.296 de 2004 (BRASIL, 2004), Decreto nº 5.934 de 2006 (BRASIL, 2006), Lei nº 8.842 de 1994 (BRASIL, 1994) e Lei nº 13.146 de 2015 (BRASIL, 2015).

Para a realização da pesquisa *in loco* foi elaborado um *check list*, com base nas normas citadas, de forma a contar com os itens para a averiguação das condições de acessibilidade pelo público da terceira ao local de estudo. A partir da elaboração do *check list*, foram feitas visitas, nos meses de novembro e dezembro de 2017, ao Theatro Santa Roza para verificação da acessibilidade para o público da terceira idade. Foi realizada, ainda, uma pesquisa junto ao IPHAN, ao IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba) e à Prefeitura Municipal de João Pessoa de forma a proceder ao levantamento de informação sobre o local de estudo.

Com base nos levantamentos e registros fotográficos, no local, foram realizadas as análises e a descrição dos achados.

## **ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Durante a pesquisa pôde-se observar a existência de calçada em toda parte externa que permite o acesso à entrada principal do Theatro Santa Roza. Pôde-se observar também, conforme figura nº2, que a calçada encontra-se em bom estado de conservação, possui largura adequada

com piso liso e antiderrapante, assegurando autonomia e segurança ao público da terceira idade, bem como às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, atendendo assim às conformidades recomendadas pela NBR 9050:2015.

**Figura 2 - Calçada Externa**



Fonte: Evangelista, 2018

Outro ponto analisado foi o acesso principal (Figura 3) com existência de portão com largura superior à 1,20 m, permitindo ingresso ao Theatro Santa Roza por pessoas com mobilidade reduzida como idosos, pessoas com deficiência e pessoas obesas, bem como a presença do Símbolo Internacional de Acesso (SIA) utilizado para identificar locais aces-

síveis. O piso possui superfície regular, firme, estável e antiaderente, atendendo às conformidades recomendadas pela NBR 9050:2015.

**Figura 3 - Portão Principal**



Fonte: Evangelista,2018

Foi observado, durante a pesquisa, que o piso externo da entrada principal do Theatro Santa Roza encontra-se devidamente sinalizado com piso alerta informando a existência de desníveis ou situações de risco permanente. Além disso, o revestimento e o acabamento possuem superfície regular, firme, estável, conforme recomenda a NBR 9050:2015. No entanto, não há sinalização direcional e piso não trepidante, conforme pode ser visto na figura 4:



**Figura 4 - Piso Externo Entrada**



Fonte: Evangelista, 2018

Em seguida observou-se a existência de acesso na lateral do teatro (figura 5), localizado em rota acessível devidamente reservado para entrada de pessoa com mobilidade reduzida como idosos, pessoas com deficiência e pessoas obesas, bem como a presença do Símbolo Internacional de Acesso (SIA). A largura da porta é superior a 1,20 m, atendendo às conformidades recomendadas pela NBR 9050: 2015.

**Figura 5 - Entrada da Lateral**



Fonte: Evangelista, 2018

Constatou-se a existência de quiosque para lanches em rota acessível (Figura 6), bem como de alguns bancos providos de encostos também acessíveis, além da existência de telefone público, todos localizados na parte externa do teatro, em frente à administração, onde o revestimento do piso e acabamento tem superfície regular, firme, estável e junto ao quiosque observou-se a presença de degraus isolados por ter apenas dois degraus associados à rampa devidamente sinalizada por piso alerta no início e ao final e com inclinação adequada dando acesso à área comum do teatro, conforme recomenda a norma técnica. Portanto, atendendo às necessidades do público em geral e da terceira idade.

**Figura 6 – Quiosque e calçada lateral do teatro**

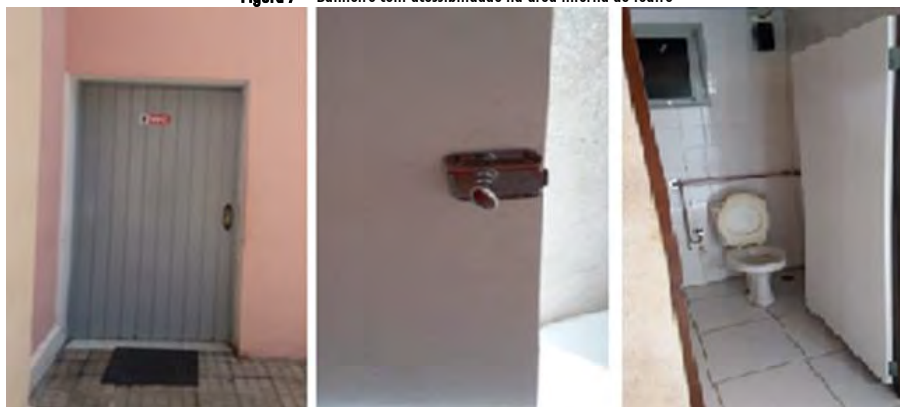


Fonte: Evangelista, 2018

No que se refere aos banheiros, constata-se sua existência em rota acessível e localização aproximada de 50 metros da entrada reservada para pessoas com mobilidade reduzida como idosos, pessoas com deficiência e obesas. Verificou-se a correta largura da porta bem como a existência do espaço para que um usuário de cadeira de rodas possa se movimentar com a cadeira. Outro ponto positivo, encontrado no local, foi a presença das barras de apoio sem apresentar deformações permanentes

na parte de trás e na lateral da bacia sanitária (Figuras 7 e 8). No entanto, foi observada a inexistência de lavatório dentro do boxe e o lavatório externo não possui a altura adequada, além disso, a fechadura do boxe não possui o formato de fácil pega recomendada pelas normas técnicas, exigindo firmeza, precisão ou torção do pulso para seu acionamento. Sendo assim, atende parcialmente às normas de acessibilidade (Figura 8).

**Figura 7 – Banheiro com acessibilidade na área interna do teatro**



Fonte: Evangelista, 2018

**Figura 8 – Sanitário e bancada com as pias.**



Fonte: Evangelista, 2018

No que se refere ao acesso ao setor de administração do teatro, o acesso é feito por escada devidamente sinalizada com piso alerta no iní-

cio e no final da subida informando à pessoa sobre a existência de desníveis ou situações de risco permanente, além disso, conta com corrimão de ambos os lados da escada conforme se recomenda na NBR 9050: 2015, porém não há sinalização nos pisos e espelhos dos degraus da escada (figura 9). O acesso fica restrito no caso de pessoas com dificuldade de locomoção, pois este só é possível por meio de escada. No entanto, ressalta-se que normalmente os visitantes não buscam a administração do teatro em seus passeios.

**Figura 9 - Escada de Acesso a Administração**



Fonte: Evangelista, 2018

Durante a pesquisa foi observada a existência de acesso adequado ao teatro, com porta com largura acima de 1,20 metros possibilitando a entrada de pessoas com mobilidade reduzida, pessoas com deficiência ou pessoas obesas (figura 10). Está devidamente sinalizada por piso alerta

informando ao usuário sobre a existência de desníveis ou situações de risco permanente, conforme recomenda a norma técnica.

**Figura 10 – Porta de acesso ao teatro**



Fonte: Evangelista, 2018

Foi constatada a existência de estacionamento privativo e que o acesso, conforme figura 11, é feito por escada devidamente sinalizada com piso alerta no início e no final da subida e com corrimão de ambos os lados da escada. A calçada está sinalizada com piso alerta informando à pessoa sobre a existência de desníveis ou situações de risco permanente.

O portão do estacionamento privativo possui largura acessível superior a 2 metros permitindo acesso ao teatro pela porta dos fundos. O piso do estacionamento tem superfície regular, firme, antiaderente e na subida da calçada existe um rebaixamento da calçada devidamente sinalizado com piso alerta, presente também na porta dos fundos que permite o acesso ao teatro.

**Figura 11 – Acesso lateral ao estacionamento, escada e calçada**



Fonte: Evangelista, 2018

A porta dos fundos possui largura adequada, sendo superior a 1,20 metro e piso alerta em toda extensão da calçada até a entrada da porta, atendendo às conformidades recomendadas na norma.

**Figura 12 – Calçada e acesso pelo portão dos fundos**



Fonte: Evangelista, 2018

**Figura 13** – Calçada e porta de acesso na parte de trás do teatro.



Fonte: Evangelista, 2018

Constatou-se a existência de acesso por escada, com corrimão de ambos os lados, na entrada lateral do teatro e que está devidamente sinalizada com piso alerta no início e ao final da subida informando à pessoa sobre a existência de desníveis ou situações de risco permanente. No entanto, falta a sinalização nos pisos e espelhos nos degraus da escada.

O teatro possui portão acessível com largura superior a 1,20 metros permitindo ingresso e a área comum, composta por árvores em toda a circulação, encontra-se devidamente sinalizada com piso alerta, além de bancos providos de encostos. O piso possui superfície regular, firme, estável, e antiaderente atendendo às conformidades recomendadas pela NBR 9050:2015. Ainda, constatou-se, nessa área, a falta de piso não trepidante e de piso direcional utilizado quando existem caminhos preferenciais de circulação internos e externos.

**Figura 14 - Chafariz do teatro**



Fonte: Evangelista, 2018

**Figura 15 – Portão de acesso e pátio interno.**



Fonte: Evangelista, 2018

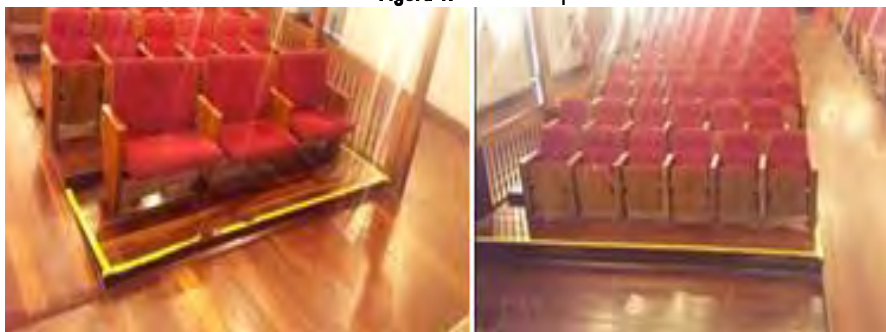
No interior do teatro foi observado que existe o piso antitrepicante, de superfície regular, firme, estável, porém, por ser de madeira e encerado, o mesmo não é antiderrapante. Foi constatada ainda, a presença de 419 assentos (figura 17), sendo duas fileiras de assentos preferenciais uma de cada lado, localizadas nas primeiras filas para pessoas preferenciais como idosos, pessoas com deficiência, pessoas obesas e gestantes, conforme recomenda a norma. Sendo assim, atende às necessidades do público com necessidade de acessibilidade.

O acesso aos camarotes é realizado por escada com piso antitrepicante, de superfície regular, firme, estável, porém o mesmo não é antiderrapante por ser de madeira e encerado. Também não possui corrimão em um dos lados da escada. Foi observado que não existe acesso por



rampa aos camarotes. Por isso, atende parcialmente ao público da terceira idade uma vez que alguns idosos possuem mobilidade reduzida e as escadas de acesso aos camarotes não se encontram em conformidade com a NBR 9050:2015. No entanto, ressalta-se que em razão da antiguidade do teatro o atendimento a esse ponto da norma técnica significaria uma grande alteração na estrutura de um prédio tombado pelo IPHAN.

**Figura 17 – Bancos especiais**



Fonte: Evangelista, 2018

**Figura 18 – Escada para acesso aos camarotes.**



Fonte: Evangelista, 2018

**Figura 19 – Camarotes e vista panorâmica do teatro.**



Fonte: Evangelista, 2018

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por muito tempo os idosos foram estigmatizados e vistos como pessoas cuja vida estava em fase final, sendo, muitas vezes, tratados como inválidos ou como merecedores de cuidados impostos pelos mais jovens, uma vez que, nesta ótica, não possuíam condições de tomarem suas próprias decisões. Esse modo de ver a terceira idade acabava por, mesmo que involuntariamente, segregando as pessoas mais velhas e fazendo com que abdicassem de uma vida ativa.

Mas, com o aumento da expectativa de vida e as consequentes mudanças no modo de vida, passou-se a compreender melhor as necessidades e desejos das pessoas com sessenta anos ou mais e, a partir daí, entender que a questão etária não impede a participação na vida social. Neste contexto, o turismo aparece como uma opção para que esse segmento seja visto como um público que quer estar inserido em relações sociais e que através das atividades turísticas possa realizar sua vontade de integração social e de vivência.

O aumento da expectativa de vida é uma realidade brasileira e decorrente dessa questão, muitos estudos surgiram sobre o tema envelhecimento. No que se refere especificamente ao turismo, observa-se a necessidade de mudanças na análise do comportamento das pessoas que compõem a chamada terceira idade, ou seja, aquelas que possuem sessenta anos ou mais.

Esse segmento, atualmente, caracteriza-se por uma maior independência, pela busca de uma vida mais dinâmica e pelo desejo de realizar diversas atividades, entre as quais as viagens. Sendo assim, o turismo torna-se uma oportunidade de vivenciar as mais diversas experiências na terceira idade, com destaque para o turismo cultural voltado ao descobrimento e/ou ao contato com as mais diversas culturas.

Mesmo com melhores condições de saúde, de forma geral, os idosos precisam de ações voltadas às suas necessidades específicas, especialmente no que se refere à acessibilidade. A inclusão social dos idosos no turismo precisa ser assegurada através da adoção de medidas que lhes garantam usufruir das atrações e serviços disponíveis, pois se isso não ocorrer, continuarão excluídos.

Um dos grandes desafios, em especial do turismo cultural, é a adequação das normas referentes à acessibilidade, uma vez que, por se tratarem de patrimônios históricos, estes se encontram protegidos por leis que podem inviabilizar as reformas necessárias às adequações previstas em normas, tais como a NBR 9050:2015.

Neste contexto, o presente capítulo teve como objetivo geral conhecer as condições de acessibilidade para a terceira idade de um impor-

tante patrimônio cultural da cidade de João Pessoa: o Theatro Santa Rosa. Para atender a esse propósito realizou-se um estudo bibliográfico, exploratório e descritivo com pesquisa de campo, que possibilitou verificar as condições de acessibilidade. De forma geral, o teatro apresenta condições de acessibilidade para os idosos, tanto na parte externa no que se refere à calçada, às entradas e ao pátio externo, como internamente, com ressalva para os camarotes cujo acesso só é possível mediante o uso de uma escada íngreme que dificulta ou até mesmo impede pessoas que apresentam alguma dificuldade de mobilidade. Uma reforma visando à acessibilidade seria interessante, mas teria de ser submetida a um estudo de forma a verificar as alterações possíveis sem impactar na estrutura do patrimônio tombado.

Diante do exposto, espera-se que esse estudo possa contribuir para que não somente os idosos, mas todas as pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida possam usufruir dos patrimônios históricos, e através deles, possam vivenciar os modos de vida locais.

## REFERÊNCIAS

ABNT. **NBR 9050: 2015** - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BORGES, G. M.; CAMPOS, M. B.; SILVA, L. G. D. C. Transição da estrutura etária no Brasil: oportunidades e desafios para a sociedade nas próximas décadas. In: ERVATTI, R.; BORGES, G. M.; JARDIM, A. P. **Mudança Demográfica no Brasil no Início do Século XXI**. Subsídios para as projeções da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

BRAMBILLA, A.; VANZELLA, E.; BAPTISTA, M. M. T. R. CULTURAL TOURISM IN THE CITY OF JOÃO PESSOA: a look focused on elderly tourist. **Academia.edu**, 2013. Disponível em: <[https://www.academia.edu/12318682/CULTURAL\\_TOURISM\\_IN\\_THE\\_CITY\\_OF\\_JO%C3%83O\\_PESSOA\\_a\\_look\\_focused\\_on\\_elderly\\_tourist](https://www.academia.edu/12318682/CULTURAL_TOURISM_IN_THE_CITY_OF_JO%C3%83O_PESSOA_a_look_focused_on_elderly_tourist)>. Acesso em: 18 jan. 2018.

BRASIL. LEI Nº 8.842, DE 4 DE JANEIRO DE 1994. Brasília: **Diário Oficial da União**, 1994.

BRASIL. LEI Nº 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 2000 a.

BRASIL. LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2000 b.

BRASIL. DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2004.

BRASIL. DECRETO Nº 5.934, DE 18 DE OUTUBRO DE 2006. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2006.

BRASIL. **Turismo Cultural: orientações básicas**. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. PORTARIA Nº 228, DE 3 DE SETEMBRO DE 2013. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2013.

BRASIL. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Brasília: **Diário Oficial da União**, 2015.

CAMARGO, A. M. D. **Das origens do alfabeto às reformas ortográficas da língua portuguesa**. São Paulo: I.A.M.C, 1992.

DUARTE, A. M. P. **Educação Patrimonial: Guia para professores, educadores, monitores de museu e tempo livres**. Lisboa: Texto Editora, 1994.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 71, 2011.

IPHAN. **João Pessoa (PB)**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), 2018. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/349/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

JORNAL DA PARAÍBA. Com obra de R\$ 4,5 mi, reforma do Theatro Santa Roza é entregue. **Jornal da Paraíba**, 2016. Disponível em: <<http://www.jornaldaparaiba.com.br/cultura/com-obra-de-r-45-mi-reforma-do-teatro-santa-roza-e-entregue.html>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

MACHADO, J. A. S. Envelhecimento da população: Um novo desafio para a economia do turismo no Brasil. **Monografia (especialização)**, Universidade de Brasília - Brasília, p. 01-57, 2006.

MTUR. Viaja Mais Melhor Idade, 2013. Disponível em: <<http://www.viajamais.gov.br/vm/>>. Acesso em: 03 fev. 2018.

OLIVEIRA, A. F. B. D. O que se preservou em João Pessoa ou de quando a arte e a arquitetura definem o patrimônio cultura de uma cidade. **Cordis. Comunicação, Modernidade e Arquitetura**, p. 367-396, jan/jun 2012.

OMS. Organização Mundial da Saúde: **Relatório mundial de envelhecimento e saúde**, 2015. Disponível em: <[http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/186468/6/WHO\\_FWC\\_A LC\\_15.01\\_por.pdf](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/186468/6/WHO_FWC_A LC_15.01_por.pdf)>. Acesso em: 22 jan. 2018.

OMT. **Turismo Acessível para Todos**. Recomendações da OMT 20ª Assembleia Geral. Victoria Falls : Zâmbia/Zimbabwe. 2013.

ONU. **Envelhecimento no Século XXI: Celebração e Desafio**. Londres: HelpAge International, 2012.

ORTIZ, R. **Um outro território: ensaios sobre mundialização**. São Paulo: Editora Olho D'água, 2005.

PÉREZ, X. P. Turismo cultural: uma visão antropológica. **Aca y Pasos**, Tenerife, 2009.

RIBEIRO, S. B. **Mobilidade e Acessibilidade em Centros Históricos**. [www.portal.iphan.gov.br](http://portal.iphan.gov.br), Brasília, 2014. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br//uploads/publicacao/CadTec9\\_CadernoAcessibilidade\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br//uploads/publicacao/CadTec9_CadernoAcessibilidade_m.pdf)>. Acesso em: 02 fevereiro 2018.

RUFINO, K. C. R. Memória e acesso á informação fora de cartaz no arquivo do Theatro Santa Roza. **Monografia (Trabalho conclusão de curso)**, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas – CCBSA. João Pessoa/PB, p. 01-47, 2012.

SILVA, L.; FREITAS, R. Terceira idade: Nova identidade, reinvenção da velhice ou experiência geracional? **Physis: Revista de saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, 2008.





# AUTORES

## **ALMEIDA, Eduardo Augusto Monteiro de**

Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela UFPB. É estagiário do Laboratório de Acessibilidade da UFPB (LACESSE/UFPB), atuando como colaborador e pesquisador no grupo de pesquisa Qualidade, Acessibilidade e Percepção do Ambiente Construído – CNPQ. Participou do Programa de Bolsas de Extensão na área de Acessibilidade com foco no público idoso e foi monitor da disciplina de Ergonomia do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPB.

## **BOBSIN, Debora**

Professora do Departamento de Ciências Administrativas (CCSH/UFSM). Doutora em Administração pela Escola de Administração - UFRGS. Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria. Graduada em Administração pela UFSM. Linha de Pesquisa: Tecnologia da Informação e Processo Decisório. Experiência em Marketing e Sistemas de Informação. [deborabobsin@gmail.com](mailto:deborabobsin@gmail.com)

## **BRAMBILLA, Adriana**

Graduada em Administração de Empresas pela FAAP (Fundação Armando Álvares Penteado-SP), Mestre em Administração pela UFPB (Universidade Federal da Paraíba) e Doutora pelas Universidades de Aveiro e do Minho (Portugal). Professora do Departamento de Turismo e Hotelaria da UFPB, coordenadora do GCET-Grupo de Cultura e Estudos em Turismo e colaboradora do Grupo de Pesquisa CLLC da Universidade de Aveiro (Portugal).

### **COSTA, Angelina Dias Leão**

Graduação e mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela UFRN (2001 e 2003), doutorado em Engenharia Civil pela UNICAMP (2007) e pós-doutoranda pela UFRN. É professora/pesquisadora associada do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPB, onde coordena o Laboratório de Acessibilidade – LACESSE. É líder do grupo de pesquisa Qualidade, Acessibilidade e Percepção do Ambiente Construído – CNPQ. Tem experiência na área de Tecnologia do Ambiente Construído, com ênfase em conforto ambiental e acessibilidade, atuando principalmente nos seguintes temas: Acessibilidade Ambiental, Tecnologia do Ambiente Construído, Qualidade do Projeto e Percepção.

### **COUTINHO, Danilo Henrique Gonçalves**

Bacharel em Turismo pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba, Especialista em Gestão de Turismo e Hotelaria pela Verbo Educacional e pesquisador do Grupo de Cultura e Estudos em Turismo (GCET). Atualmente atua como Instrutor dos cursos de Turismo e Hospitalidade da Escola Senac de Gastronomia e Hotelaria.

### **ENDRES, Ana Valéria**

Graduada em Turismo pela Universidade Federal do Pará - UFPA (1994), Especialista em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA (1996), Especialista em Ecoturismo pelo Núcleo de Meio Ambiente - NUMA/UFPA (1997), Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo - NAEA/UFPA (1999) e Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Atualmente é professora adjunta do Curso de Turismo da Universidade Federal da Paraíba - UFPB e líder do Grupo de Pesquisa do CNPq - Desenvolvimento, planejamento e turismo. Desenvolve pesquisas em turismo com ênfase em Planejamento e Políticas Públicas de Turismo, atuando principalmente nos temas sobre desenvolvimento, participação e análise de redes sociais.

### **EVANGELISTA, Gabriela Patrício Diniz**

Graduanda em Hotelaria pela Universidade Federal da Paraíba, pesquisadora do GCET (Grupo de Cultura e Estudos em Turismo) e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-UFPB).

### **GÂNDARA, José Manoel Gonçalves**

Possui graduação em Turismo pela Universidade Federal do Paraná (1988), especialização em Marketing Internacional pela Societta Italiana per L'Organizzazione Internazionale de Roma (1988), especialização em Economia do Turismo pela Universidade Bocconi de Milão(1989), mestrado em Gestão do Turismo pela Scuola Superiore del Commercio del Turismo i dei Servizi de Milão (1989) e doutorado em Turismo e Desenvolvimento Sustentável pela Universidad de Las Palmas de Gran Canaria (2001). Realizou pós-doutorados nas Universidades de Málaga, Valencia, Las Palmas de Gran Canaria, Alicante e Vigo pesquisando principalmente as áreas de Marketing, Qualidade, Sustentabilidade, Planejamento e Gestão de Destinos Turísticos e Hotéis. Atualmente é professor adjunto do Departamento de Turismo, do Mestrado em Turismo e do Mestrado / Doutorado em Geografia da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência na área de Turismo, com ênfase em Qualidade, Marketing e Sustentabilidade, tratando principalmente de hotelaria e destinos turísticos.

### **HOFFMANN, Celina**

Doutoranda em Administração na área de Sistemas, Estruturas e Pessoas - PPGA, Mestre em Engenharia de Produção na área de Métodos Quantitativos Aplicados à Tomada de Decisão - PPGEP (2015), Graduada em Processos Gerenciais (2012), todos pela Universidade Federal de Santa Maria. Temas de interesse: Estrutura Organizacional, Cultura Organizacional, Educação Superior, Psicodinâmica do Trabalho. e-mail: celi-na\_hoffmann@hotmail.com

### **LEAL, Vera Eliane Dias**

Possui formação em Ciências Biológicas pela Faculdade de Filosofia Ciência e Letras- Alegrete - RS; Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo pela Universidade Federal Santa Maria; e

Curso de Guia de Turismo Regional, Nacional e América do Sul pelo Instituto Federal Farroupilha. e-mail: vedleal@gmail.com

**MARCO, Daiana**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/RS. Graduada em Administração pela Universidade Federal do Pampa. e-mail: daiana.demarco@hotmail.com

**MONTENEGRO, Ana Carolina Coelho**

Graduada em Turismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

**MOURA, Gilnei Luiz de**

Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria, Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina e Doutorado em Administração pela Escola de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor Associado Nível 1 da Universidade Federal de Santa Maria, pertencente ao quadro docente do Departamento de Ciências Administrativas do CCSH, Colaborador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração Pública e em Gestão Universitária. Líder do grupo de pesquisa: Mutare: Grupo de Pesquisa em Mudanças, Organizacionais, Mudança, Inovação e Comportamento Organizacional. e-mail: mr.gmoura.ufsm@gmail.com

**NEIS, S. P. B. Andressa**

Graduanda do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH). e-mail: andressa.spereira@hotmail.com

**NOGUEIRA, Dhyego de Lima**

Terapeuta Ocupacional pela UFPE (2011), especialização em Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Hospitalar pelo

Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW-UFPB) (2014) e mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela UFPB (2017). Experiência na área de Terapia Ocupacional em Contextos Hospitalares; Reabilitação Neurológica Global - adulto e idoso; Reabilitação Psicossocial associada à Saúde Mental; e Docência em ensino superior. É pesquisador no grupo de pesquisa Qualidade, Acessibilidade e Percepção do Ambiente Construído – CNPQ e no Laboratório de Acessibilidade da UFPB (LACESSE/UFPB).

### **RIBEIRO, Marcelo**

Possui graduação em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica (1988) e doutorado em turismo e desenvolvimento sustentável pela Universidad de Las Palmas de Gran Canaria (2003) com bolsa CAPES. Atua como professor adjunto da Universidade Federal de Santa Maria no Curso de Gestão de Turismo e no Programa de Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural. Atuou como professor e coordenador do curso de Graduação em Turismo na UNISC (Santa Cruz do Sul); Coordenador do curso de Graduação em Turismo da Universidade Federal de Alagoas, Unidade de Penedo; As áreas de pesquisa estão relacionadas às políticas públicas em turismo, planejamento turístico, patrimônio cultural e o turismo e seus usos e o consumo do patrimônio cultural no turismo. e-mail: ribeiromarcelo64@gmail.com

### **SÁNCHEZ-FERNÁNDEZ, María Dolores**

Professora Ajudante Doutora do Departamento Empresa da Universidade da Corunha (Espanha). É doutorada com destaque internacional em Competitividade, Inovação e Desenvolvimento: Análise Econômica e de Negócios pela Universidade da Corunha (Espanha). Pertence aos grupos de investigação GREFIN e GEIDETUR (Espanha), rede REDOR (México), GEEMAT (Brasil), centros de investigação Lab2PT e CICS. NOVA. Uminho (Portugal). Editora da revista International Journal of Professional Business Review (JBReview). As suas áreas principais de investigação são o Turismo e a Responsabilidade Social. e-mail: msanchezf@udc.es, trabajos.mariasanchez@gmail.com

## **SANTOS, Saulo Ribeiro dos**

Doutor em Gestão Urbana (Pontifícia Universidade Católica do Paraná). Doutorando em Geografia (Universidade Federal do Paraná). Mestre em Administração e Desenvolvimento Empresarial (Universidade Estácio de Sá). MBA em Turismo: Planejamento, Gestão e Marketing (Universidade Católica de Brasília). Graduado em Turismo (Faculdade Atenas Maranhense). Professor Adjunto II do Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão. Atuou como Coordenador do Curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão. Atuou como Professor da Faculdade Atenas Maranhense nos cursos de Turismo, Administração, Ciências Contábeis e Secretariado Executivo. Atua como professor de Pós-Graduação nível Especialização na Universidade Federal do Maranhão. Membro do Conselho Editorial de Revistas em Administração e Turismo. Consultor nas áreas de Gestão, Planejamento Urbano, Turismo e Políticas Públicas. Atuou como Coordenador de Projetos de Pesquisa e de Extensão. Consultor Ad Hoc da FAPEMA. Conselheiro da Câmara de Ensino, do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMA. Líder do Grupo de Pesquisa Turismo, Cidades e Patrimônio. Coordenador do Observatório de Turismo do Maranhão.

## **SARMENTO, Bruna Ramalho**

Graduação em Design de Interiores pelo IFPB (2007), especialização em Educação Ambiental pela FIP (2009), mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela UFPB (2012) e doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela UFRN (2017). É técnica/pesquisadora do Laboratório de Acessibilidade (LACESSE) da UFPB. Pesquisadora atuante no grupo de pesquisa Qualidade, Acessibilidade e Percepção do Ambiente Construído – CNPQ. Tem experiência nas áreas de design e arquitetura, com ênfase no ambiente construído, atuando principalmente nos seguintes temas: acessibilidade, mobilidade, qualidade ambiental, sistema de espaços livres, avaliação do ambiente construído.

## **SILVA, Márcia Félix da**

Em Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCCG). Mestra em Administração (Área de Concentração: Finanças de

Empresas) pela Universidade Federal da Paraíba (2003). Graduada em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (1993). Professora Adjunta III da Universidade Federal da Paraíba, lotada no Departamento de Turismo e Hotelaria (DTH) do Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA) - Campus I. Membro (Pesquisadora) do Grupo de Estudos em Tecnologias Empresariais e Conhecimento (GETEC) e do Grupo de Cultura e Estudos em Turismo (GCET). Membro (Estudante) do Grupo de Estudos em Gestão, Inovação e Tecnologia (GEGIT).

### **SOARES, Jakson Renner Rodrigues**

Pós-doutorando em Desenvolvimento territorial na Universidade do Minho (Portugal). Possui graduação em Administração pela Universidade Federal do Ceará (2007), especialização em Gestão de Recursos Humanos e Ciências do Trabalho pela Universidade de Santiago de Compostela (2008) e Mestrado em Direção e Planejamento do Turismo pela Universidade da Coruña (2010). Doutor em Direção e Planejamento do Turismo pela Universidade da Coruña (2015). Doutorado Sanduíche na Universidade do Vale do Itajaí - Univali, Brasil. Atualmente é professor do curso de turismo da Universidade da Coruña (Espanha) e da Universidade de Santiago de Compostela (Espanha).

### **SOUSA, Amanda Azevedo**

Possui graduação em Relações Públicas pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB. Mestranda do Programa em Pós Graduação em Computação, Comunicação e Artes PPGCCA da Universidade Federal da Paraíba-UFPB. Discente do curso de graduação em Turismo da Universidade Federal da Paraíba-UFPB. Integrante do grupo de pesquisa Design Audiovisual. Pesquisa as áreas de acessibilidade, estudos da audiência e interação humano computador. e-mail: mandaazevedos@hotmail.com

### **TRAVERSO, Luciana Davi**

Professora pesquisadora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH), no Departamento de Ciências Administrativas. Graduada em Tecnólogo em Hotelaria pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) e Letras - português/Inglês pela Universidade do Oeste de Santa

Catarina (UNOESC). Mestre em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) e doutora em Administração de Empresas, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (MACKENZIE). Tem experiência na área de Gestão do Turismo, com ênfase em Eventos e Hotelaria. Atua principalmente nos seguintes temas: turismo, hotelaria e aprendizagem organizacional. e-mail: [luciana.traverso@ufsm.br](mailto:luciana.traverso@ufsm.br)

**VANZELLA, Elídio**

Graduado em administração, especialista em gestão de pessoas, mestrado em modelos de decisão em saúde e doutor em modelos de decisão em saúde (estatística) pela UFPB. Professor na Estácio faculdades e na Unifuturo. Membro pesquisador do GCET. e-mail: [evanzella@yahoo.com.br](mailto:evanzella@yahoo.com.br)



### ***Nota dos organizadores***

*O serviço de revisão dos manuscritos coube aos autores dos capítulos. As informações e opiniões contidas nos capítulos não refletem necessariamente a visão dos organizadores e são de responsabilidade de seus autores. Os organizadores esclarecem que a citação total e/ou parcial dos textos contidos na obra deve ser feita de acordo com as normas científicas.*